

Daniela Silva Patrício

**Publicações de organizações feministas:
Uma análise dos Jornais Fêmea e da Rede.**

Araraquara, 2010

Sumário

Introdução	pág. 01- 06
Capítulo I: Trajetória do Movimento Feminista no Brasil	pág. 07- 22
Capítulo II: Publicações Feministas: aspectos históricos.....	pág. 23- 30
Capítulo III: Metodologia da Pesquisa	pág. 31-33
Capítulo IV: ONGs feministas: CFEMEA e Rede Feminista de Saúde.....	pág. 34- 44
Capítulo V: Os Jornais.....	pág. 45- 120
Considerações Finais	pág. 121- 124
Anexos	pág. 125- 128
Referenciais bibliográficos	pág. 129- 133

Introdução

Este trabalho tem como objetivo lançar vistas analisar publicações feministas contemporâneas brasileiras, com enfoque naquelas produzidas por ONGs. Para tanto abordaremos o Jornal Fêmea, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Jornal da Rede, da Rede Feminista de Saúde. Com isso, buscamos analisar os temas abordados, os enfoques apresentados, além da importância estratégica dos jornais dentro das instituições que os publicam_ e fora dela, tendo em vista que os jornais se destinam a públicos específicos e um de nossos objetivos é definir sua finalidade junto a estes públicos_ para verificar o conteúdo político e social deste material.

A escolha destas publicações se deu pelo fato de que, tanto o Jornal Fêmea, quanto o Jornal da Rede apresentam uma regularidade de publicações entre o final da década de 90 e a metade dos anos 2000. Essa regularidade e quantidade de números publicados permitem uma análise precisa, tendo em vista que a descontinuidade é uma característica freqüente dos jornais e revistas produzidos pelas ONGs.

Para tanto, o trabalho de desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, foi dividido em duas fases. Na primeira fase foi feito um levantamento bibliográfico com a finalidade de dar conta das bases teórico-metodológicas que nortearam toda a construção da dissertação. Nesta fase foi feito ainda um resgate histórico dos elementos privilegiados pela pesquisa: o movimento feminista, as ONGs feministas e as publicações deles oriundas para verificar o conteúdo político e social destas. A segunda fase, de análise dos jornais, também foi dividida em dois momentos. Num primeiro momento, com o intuito de mapear os temas tratados pelos jornais, foi feita uma análise quantitativa a partir do levantamento dos números publicados e da classificação das matérias publicadas segundo *temas*. Temos em vista que os jornais, de forma geral, produzem seu conteúdo a partir de *pautas*, que diferem de temas, porém, nosso objetivo aqui está no que é discutido de fato, do que é levado a público.

O segundo momento consiste na análise do material catalogado buscando compreender de que maneira se desenvolve as discussões, buscando responder às seguintes questões: existe produção de conhecimento nestas publicações ou elas somente cumprem o papel de difundir informações? Quais são as raízes teóricas e/ou político-ideológicas das discussões apresentadas? Qual a função que elas desempenham dentro da proposta de ação de cada instituição e, no limite, qual o seu impacto dentro do próprio movimento feminista?

Consideramos importante levar em consideração o contexto social em que estão sendo produzidas e veiculadas as publicações feministas nas últimas décadas e, no limite, na necessidade de se refletir sobre a própria configuração que o movimento feminista tem assumido desde os anos 1980.

Os movimentos sociais, em geral, têm enfrentado nas últimas décadas o desafio de se reestruturar diante de uma nova realidade multifacetada pela emergência de novos atores e formas organizativas. As redes de movimentos sociais, as formas de organização da sociedade civil, como as ONGs, modificam não somente a maneira com que se dá enfrentamento das questões sociais, como também a tônica dada às ações coletivas.

Desta forma, o movimento de mulheres, e em especial o movimento feminista, têm se transformado ao longo do tempo, o que não significa (ao contrário do que muitas vezes é alardeado na sociedade) que ele tenha desaparecido ou mesmo perdido sua força. Atualmente as mulheres são maioria nos movimentos populares que reivindicam melhores condições de vida, nos movimentos identitários, como o movimento negro e o LGBTT¹, e nos fóruns transversais, além daqueles organizados segundo a temática de gênero (GOHN, 2008), o que demonstra a sua força de organização e mobilização em torno de demandas gerais e específicas.

Historicamente, é possível perceber a mobilização de mulheres no Brasil já em meados do século XIX com as sufragistas, que lutavam por direitos civis e políticos, como o direito ao voto. Este movimento teve como expoentes vanguardistas como Bertha Lutz e culminou com a conquista em 1932, no governo Vargas, do direito do voto às mulheres². Apesar da importante conquista, as décadas que se seguem marcam um período de pouca participação feminina na cena pública.

Após o golpe de 1937 ocorre um longo período de retração do movimento de mulheres que se estende até o começo da década de 1970. Isso não significa, contudo, que durante esse período o movimento não tenha tido nenhuma expressão. Ao contrário, momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da

¹ A sigla LGBTT é utilizada para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais.

² (...) As mulheres obtiveram direito ao voto no Brasil em 1932, após uma longa luta liderada pela pioneira, a bióloga Bertha Lutz, que criou em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Vargas cedeu às pressões das feministas pioneiras e incorporou o direito ao voto feminino no Código Eleitoral, por meio do decreto 21.076, a 24 de fevereiro de 1932. Neste ano, a médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita a primeira deputada federal e participante da Assembléia Constituinte de 1934, contribuiu para inclusão deste direito na nova Constituição (SCAVONE, p.8, 2010).

década de 1960 contra a alta do custo de vida, por exemplo, marcaram essa época.

O ideal feminista contemporâneo, contudo, surge no Brasil apenas no final da década de 1960, como parte dos movimentos de contestação da ditadura militar. As mulheres, neste período, estavam articuladas aos diversos setores de resistência à ordem política, como o movimento estudantil, sindicatos, partidos de esquerda e organizações clandestinas como a luta armada. Marcantemente influenciados pelo marxismo, nestes movimentos havia pouca abertura para questões específicas da mulher, porém, a sua participação rompe com a ideia de que somente os homens deveriam participar da política. As mulheres militantes, segundo muitos estudiosos, cometiam “uma dupla transgressão”, pois, além de questionarem a ordem econômica, acabavam por romper com o lugar que assumiam na estrutura familiar e na sociedade como um todo (SCAVONE, 2010).

Muitas dessas mulheres foram presas, torturadas e exiladas, sofrendo, além da violência física e psicológica, a violência sexual. A maternidade também representava uma maior vulnerabilidade da mulher na prisão e era utilizada francamente para maximizar seu sofrimento. Com o exílio, o feminismo brasileiro acabou por dividir-se entre o “dentro e fora” do país. Na Europa e nos Estados Unidos as feministas exiladas entravam em contato com um cenário de grande efervescência política, de revolução dos costumes, de renovação cultural radical, enquanto no Brasil a repressão era marca maior da ditadura militar.

As características que o movimento feminista teve nesses dois cenários refletem essa conjuntura política diversa no qual estavam inseridos, sendo que os primeiros grupos propriamente feministas em 1972, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram inspirados no feminismo dos países do Norte. Por outro lado, os movimentos de mulheres organizados nas periferias por melhorias nas condições de vida, mais creches e escolas encontravam forte apoio nas CEBs (Comunidades Eclesiais de base), inspiradas na Teologia da Libertação. Essa aliança com os setores à esquerda da igreja católica mostrou-se muito importante na resistência à ditadura, na mobilização por demandas sociais, porém, inviabilizou a discussão de questões como o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e o papel da mulher no casamento (SCHRER-WARREN, 1993; SCAVONE, 2010).

Entre outros importantes fatores que propiciaram a maior inserção feminina na vida pública a partir da década de 1970, está a forte modernização econômica que o país sofreu neste período. Esta modernização abriu mais espaços para as mulheres no

mercado de trabalho, o que favoreceu também uma maior abertura para que se discutisse a situação da mulher na família e na sociedade. Além disso, o avanço das técnicas contraceptivas, como a pílula e a esterilização feminina, apesar das críticas passíveis sobre a forma de implementação das políticas de controle de natalidade, conferiram à mulher maior liberdade dentro e fora da família.

Dentre os eventos que marcaram a entrada definitiva das mulheres na esfera pública, podemos destacar o *Ano Internacional da Mulher*, em 1975, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento organizado para comemorar o Ano Internacional, realizado no Rio de Janeiro, e a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira acabaram por fortalecer o movimento feminista brasileiro.

Em 1979, com a anistia, houve um movimento de grande retorno daqueles que estavam no exílio. Com isso foi possível a volta das feministas exiladas no exterior. A experiência nos grupos feministas europeus, principalmente o francês, assim como as ideias que se disseminaram com os eventos de maio de 68, foram compartilhadas e incorporadas pelas mulheres no país.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, o movimento feminista se consolidou enquanto movimento autônomo. Os grupos feministas se multiplicaram em todo o país e as ideias feministas tiveram grande penetração nos sindicatos, partidos e demais organizações políticas, tornando-se um dos setores da sociedade civil que mais conseguiu conquistas na constituinte. A licença maternidade de quatro meses e a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal figuram entre as principais conquistas das mulheres na Constituição de 1988.

Neste momento ainda, duas questões tiveram que ser enfrentadas: a unidade do movimento ameaçada pela reforma partidária de 1979, que dividiu os grupos opostos, e a relação do movimento com os governos democráticos que viriam a se estabelecer, principalmente, quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) começou a ganhar as eleições estaduais. A institucionalização do movimento, a partir da criação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, gerou grande debate entre as feministas. A possível perda de autonomia diante da parceria com o governo era um dos maiores motivos alegados por aquelas que se opunham a este processo.

Na década de 1980 surgiram ainda, os grupos de estudo sobre gênero dentro das universidades, os grupos que se chamaria posteriormente de *feminismo acadêmico* e começa a se perceber o surgimento de núcleos de pesquisa em estudos da mulher. Estes

núcleos de pesquisa, situados também principalmente nas universidades inauguram um importante espaço de produção teórica e de reflexão das ações políticas do movimento. Cresce ainda o número de pesquisas, com os concursos de pesquisas financiados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (SCAVONE, 2010), assim como a produção de dissertações e teses sobre as questões de gênero.

Na década de 1990 as publicações feministas se intensificaram com o lançamento da Revista de Estudos Feministas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992, e da revista Cadernos PAGU na Universidade Estadual de Campinas em 1993. Estas duas publicações, de caráter científico possibilitaram um maior debate e circulação da produção acadêmica sobre as mulheres e especialmente sobre a teoria feminista (SCAVONE et alli, 2010).

Por outro lado, neste mesmo período percebe-se uma forte atomização do movimento feminista em grupos que, em sua maioria, ganharam o formato de ONGs. Essa nova configuração modificou a estrutura dos grupos, que deixaram de atuar em educação e mobilização popular e especializaram-se em atividades focalizadas também em políticas públicas, como programas de promoção de saúde das mulheres e combate à violência de gênero, estabelecendo parcerias cada vez mais estreitas com o poder público (NOVELLINO, 2006).³

Desta forma, os grupos acabaram por modificar suas estratégias de ação, passando a atuar de projetos pontuais, e também sua forma organizativa, com a profissionalização, a especialização e a hierarquização tomando o lugar da antiga forma de ativismo. A questão da autonomia destes grupos também tem sido amplamente discutida, tendo em vista que estes muitas vezes dependem de financiamento externo para viabilizar os projetos que desenvolvem.

No Brasil, somente no site da ABONG, existem atualmente 98 organizações não-governamentais com ações dirigidas ao público feminino, sendo que destas 18 estão no Estado de São Paulo. Já entre as que se definem por tratar especificamente das relações sexuais/de gênero são 54 organizações, das quais 14 encontram-se no mesmo estado⁴. Estes números dão uma ideia da dimensão que o fenômeno da “onguização”

³ A despeito da denominação “não-governamental”, as ONGs estabelecem, em sua maioria, parcerias com instancias governamentais que vão desde o desenvolvimento conjunto de ações, programas e projetos até o financiamento direto dessas pelos governos estaduais e federal. Sobre essa relação são recaem inúmeras críticas, pois ela pressupõe uma relação de dependência que comprometeria a autonomia dos grupos.

⁴ FONTE: <http://www.abong.org.br/>, acesso em 22 de novembro de 2008.

(RAMOS, 2004) dos movimentos de mulheres, em especial o feminista, assumiu no país nas últimas décadas, porém não representam o universo total das ONGs espalhadas por todo o território nacional.⁵

Das temáticas desenvolvidas pelas ONGs, costuma-se destacar o combate a violência contra a mulher e os projetos ligados à saúde. Porém existe uma gama diversa de temas que compõem as ações desenvolvidas pelas ONGs que compreendem desde as clássicas bandeiras da luta feminista até a produção e difusão de conhecimento. Sobre o último item que existe ainda a necessidade de se problematizar a cerca da natureza do material produzido e o papel que ele cumpre na produção de conhecimento sobre gênero no nosso país.

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos dos quais os três primeiros buscam dar conta da discussão do objeto teórico desta pesquisa, ou seja, a produção e veiculação de conhecimento sobre gênero no movimento feminista no período que compreende o final da década de 1990 e os seis primeiros anos da primeira década dos anos 2000.

⁵ Uma das dificuldades de se estudar as ONGs no Brasil reside justamente na ausência de um cadastro onde todas as instituições estejam registradas. A *ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais*, embora concentre uma grande quantidade de ONGs registradas, ainda não dá conta da totalidade do fenômeno. Ainda assim, utiliza-se esta fonte para ilustrar o universo tratado.

Capítulo I - Trajetória do Movimento Feminista no Brasil

O movimento social

As décadas de 1980 e 1990 marcam um período fundamental para discutir os movimentos sociais, independentemente da causa defendida, pois é o momento de reestruturação organizativa, de redefinição de objetivos e também de linhas estratégicas. Inúmeros estudos dedicam-se a esta discussão, afinal, ela é fundamental para compreender a configuração que estes movimentos assumem na atualidade.

O próprio conceito de movimento social sofreu, desde o século XIX, alterações significativas. Em linhas gerais, entretanto, buscava-se entender o sentido das ações coletivas no seio da sociedade a partir de seus sujeitos e de suas reivindicações. Dentro da teoria weberiana, por exemplo, o importante era “(...) o sentido da ação coletiva, a intencionalidade dos fenômenos e dos processos” (GOHN, 2008, p. 21).

A priori, designava-se como movimento social toda forma de mobilização, de ação coletiva que se desenvolvesse dentro da sociedade civil, fosse essa ação organizada ou esporádica. Tendia-se a uma interpretação destes fenômenos como situações anômicas, nos moldes durkheimianos.

A produção teórica sobre os movimentos sociais começaram a aparecer no século XIX e tende a ser dividida, para fins didáticos, em vertentes que, segundo Gohn (2008), são: a Histórico-estrutural, fundamentada no pensamento marxista, centrada no movimento dos trabalhadores e nas lutas sindicais, cujo conceito de movimento social está subordinado ao conceito de classe social; A Culturalista-identitárias, baseada na produção teórica de autores diversos, com destaque para teorias como a de Alain Touraine, constituindo a novidade dos “novos movimentos sociais”, destacando a especificidade de seus sujeitos e demandas no momento histórico em que surgiram: fins da década de 60; e por fim a Institucional/organizacional-comportamentalista, com raízes nas teorias liberais do século XVII e XVIII e nos utilitaristas, tendo se desenvolvido principalmente nos EUA. Baseada em autores como Smelser, pensa as mobilizações sociais a partir da ótica econômica, de acordo com a forma com que organizam os seus interesses, oportunidades e estratégias.

No período que vai de meados do século XX até a década de 70 o enfoque, no

Brasil principalmente, estava nos movimentos populares, com centralidade na luta contra o autoritarismo que assolava os países da América Latina nas últimas décadas deste período. Pode-se dizer que havia uma maior afinidade com a primeira corrente descrita anteriormente, pelo próprio fato de o país estar imerso na ditadura militar e, conseqüentemente, a atenção dos movimentos sociais estarem voltada prioritariamente para o Estado.

O próprio movimento feminista tinha, nessa época, uma bandeira da luta mais geral, contra o alto custo de vida, nos anos 50, e contra o autoritarismo, na década seguinte. Assim, os movimentos de mulheres estavam inseridos num contexto de luta social mais ampla, concatenados com os demais setores populares que se mobilizavam pelas mesmas causas neste período. Ideologicamente influenciados pelo marxismo, nestes movimentos havia pouca abertura para questões específicas da mulher. Porém, a sua presença alarga o espaço de sua participação política, até aqui predominantemente masculina.

Ainda na década de 1970, influenciados pelas discussões acerca da situação das mulheres que estavam em pauta na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos de mulheres brasileiras começaram a reunirem-se em torno das chamadas causas específicas. De grande aceitação no Brasil, o conceito de gênero, oriundo dos movimentos feministas do norte⁶ e posteriormente incorporado aos cânones acadêmicos, passou neste período a orientar as reflexões acerca das desigualdades sociais que as mulheres enfrentam no mundo todo.

Esta grande adesão ao conceito de gênero se deu pelo fato de que ele serve para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres na medida em que aponta para a construção social destas relações. Sendo assim, todas as formulações deste conceito na teoria feminista, em certa medida, derivam da celebre afirmação de Simone de *Beauvoir* de que *não se nasce mulher: torna-se*. Segundo Scavone:

(...) o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo. Conforme Sylvie Chaperon, "Beauvoir contesta todo determinismo biológico ou desígnio divino e retoma a perspectiva hegeliana: 'ser é tornar-se, é ter sido feito tal como nós nos mostramos'", que resultou em sua célebre ideia de que não se nasce mulher, mas se torna

⁶ Usamos a palavra *norte* para designar os países da Europa Ocidental e da América do Norte, baseada na definição de norte e sul de Boaventura de Souza Santos em *Epistemologias do sul*. Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (Orgs.). Coimbra: Edições Almedina, 2009.

mulher. Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar 'gênero'. De fato, reiterada incansavelmente por estudiosas da questão no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa ideia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero (2008)

Podemos identificar, em suma, três importantes correntes teóricas ligadas à construção do conceito de gênero. A primeira baseia-se nas origens do patriarcado, inferindo que a separação entre produção e reprodução estaria no cerne deste sistema.

Nesta perspectiva, o trabalho reprodutivo feminino seria apropriado pelos homens, que teriam a sua “função” produtiva mitificada. Essa análise, no entanto, circunscreve a dominação de gênero ao sistema patriarcal e ainda ratifica o determinismo biológico.

A segunda corrente corresponde à tendência feminista ligada ao marxismo. Entre as herdeiras do materialismo histórico, sexo e gênero refletem a dicotomia entre natureza e cultura, de forma que a segunda deve prevalecer sobre a primeira. Gayle Rubin influenciou significativamente esta vertente do feminismo⁷ com a sua formulação de um sistema sexo/gênero que, segundo Adriana Piscitelli, seria:

(...) um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Segundo ela, os sistemas de parentesco seriam formas empiricamente observáveis de sistemas de sexo/gênero (p.212, nota de rodapé nº 4, 2003).

Esta corrente está ligada ao início da chamada segunda onda do feminismo⁸ e baseava-se, principalmente, em textos como “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de Engels. A dominação masculina estava diretamente atrelada ao sistema capitalista, sendo que sua superação dependia fundamentalmente da suplantação da sociedade de classes (HARAWAY, 2004).

Por fim, a corrente psicanalítica, representada por autoras como Juliet Mitchell,

⁷ Vale ressaltar que Gayle Rubin foi uma das primeiras teóricas feministas a dar ao gênero o estatuto conceitual que utilizamos até hoje.

⁸ Sobre a trajetória do movimento feminista, trataremos melhor no segundo capítulo. Por hora é importante salientar que, apesar de não significar uma delimitação temporal fixa, a segunda onda do feminismo costuma ser datada a partir da década de 60 e seu início teve forte influência da *New Left Review* (RUBIN & BUTLER, 2003).

promove a discussão de gênero dentro das teorias de Freud e Lacan, preconizando que ele se constrói no âmbito da subjetividade e da individualidade. A superação das desigualdades entre homens e mulheres, nesta ótica, começaria no espaço privado e se transporia para o público.

Estas três perspectivas distintas influenciaram, e influenciam até hoje, a produção teórica sobre gênero ao redor do mundo. Porém, buscando romper com os limites apresentados por elas, autoras feministas contemporâneas confluíram com sociólogos e filósofos como Michel Foucault (1979) com a sua formulação a respeito dos micro poderes e das tecnologias de controle sobre o corpo, e Pierre Bourdieu (1983,1990,1997,1999)_ principalmente nos conceitos de dominação simbólica, de *habitus* e da sua análise sobre a dominação masculina_ dando assim um novo fôlego para o próprio conceito de gênero.

Esta relação entre as teóricas feministas e autores contemporâneos é sempre marcada por tensões. Especialmente sobre a teoria de Pierre Bourdieu debateu-se durante muito tempo sobre a validade de utilizar, por exemplo, o conceito de *habitus*, que pressupõe certa “responsabilidade” do dominado, no caso as mulheres, no processo de dominação na medida em que internalizariam as disposições sociais das práticas de desigualdade (SCAVONE, 2008). Por outro lado Bourdieu e o conceito de *habitus* reafirmam a possibilidade de descontinuidade no processo de dominação, conferindo ao dominado certa autonomia e, com isso, a possibilidade de rompimento com a própria dominação:

Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a - histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina. (Bourdieu, p. 106, 1983)

Desta forma, é possível encontrar interpretações que reafirmam a importância deste conceito bourdieusiano, afim de desnaturalizar as práticas sociais e assegurar, em certa medida, a autonomia dos agentes históricos na construção da realidade social, o que o aproxima da essência do próprio conceito de gênero. Segundo Setton:

Em essência, o conceito de habitus busca romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Quer recuperar a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Os habitus individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa (SETTON, p.6, 2002).

Ainda sobre o conceito de gênero, é importante ressaltar que este foi melhor acolhido entre as autoras americanas do que pelas feministas francesas, onde os estudos sobre as “relações sociais de sexo” persistem. Ainda segundo Scavone:

O conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. (...) Na língua francesa o conceito de relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*) teria um significado semelhante ao da construção do sexo social, apesar de ter uma base materialista marxista mais explícita que o conceito de gênero, que está, na maioria das vezes, mais atrelado às teorias pós-estruturalistas e pós-modernas. Mas, ambos consideram a existência de relações que são transversais a todas as sociedades e, sobretudo, ambos rompem com o binarismo das categorias 'mulher' e 'homem' (2008).

Apesar da origem dentro da luta social, para alguns autores/as a conceituação do gênero foi uma tentativa de institucionalizar os estudos sobre as mulheres de forma politicamente neutra. Noutra perspectiva, Joan Scott (1990) introduziu o conceito como uma categoria de análise histórica e, no limite, sociológica. Esta se tornou referência obrigatória nos estudos de gênero.

Para Scott, o conceito tem caráter relacional, pois um gênero só se constrói em relação ao outro; analítico, já que busca o sentido e a origem das construções e discursos sociais; e transversal, na medida em que atravessa todas as relações sociais e nos permite pensar o próprio sistema social a partir dele. Ainda segundo Scott:

(...) o gênero é uma primeira maneira de dar

significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (p.16, 1990).

A partir da década de 1990, o conceito foi apropriado por teorias mais “radicais” como, por exemplo, a teoria *queer*⁹, que questiona a normatividade heterossexual. Segundo Butler, o gênero deve ser considerado como performativo, por não ser uma afirmação ou uma negação, mas sim uma construção que ocorre por meio da repetição de atos correspondentes às normas sociais e culturais. Sendo assim, um gênero é um modo de subjetivação dos sujeitos, pois, “o „eu“ nem precede nem se segue ao processo de atribuição de gênero, mas surge, apenas, no interior e como matriz das próprias relações de gênero”. (Butler, 1999, p. 153). A autora argumenta ainda que o sexo, assim como o gênero, é materializado através de práticas discursivas, de normas que nunca são finalizadas, pois permanecem num processo constante de reafirmação. Este processo é indispensável para a hegemonia das leis reguladoras sob pena de enfraquecer e abrir espaços para a contestação dessas leis.

Em suma, o conceito de gênero permite pensar em relações que não são fixas, ao contrário, estão o tempo todo em tensão, de forma que homem e mulher têm posições de relativa mobilidade no campo social. Sendo assim, as identidades, primariamente sexuais, são construídas de uma forma cada vez mais social, na medida em que ocorre um movimento de desnaturalização do sexo.

Essas identidades, que se constroem em relação uma a outra, acabam por favorecer a naturalização das desigualdades socialmente constituídas, à medida que prescreve ações “típicas” esperadas para cada sexo. A superação dessa dicotomia homem/mulher é fundamental para compreender, e no limite também combater, as relações assimétricas que dela derivam e que tem se perpetuado ao longo do tempo nas mais distintas sociedades.

É importante ressaltar que a década de 1980 foi o período em que se consolidou a autonomia do movimento feminista frente aos movimentos populares, a partir da defesa das causas específicas e baseadas nas análises pautadas pelo conceito de gênero. Além disso, o contexto sócio-político da redemocratização favoreceu também a emergência de novos sujeitos e demandas, consolidando uma maior adesão ao

⁹ A Teoria queer começou a ser desenvolvida nos EUA em meados dos anos 80 e buscava romper com o conceito clássico de gênero a fim de contemplar as minorias sexuais que nele não se enquadram. Para maior aprofundamento, ver MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização In: Sociologias. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. n. 21.

paradigma culturalista, centrado nas lutas identitárias. Neste paradigma os movimentos populares com centralidade nas lutas da classe trabalhadora passam a dividir a arena com novas formas reivindicatórias, centradas não mais somente na garantia de direitos sociais, mas também dos chamados direitos de terceira geração, centrados no respeito às mais diversas matrizes culturais.

Ganharam, com isso, um novo estatuto diante da sociedade, o movimento negro, o movimento indígena e o LGBTT. Para Touraine:

[temos um movimento social quando se tratar de] um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização de recursos e de valores culturais, sejam estes de ordem do conhecimento, da economia ou da ética (p.182, 1989).

Ainda para este autor, no entanto, os movimentos sociais na atualidade podem ser divididos em movimentos societais (que se debruçam sobre questões amplas da sociedade em geral), movimentos históricos (que questionam a hegemonia de uma elite, mais do que de uma classe social, a exemplo dos movimentos antiglobalização) e movimentos culturais (que se caracterizam mais pela afirmação da identidade de um grupo do que pela contestação na sua forma clássica). Estas categorias não se excluem automaticamente, o que nos faz pensar que um mesmo movimento pode ter elementos, ou reivindicações relativas a mais de um destes modelos (TOURAINÉ, 2006^a).

Também dentro desta perspectiva de análise está a definição de Melucci, que caracteriza “movimento social como uma forma de ação coletiva; baseada na solidariedade, b) desenvolvendo um conflito, c) rompendo com os limites em que ocorre a ação” (p.57, 1989).

Estes movimentos identitários, no entanto, estão sofrendo, na contemporaneidade, mudanças na medida em que as identidades tem se tornado cada vez mais fragmentada. Segundo Start Hall:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação,

através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente (p. 12-13, 2005)

Os movimentos de mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras rurais são exemplos desse novo “arranjo” que as identidades tendem a fazer diante de problemas específicos, já que o movimento feminista ou de mulheres com causas gerais, muitas vezes não dá conta dessas outras especificidades dessas mulheres.

A intersecção entre duas categorias, como gênero e raça/etnia, ou gênero e classe tendem a criar hierarquias, por exemplo, no caso das mulheres negras que sentem que enquanto negras sofrem mais do que enquanto mulheres. Assim, as reivindicações do movimento feminista não dão conta do fato de que, além da discriminação de gênero, estas mulheres carregam outros tipos de discriminação como de raça/etnia e de classe.

Ainda nos anos de 1980, período anterior a esta fragmentação, entretanto, os grupos feministas se multiplicaram em todo o país e as suas ideias tiveram grande penetração nos sindicatos, partidos e demais organizações políticas, tornando-se um dos setores da sociedade civil que mais conseguiu conquistas na constituinte.

Nesta mesma década, a criação das delegacias especializadas, a partir de 1985, marcou um importante passo na luta contra a violência cometida contra as mulheres, pois apesar de o feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não resolveram a questão, a criação das delegacias foi um avanço na medida em que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência. Também o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto, tornaram-se temas centrais no movimento feminista da década de 1980, principalmente após a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde.

Ainda neste período, crescem os grupos de estudo sobre gênero dentro das universidades, os grupos que se chamariam posteriormente de *feminismo acadêmico*, com o surgimento de núcleos de pesquisa em estudos da mulher. Estes núcleos de

pesquisa, situados também principalmente nas universidades inauguram um importante espaço de produção teórica e de reflexão sobre as ações políticas do movimento. Já nos anos 1990, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações do terceiro setor constituem o foco da produção teórica sobre mobilização social, nas quais estiveram em segundo plano durante as décadas de 1960 e 1970, momento de apogeu dos Movimentos Sociais. Este fato se deve às transformações ocorridas, principalmente nos países da América Latina, onde a sociedade civil passa a ter grande proeminência no cenário político.

Segundo PINTO (2003), esse processo se deu devido ao paulatino enfraquecimento do Estado nestes países. Estado este que ocupava, nas décadas anteriores, centralidade nas ações sociais, bem como na produção teórica acerca da política. O contexto de produção das novas teorias deste período comporta ainda a chamada “crise da modernidade”. Esta crise se reflete na produção teórica da chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade social já que, com o declínio dos movimentos populares das décadas de 50 e 60 do século XX, e com o fracasso da experiência socialista da URSS, o paradigma materialista perde força e a categoria trabalho perde a centralidade nas explicações da sociedade capitalista altamente industrializada. Ainda segundo PINTO:

(...) há uma segunda razão que impediu, até muito pouco tempo, os estudiosos de focarem suas preocupações nas sociedades civis latino-americanas como capazes de exercerem papéis relevantes na região: trata-se da centralidade que o Estado ocupou na reflexão sobre a América Latina nas décadas de 1950 e 1960, como o promotor do desenvolvimento econômico e, posteriormente, como protagonista e garantidor do processo de redemocratização pelo qual passou a maioria dos países do subcontinente. Não vai longe o tempo em que os movimentos sociais ou qualquer outra manifestação da sociedade civil eram vistos como ocupantes, de certa forma ilegítimos, dos espaços deixados pelos partidos políticos, impedidos de funcionarem de forma plena durante o período da ditadura. Isto aconteceu em larga medida durante os anos de regime militar (...). A entrada em cena da chamada sociedade civil no Brasil, de forma mais orgânica, aconteceu a partir das últimas décadas do século XX, como efeito de sua própria organização e pelos novos papéis a ela atribuídos, muito em decorrência do cenário político internacional, marcado pelo fim dos regimes comunistas do Leste europeu, pela crise do welfare state e pelo paralelo crescimento

de políticas neoliberais ao redor do mundo (p.651-652, 2006).

As ONGs feministas

Objeto privilegiado dentro desta pesquisa faz-se necessária uma discussão mais aprofundada de uma destas novas formas organizativas que vem se difundindo, principalmente desde as últimas décadas do século XX. Fenômeno mundialmente conhecido em todo o mundo a partir da década de 1950, as ONGs vêm, nas últimas décadas, paulatinamente assumindo importante espaço na cena pública.

No Brasil, entre as décadas de 1950 a 1970, as ONGs funcionavam principalmente como “suporte” para os movimentos populares, oferecendo serviços como o de assessoria, por exemplo. Conhecidas neste período como ONGs cidadãs, com perfil ideológico e projeto político bastante definidos, tinham um caráter conscientizador comprometido com a construção de uma nova cultura política (GOHN, 2005).

Nas décadas de 1980, e principalmente de 1990, as ONGs assumem um caráter pragmático, algumas se desvinculam dos movimentos sociais e especializam-se no desenvolvimento de projetos pontuais em determinados temas. Suas principais áreas de atuação, ainda segundo Gohn (2005), são:

I – **Direitos de terceira geração**, ou o que se tenciona chamar os direitos de cidadania. Estão neste grupo as ONGs feministas e aquelas dedicadas à defesa do meio ambiente, por exemplo;

II - **Direitos de primeira geração**, os chamados direitos civis, como as que defendem os direitos por moradia, alimentação, saúde e educação;

III – **Grupos sociais clássicos** (crianças/adolescentes e idosos);

IV - **Área da cultura**, ou seja, dedicados a difusão e incentivo de práticas artísticas, como música, dança, literatura, teatro, entre outras e aquelas dedicadas à defesa do patrimônio artístico e histórico de diferentes povos.

V - **Grupos em situação de vulnerabilidade e causas sociais**, ou o combate à pobreza sócio-econômica.

Neste horizonte percebemos que uma infinidade de organizações de alcance local, regional e mundial e com diferentes abordagens são alocadas sob a mesma sigla, tornando complexa toda tentativa de interpretação acerca de suas ações.

Existem, porém, alguns parâmetros que nos permitem nortear os estudos sobre as organizações não-governamentais. Entre eles a lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que regulamenta a criação de “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”, categoria onde as ONGs e demais organizações do Terceiro Setor se encontram. Segundo o Artigo terceiro desta lei¹⁰:

A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

¹⁰Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/19790.htm>, consultada em 15/01/09.

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Esta lei exclui as sociedades comerciais, os sindicatos, as instituições religiosas, as organizações partidárias, as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios, as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras, as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras, as cooperativas, as fundações públicas, as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas, as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional. Ainda assim, o leque de organizações continua amplo. Percebemos, contudo, que quando falamos em organizações não-governamentais, estamos nos referindo mais a uma realidade observável, porém, extremamente complexa e multifacetada do que a um conceito circunscrito e aplicável diretamente a um fenômeno minimamente homogêneo.

Especificamente sobre os movimentos de mulheres e feministas, neste mesmo período também é possível perceber um movimento semelhante, com a forte atomização destes em grupos que, em sua maioria, ganharam o formato de ONGs. Essa nova configuração modificou a estrutura dos grupos, que deixaram de atuar em educação e mobilização popular e especializaram-se em atividades focalizadas em políticas públicas (NOVELLINO, 2006). Desta forma modificaram suas estratégias de ação e também sua forma organizativa, com a profissionalização a especialização e a hierarquização tomando o lugar da antiga forma de ativismo. A questão da autonomia destes grupos também tem sido amplamente discutida, tendo em vista que estes muitas vezes dependem de financiamento externo para viabilizar os projetos que desenvolvem.

Segundo Novellino (2006), as ONGs feministas, apesar de sua

heterogeneidade, apresentam aspectos que lhe são próprios e comuns que, de certa forma, evidenciam os moldes em que se institucionalizaram e, em última instância, os objetivos a que se propõem:

As ONGs podem ser definidas como constituídas por um quadro de profissionais especializados assalariados e, em alguns casos, com alguns voluntários; recebem apoio financeiro de agências de fomento e fundações estrangeiras e do Estado; engajam-se em planejamentos estratégicos pragmáticos para desenvolver projetos com o objetivo de influenciar políticas públicas e dar assessoria ao Estado.

Na década de 1990, ainda segundo esta autora, além do apoio das agências internacionais, firma-se a parceria entre as ONGs e o Estado, devido à ampla implementação de políticas neoliberais que preconizam a privatização de serviços e pela pressão internacional para que se desenvolvam políticas de gênero.

Com vários enfoques e bandeiras de luta, as ONGs feministas se dividem de acordo com os projetos e temas que privilegiam. Entre eles estão a violência de gênero, a saúde, o trabalho feminino, entre outros.

Sobre o primeiro podemos dizer que o combate à violência de gênero é uma clássica bandeira de luta das mulheres em todo o mundo, pois ainda hoje se mostra como um desafio a ser enfrentado. A violência contra a mulher é considerada o problema mais preocupante por 30% dos brasileiros/as, segundo pesquisa realizada em 2004.¹¹

No Brasil existem 81 instituições_ entre ONGs, disque-denúncia, associações e coletivos feministas_ que atendem vítimas de violência de gênero. Essas organizações têm planos de ação diversos, dada sua heterogeneidade quanto à estrutura e aos recursos oferecidos. Dentre os serviços disponíveis estão:

- a) capacitação para o combate à violência de gênero, com a formação de mulheres das comunidades para que elas possam transmitir informações e encaminhar vítimas aos serviços de atendimento;
- b) assessoria jurídica para vítimas de violência;
- c) atendimento telefônico às mulheres em situação de violência;
- d) atendimento psicológico às vítimas de violência;

¹¹ Atitudes frente à violência contra a mulher - Pesquisa Ibope - Instituto Patrícia Galvão (2004).

- e) casas-abrigo para mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica;
- d) desenvolvimento de pesquisas e monitoramento local, a fim de produzir estimativas sobre a real situação das mulheres vitimadas, já que os números apresentados pelas delegacias da mulher não são exatos, devido à baixa notificação dos casos de violência;

Entendem-se por violência de gênero, neste contexto de ação, toda ato baseado no gênero que produza dano físico, psíquico ou sexual à mulher. Segundo a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de dezembro de 1993¹²:

A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres...

Em 2006 havia seis projetos de combate à violência, com foco na violência doméstica, sendo desenvolvidos em ONGs propriamente ditas, em todo o Brasil.

Em relação à saúde, percebemos que se destacam três pontos sobre os quais se organizam as ações dos grupos feministas: *a luta pela saúde, os direitos reprodutivos e a descriminalização do aborto* (RAMOS, 2004).

Em 1995, na Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, consagrou-se mundialmente o termo *direito reprodutivo* para designar os direitos das mulheres decidirem livremente sobre sua sexualidade e reprodução. Mas foi somente em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, que os direitos reprodutivos foram reconhecidos como parte dos Direitos Humanos.¹³

No Brasil, mesmo antes da adoção desta nova terminologia, o movimento feminista conseguiu importantes conquistas na área da saúde da mulher, através de sua intensa participação na elaboração do PAISM em 1983, com a presença da socióloga Maria da Graça Ohana e da médica sanitária, de grande afinidade com o movimento de mulheres, Ana Maria Costa, na comissão designada para a redação do Programa. Este programa representou grande avanço para as mulheres¹⁴, na medida em preconizava o atendimento integral à saúde da mulher, diferentemente do que ocorria anteriormente,

¹² Disponível em:

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1213&Itemid=2

¹³ PIOVESAN, F. in <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direitos%20reprodutivos>.

¹⁴ Alguns setores da sociedade argumentaram que o programa traria em si, implicitamente, uma prática coercitiva em relação ao controle de natalidade contido nas suas propostas de disseminação de métodos contraceptivos diversos. A despeito dessa possibilidade quanto às intenções governamentais em relação ao Programa, os diversos movimentos de mulheres consideraram que as iniciativas em relação à contracepção vinham ao encontro com as reivindicações das mulheres de forma geral, e estavam condicionadas à aplicação das outras ações, garantindo o aspecto integral do programa (OSIS, 2009).

quando apenas havia um atendimento diferenciado às mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal (OSIS, 2009).

Já em relação ao debate sobre a descriminalização do aborto, em nosso país o movimento feminista pouco avançou nas últimas décadas. Este fato deve-se à história que o feminismo contemporâneo traçou no Brasil que, como vimos anteriormente, teve seu início com fortes ligações com os demais setores da sociedade civil e dos movimentos sociais na luta contra a ditadura militar nos anos 70. A presença de setores da igreja católica nesse contexto dificultou o tratamento de questões polêmicas, como o aborto, por exemplo.

A grande influência de setores conservadores e religiosos e a necessidade de conciliação com estes que o movimento feminista encontrou na década de 1980, confluíram para que o debate continuasse restrito aos setores ligados ao próprio movimento feminista.

Outros temas, têm-se agregado a estes temas clássicos tendo em vista as demandas locais das mulheres. No Brasil, têm tido cada vez mais destaque os projetos de intervenção ligados à educação/capacitação para o trabalho, tendo em vista a grande desigualdade de oportunidades que vitima duplamente as mulheres.

Esta dupla exclusão está no fato de que as mulheres das camadas populares sofrem tanto com as dificuldades econômicas, oriundas de sua classe, quanto com a discriminação fundamentada no gênero.

Nas últimas décadas é possível notar mudanças de diversas ordens na sociedade brasileira que influíram no perfil das trabalhadoras, como a queda da taxa de fecundidade, a diminuição do tamanho das famílias e o crescimento dos arranjos familiares tendo mulheres como chefes de família, o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida para as mulheres. Neste novo panorama, verificamos a expansão da força de trabalho feminino pelos mais diversos setores da economia. Por outro lado, notamos que, apesar dos avanços alcançados na esfera quantitativa, ainda existe uma significativa precarização e subvalorização do trabalho das mulheres. Estas considerações podem ser observadas pela diferenciação de *nichos* em que as trabalhadoras se destacam com maior frequência e, principalmente, pela natureza dos vínculos empregatícios, que demonstram a referida precarização das ocupações femininas. Outra consideração importante diz respeito à remuneração do trabalho feminino que, em contraponto ao masculino em cargos equivalentes, continua a apresentar significativa desigualdade.

Em 2006, cerca de 14% das ONGs feministas traziam como emblema a tentativa de geração de renda, seja pela qualificação, seja pela (re) inserção no mercado de trabalho por iniciativas diversas. Podemos identificar, pelo menos, três níveis de intervenção destas organizações nas questões relacionadas ao trabalho: a) intervenções no nível da capacitação de “multiplicadores” de conhecimento sobre política, direitos e saúde das mulheres. Este tipo de intervenção nem sempre pode ser considerado como geradora de renda, já que em determinadas circunstâncias produz interventores (as) sociais não remunerados. No entanto, em certa medida, estas ações geram instrumentos que podem vir a se converter em instrumentos profissionais no sentido *stricto sensu*; b) capacitação profissional de fato, através da promoção de cursos e palestras, visando facilitar a (re) inserção das mulheres no mercado de trabalho; c) ações baseadas na noção de *economia solidária* (SINGER, 2002), como criação de cooperativas de trabalho, etc. (NOVELLINO, 2006).

Capítulo II- Publicações feministas: aspectos históricos

No Brasil a imprensa feminina, ou seja, feita por e para as mulheres, começa a surgir desde o século XIX, com jornais como o *Sexo feminino*. Editado por Francisca Senhora Motta Diniz, em Minas Gerais no ano de 1873; *O domingo* editado no Rio de Janeiro por Violante de Bivar e Vellasco em 1874; o *Myosotis* do Recife, de Maria Heraclia, de 1875 e o *Echo das damas* de Amélia Carolina Couto, editado também no Rio de Janeiro em 1879. Com isso, o Brasil foi o único país da América Latina a produzir uma imprensa feita por mulheres, e não somente a elas destinada ainda no século XIX (MORAES, 1990, p.77).

É na década de 1970, porém, que as publicações se multiplicam e ganham novos contornos. Em meio à imprensa alternativa de modo geral, os jornais feministas estavam, ligados aos partidos de esquerda e envolvidos na resistência política à ditadura militar. Segundo Cardoso (2004, p.1), haviam cerca de 150 jornais alternativos neste período, dos quais, pelo menos 75 eram classificados como feministas.

Mantendo a tendência artesanal do século anterior, as publicações dos anos 1970, buscavam discutir as questões específicas das mulheres, defendendo a luta pela igualdade. No entanto, essas questões estavam sempre subordinadas às causas gerais, como a superação do modelo político-econômico vigente. O *Brasil Mulher* é o primeiro jornal a apresentar este perfil e editado dentro do país.

Criado em outubro de 1975 em Londrina, tendo como uma de suas primeiras inspiradoras Joana Lopes, o jornal continha em si a polêmica discussão derivada da dupla militância: a luta feminista deveria subordinar-se à luta política baseadas nas causas gerais?

Desta forma, o *Brasil Mulher* foi considerado o jornal “feminista” que mais debateu com as ideias feministas contemporâneas, recém chegadas ao país. Nas palavras de Cardoso:

Já no seu editorial de estréia (no número zero) a contradição estava presente. "Brasil Mulher: não é um jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que destina a homens e mulheres..." A afirmação do texto causou polêmica. A jornalista Elenice Munerato, em matéria no jornal *Opinião*, do dia 24 de outubro de 1975, abre *box*, na matéria sobre a realização do Encontro para Diagnósticos da Mulher Paulista, com o

título "Um (falso) jornal", com críticas ao recém-lançado *Brasil Mulher* (2004. p.43)

Essa “timidez” quanto às questões de gênero é justificada pelas criadoras do jornal, como uma opção que refletia um processo de tomada de consciência, pelo qual as mulheres estavam passando. Segundo Joana Lopes, embora o jornal não se dedicasse abertamente às questões específicas, ele foi uma espécie de laboratório a partir do qual as mulheres puderam aprimorar sua capacidade organizativa:

Posso afirmar que o BM, mesmo não se enfronhando, como mais tarde outros jornais se enfronharam na questão de gênero, o BM nunca negou a mulher como sujeito. Esse jornal foi um laboratório da consciência das mulheres. E que através das discussões de pauta e das matérias se formou a consciência das mulheres. Concordo que o BM era tímido com a questão de gênero e com o feminismo, mas era o processo. Nós estávamos indo numa crescente ao encontro com o feminismo, precisávamos passar por algumas etapas; quando estávamos quase lá, veio o racha interno. JL/11/11/2003 (CARDOSO, 2004, p.44).

De fato, o jornal, a partir da edição de nº 7, já apresentava uma forte aproximação com as questões específicas, tendo tido uma seção inteira a elas dedicada. Esse avanço, no entanto, não agradava aos setores mais ligados aos partidos políticos, em especial ao Partido Comunista e ao Partido Comunista do Brasil.

No mesmo período foram realizadas eleições para a diretoria da Sociedade Brasil Mulher, da qual fazia parte o jornal, e estes setores que defendiam a utilização do espaço do jornal para a discussão das causas gerais, ancoradas no conceito de classe, saíram vencedores, por conta da conjuntura política. A partir deste momento o jornal perdeu as características que vinha adquirindo ao longo das últimas edições e tornou-se um instrumento de luta político-partidária. O grupo fundador, incluindo Joana Lopes, voltou-se contra essa apropriação e abandonou a Sociedade e o jornal. Nas palavras de Joana:

A gente se reuniu e resolveu sair da Sociedade Brasil Mulher. Porque permanecer ali era concordar com uma eleição manipulada. O processo de saída foi longo, houve embates, debates, tentativa de cooptação, me convidaram para ficar com eles, e eu não aceitei, não abriria mão da ética do grupo fundador. A divergência fundamental entre nós e a nova diretoria era que o jornal deveria se tornar um

instrumento da luta de classe dentro do programa do PC do B, e isso seria restringir tudo e absolutamente a caminhada da consciência da mulher que tão arduamente a gente traçou. JL/11/11/2003 (CARDOSO, 2004, p.45).

Depois deste “racha interno”, como qualificou a própria Joana, o jornal publicou ainda cerca de oito números marcados pela visível substituição das questões de gênero pelas de classe.

Outro Jornal importante neste período foi o *Nós Mulheres*. Primeiro jornal brasileiro a declarar-se feminista, ele foi criado em 1976 por um conjunto de mulheres, que tinham nele a sua primeira atuação política e propunha o rompimento dessa subordinação das questões específicas. Assim como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* assumia claramente uma posição antcapitalista e antiditadura, porém, sua aproximação com o ideário feminista os distinguia claramente. Sobre as críticas ao feminismo como expressão da ideologia burguesa e sobre a inadequação dele à situação dos países subdesenvolvidos e assolados por ditaduras, respondia da seguinte forma:

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau da igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direitos e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente das mulheres.

O feminismo entendido dessa forma serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos (texto contido no editorial nº6 de agosto de 1977, *apud* MORAES, 1990, p.78-79)

Estas diferenças demonstram que o feminismo encontrou no Brasil, especialmente, na década de 1970 um cenário peculiar. Por um lado, o cenário estava extremamente propício a difusão destas ideias, devido à maior participação da mulher

na vida pública, através da sua participação nas diversas organizações políticas e da sua entrada maciça no mercado de trabalho. Por outro lado, entretanto, a luta contra a ditadura e a associação dos movimentos de mulheres com os partidos de esquerda e setores da igreja católica, como citamos anteriormente, tendiam a colocar em segundo plano a luta pela emancipação feminina.

A tensão teve seu ponto de ebulição no II Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1980, no Tuca, teatro da PUC em São Paulo. Já os preparativos para o evento anunciavam a situação que viria a acontecer. As participantes de movimentos feministas decidiram proibir propagandas partidárias através de cartazes, por exemplo, (MORAES, 1990, p.69).

De fato, evento com cerca de quatro mil participantes, foi visto pelos partidos como momento ideal para convencer as mulheres de que o feminismo era um movimento separatista e que não contribuía para o processo revolucionário que se pretendia. As feministas, por sua vez, já haviam se aproximado da categoria de gênero, percebendo que nos partidos e organizações de esquerda, suas questões estavam sendo negligenciadas:

A movimentação gigantesca foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria "gênero" e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres⁷. Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político (CARDOSO, 2004, p.40).

Os cuidados, no entanto, não foram capazes de impedir o embate. Os partidos utilizaram desde artifícios como a criação de grupos feministas fictícios para se inserirem no cenário, até a força física para impor seu ponto de vista. Pela gravidade dos acontecimentos, este evento ficou conhecido como o momento de cisão entre estes dois

setores.

Além disso, Cardoso chama a atenção para o fato de que a imprensa feminista da época foi expressão desta cisão. Para a autora, os jornais da década de 1970, que citamos anteriormente, fazem parte do que ela classifica como primeira geração da imprensa feminista no Brasil. Esta geração tem como características principais a vinculação aos partidos de combate à ditadura, a orientação segundo o conceito de classe, a luta pela criação de uma sociedade mais justa para homens e mulheres e a completa independência financeira, sendo financiados pelos próprios criadores e pela venda dos exemplares, por exemplo. O *Nós Mulheres* foge de algumas dessas características, como vimos acima, mas em suma é também considerado um jornal de primeira geração.

Na década de 1990, as publicações feministas conheceram um novo formato com o lançamento da Revista de Estudos Feministas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992, e da revista Cadernos PAGU na Universidade Estadual de Campinas em 1993. Estas duas publicações, de caráter científico, derivaram do surgimento dos núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades e possibilitaram um maior debate e circulação da produção acadêmica sobre as mulheres e especialmente sobre a teoria feminista.

Nesse mesmo período, como assinalamos anteriormente, a multiplicação dos grupos feministas sob o formato de ONGs, cria uma nova configuração que possibilita, além dos projetos já citados de intervenção social por elas realizados, a formação de um *locus* de produção e divulgação de conhecimento através de diversos tipos de publicações. Neste sentido, tem se estabelecido um diálogo entre as ONGs e a academia, tendo em vista que muitas delas contam com a consultoria de intelectuais feministas acadêmicas para a produção de alguns de seus textos (TONELI, 2003). Em linhas gerais, entretanto, a produção oriunda das ONGs mantém caráter distinto daquela publicada pelas revistas feministas de cunho científico.

Essa “polarização” da produção de conhecimento e de debates sobre gênero e feminismo tem sido amplamente discutida tanto pelas acadêmicas feministas quanto por integrantes das ONGs. O termo polarização não está aqui empregado com a conotação de disputa entre as revistas acadêmicas e as publicações feministas. Trata-se somente de, através deste termo, demonstrar que a produção teórica sobre gênero e feminismo tem se dado em duas esferas distintas que, embora se entrecruzem em vários momentos, mantém diferentes dinâmicas e âmbitos de atuação e se destinam a públicos distintos.

Ainda segundo a classificação de Cardoso, a produção oriunda das ONGs mantém as características da segunda geração, que são a abordagem de temas específicos da mulher, como saúde feminina, mulher e trabalho, mulher e legislação, mulher e política e sexualidade; estar sediada em ONGs; possuir financiamento de entidades internacionais e do Estado; estar ancorada na categoria de Gênero, entre outras (CARDOSO, 2004, p.39).

No ano de 2003 estavam em circulação pelo menos três jornais, com essas características e situados em grandes ONGs, além de cartilhas, revistas e informativos de modo geral, como demonstra o quadro abaixo:

ONGS	PUBLICAÇÃO	PERIODICIDADE	n°.s PUBLIC.	DISTRIB.	FINANC.
THEMIS	a) Cadernos Themis Gênero e Direito b) Livros	a) Anual	a) 2 b) 3	Venda	F. Ford
UNIFEM	Maria, Maria		5	Gratuita	ONU
CDD	a) Cadernos b) Cartilhas c) Boletins	c) Trimestral	a) 10 b) 4 c) 4	Gratuita e venda	Não fornecido
Rede Saúde	a) Jornal da Rede Saúde b) Dossiês c) Cartilhas d) Folhetos	a) Quadrimestral	a)20	Gratuita	F. Ford
GELEDÉS	a) CadernosGeledés b) Pode Crê* c) Revista Afro- descendentes** d) Revista Eletrônica e) Boletins Eletrônicos	c) Quadrimestral e) Semanal	a) 5 b) 4	c) Gratuita e venda	Diversas agências + parceria iniciativa privada
CFEMEA	a) Jornal Fêmea b) Livros c) Folhetos d) Pequim 95	a) Mensal	a) 144 + 6esp. b)12 c)4 d)5	Gratuita	Diversas agências + parceria iniciativa privada

Fonte: Tonelli, 2003.

A realização “I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas”, em 2002 e o “I Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feminista” em 2003, na cidade de Florianópolis e dedicado às publicações sediadas nos núcleos de estudo ligados às Universidades e em ONGs, demonstram a importância do debate sobre as

publicações feministas na atualidade. Do primeiro encontro participaram representantes de seis publicações vinculadas a universidades e treze sediadas em ONGs. O segundo encontro, de caráter internacional também, contou com a participação de doze editoras internacionais, três editoras de livros científicos nacionais e vinte e uma editoras de publicações nacionais (MINELLA; GROSSI, 2003).

Entre as participantes de ambos os encontros, estavam grupos bastante expressivos no cenário nacional e que tem por prática regular produzir e veicular trabalhos e informações gerais sobre as questões de gênero, como a Revista de Estudos Feministas e a Cadernos Pagu. Entre as ONGs participaram o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, as Católicas pelo Direito de Decidir, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos e o Geledés/Instituto da Mulher Negra.

Com base na observação dos relatórios dos encontros é possível perceber que, embora haja interesse no diálogo entre a academia e as organizações não-governamentais, existe entre publicações por elas produzidas, diferenças fundamentais. Entre essas diferenças salientamos os objetivos a que se destinam a dinâmica de produção e o formato propriamente dito. Nas revistas acadêmicas encontramos a prevalência de artigos de cunho científico, enquanto que no material produzido pelas ONGs há uma pluralidade de formatos, entre eles cartilhas, folhetos, boletins informativos, jornais, revistas, registros de atividades desenvolvidas, relatórios, etc. Sobre os objetivos, segundo Barros, podemos perceber cinco fins norteadores dos trabalhos produzidos e publicados em ONGs, são eles:

- “(i) viabilizar a pesquisa produzida pelas pessoas que compõem a ONG;
- (ii) registrar a memória de iniciativas consideradas importantes;
- (iii) reunir material para cursos de formação e de capacitação;
- (iv) instigar o debate sobre gênero em áreas específicas;
- (v) informar os movimentos populares e, particularmente, o movimento de mulheres (2003).”

Tanto os representantes de publicações sediadas nas universidades quanto daquelas produzidas pelas ONGs apontaram para as dificuldades envolvidas no processo

de produção, editoração e distribuição, salientando o aspecto financeiro deste impasse. Apontaram também para a necessidade de se estabelecer parcerias entre os distintos grupos, apesar de suas diferenças, a fim de viabilizar a melhora no cenário editorial feminista.

Além disso, percebemos como problema específico das ONGs, a ausência de um projeto editorial constante o que acaba por influir na periodicidade e na própria continuidade das publicações. As ONGs alegam que, apesar de contarem com financiamento de agências nacionais e internacionais para a produção e distribuição do material impresso, muitas vezes não conseguem custear as despesas com pessoal qualificado para o trabalho editorial. Desta forma, essas publicações acabam por assumir um caráter amador e restrito (BARROS, 2003; TONELI, 2003).

Ainda sobre as formas de financiamento, Toneli aponta para a dependência que as organizações podem vir a desenvolver frente às agências financiadoras, deixando assim o seu conteúdo submetido a imposições externas.

Assim como os núcleos de pesquisa das Universidades e as revistas a eles ligadas, as ONGs têm representado um importante espaço para a divulgação e o debate da teoria e da prática feministas. No entanto, percebemos ao longo desta breve reflexão sobre os relatórios dos Encontros nacionais e internacionais de publicações feministas organizados nos últimos anos pela Revista de Estudos Feministas e financiados pela Fundação Ford, que existem ainda muitos desafios para as publicações feministas.

Entre esses desafios estão, sem dúvida, a viabilização financeira dos custos editoriais e de distribuição; esta é uma situação compartilhada tanto pelas revistas científicas quanto pelas publicações sediadas nas ONGs. Como resposta a esta necessidade e resultado do I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas, foi criada uma Rede de Publicações Feministas, com o Portal de Publicações Feministas e o Consórcio de distribuição das publicações impressas, possibilitando assim, uma maior circulação da produção editorial sobre gênero e feminismo (PORTO, 2004).

Capítulo III – Metodologia da Pesquisa

O presente trabalho é fruto de uma reformulação do projeto de pesquisa com que, originalmente, demos início ao curso de mestrado. Esta reformulação foi necessária frente às dificuldades de execução que o estudo a que havíamos nos proposto *à priori* demonstrou. Neste primeiro projeto, o objetivo era investigar a relação entre as ONGs feministas e os organismos de financiamento externo, em especial o UNIFEM.

Entre os entraves encontrados estavam a dificuldade de acesso a dados desta natureza junto às ONGs e ao próprio UNIFEM e o fato de que esta relação apesar de amplamente criticada, acaba por ser aceita como necessária, uma vez que todas as organizações de cunho feminista, inclusive as governamentais utilizam-se deste tipo de financiamento.

Sendo assim, mantivemos a análise das ONGs feministas, porém, o recorte dado ao objeto foi modificado. O que antes consistia numa discussão ampla e vaga, agora se delimitou em torno da produção e difusão de conhecimento no interior destas instituições. Este relato é fundamental para explicitar o caminho percorrido até a delimitação final do objeto e, com isso, justificar as escolhas feitas durante o trabalho de pesquisa.

A primeira parte do trabalho foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico minucioso sobre a problemática teórica da pesquisa: o movimento feminista brasileiro e a produção/divulgação de conhecimento na imprensa feminista. Buscamos neste momento estabelecer os pressupostos teóricos que embasam nosso olhar sobre as publicações feministas na contemporaneidade, assim como resgatar o percurso histórico do movimento feminista, e as publicações que dele derivam.

Na segunda parte as publicações contemporâneas foram analisadas a fim de responder às questões propostas desde o início: Existe produção de conhecimento nos jornais analisados ou estes apenas cumprem a função de divulgar informações? Qual o papel que estas publicações cumprem dentro dos diversos setores do movimento feminista?

Para tanto, num primeiro momento optamos por uma pesquisa mais geral sobre as publicações sediadas em ONGs feministas, que acarretou na escolha dos jornais sobre os quais a pesquisa estaria ancorada, a partir da observação da regularidade das publicações e do número de exemplares já produzidos. Também foi observado o período

em que as publicações tiveram início, já que a intenção era de produzir uma análise situada entre o final da década de 1990 e a metade dos anos 2000. Este período foi estabelecido juntamente com o Núcleo de Estudos de Gênero da FCL/ar UNESP, coordenado pela Prof^a Lucila Scavone, que desenvolve atualmente a pesquisa “Estudos de Gênero e Feministas: relações norte e sul”, analisando revistas acadêmicas nacionais e internacionais.

Como dissemos na introdução, o Jornal Fêmea e o Jornal da Rede foram escolhidos por terem um grande número de exemplares publicados durante o período estabelecido: de 1999 a 2006. Feita essa escolha, foi realizada uma análise dos sites das instituições_ respectivamente Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e Rede Feminista de Saúde_ a fim de levantar os números disponíveis. Foram analisados 72 números do Jornal Fêmea e 12 do Jornal da Rede.

Após o levantamento dos números, realizamos a leitura de todos os jornais na íntegra para identificar os temas de maior incidência. A partir daí, foram criadas *fichas de informação*, nas quais consta o editorial e o índice de matérias de cada edição publicada e, a partir da leitura destas fichas, os artigos foram classificados segundo temas, de acordo com os assuntos recorrentes. Os temas estabelecidos foram os seguintes:

- a) Saúde/saúde reprodutiva;
- b) Violência de gênero;
- c) Participação das mulheres na política/legislações/direitos;
- d) Movimento feminista/Movimento de mulheres;
- e) Informes sobre a instituição;
- f) Homens/ masculinidade;
- g) Debates sobre gênero;
- h) Mulheres negras/Movimento negro;
- I) Mulheres e trabalho.

Posteriormente foram elaborados gráficos¹⁵ para demonstrar a frequência de abordagem de cada tema em cada ano. Desta forma, partimos de uma análise quantitativa para compreender o enfoque dado por cada publicação, de acordo com o período retratado. Apesar do seu caráter fortemente descritivo, essa etapa é fundamental para mapear os temas sobre os quais as instituições se debruçam para que, na segunda

¹⁵ Em anexo.

etapa, seja possível estabelecer um nexo entre o que está sendo discutido dentro do movimento feminista, aqui representado pelas ONGs, e a produção teórica propriamente dita acerca do gênero. Busca-se com isso compreender o lugar que as referidas publicações ocupam na produção e difusão de conhecimento.

O segundo momento consiste na análise aprofundada das matérias classificadas. Esta análise se deu através da leitura dos editoriais e de matérias-chave de cada tema em cada edição, escolhidas a partir do tamanho, do destaque que estas tinham dentro daquele número e da densidade da discussão proposta buscando compreender a natureza dos assuntos tratados, sua conexão com o contexto social da época abordada e o objetivo de sua publicação_ informar ou discutir mais profundamente os temas propostos. A leitura dos textos foi feita a partir da técnica de *atenção flutuante* que, segundo THIOLENT (1986), permite fixar a atenção na busca de respostas às questões colocadas e decodificar os temas abordados.

Foi necessário também subdividir a análise em períodos, de acordo com o contexto político vigente para contemplar o pano de fundo das questões abordadas. O primeiro período, de 1999 a 2001 visa abordar o governo de Fernando Henrique Cardoso, momento que marca o declínio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; o segundo período vai de 2002 a 2004, tem como destaque a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres pelo primeiro mandato do governo Lula e, por fim, o terceiro, de 2004 a 2006 marca a consolidação da Secretaria no segundo mandato deste governo.

Ao analisar os textos, portanto, buscamos codificar e classificar, utilizando os esquemas da ciência e da percepção *que distingue a forma do conteúdo, o que é importante, do que não é, o que é central do que é secundário o que é atual do que é desatualizado* (BOURDIEU, 1990, p.97).

Capítulo IV - ONGs feministas: CFEMEA e Rede Feminista de Saúde

Este capítulo consiste na análise do material coletado no site das instituições, que sejam, o CFEMEA e a Rede Feminista de Saúde.

O CFEMEA

Fundado em junho de 1989, por um grupo de mulheres feministas de Brasília, o CFEMEA_ Centro Feminista de Estudos e Assessoria_ consolidou-se ao longo dos últimos 20 anos como um dos grupos feministas, a assumirem a configuração de ONG, de maior expressão no cenário nacional. Segundo definição contida no site da instituição:

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA é uma organização não-governamental feminista, de caráter público e sem fins lucrativos. A organização luta de forma autônoma e suprapartidária pela cidadania das mulheres, igualdade de gênero, e por uma sociedade e um Estado justos e democráticos. Tem como compromissos: a defesa e ampliação da democracia nos processos, nas relações e nas instituições sociais; a busca da superação das desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia; e a afirmação da diversidade, liberdade, solidariedade e autonomia como valores centrais da sociedade.¹⁶

Da mesma forma que outros grupos surgidos nesse mesmo período, o CFEMEA assumiu a luta pela concretização de novos direitos conquistados na Constituição Federal, de 1988. A partir de 1992, com o Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, transformado, em 1995, no Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, o Centro passou a centralizar suas ações de forma global, incorporando o desafio de lutar pela Implementação das Plataformas de Beijing'95 e de Cairo'94, junto ao Legislativo Federal.

É crucial neste momento abrir um parêntese para melhor explicitar as referidas Plataformas, suas origens e importância histórica para os movimentos de mulheres de forma geral e, em especial, nas diretrizes adotadas pelo CFEMEA na década de 1990. Desde a preparação para a Conferência do Cairo, os debates incluindo temas como a

¹⁶ <http://www.cfemea.org.br/quemsomos/programa.asp>, consultado em 16/01/2010.

saúde sexual e reprodutiva, o planejamento familiar, entre outros, mobilizou discussões nos grupos de mulheres e feministas e deram evidência às questões específicas das mulheres. O próprio conceito de “saúde reprodutiva” ganhou maior legitimidade e passou a ser encarado com o status de direito. Nas palavras de Tânia Patriota¹⁷:

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Conferência do Cairo, realizada em setembro de 1994, foi o maior evento de porte internacional sobre temas populacionais jamais realizado. Contribuíram para seu êxito e impacto os conhecimentos especializados e a força mobilizadora de 11 mil participantes, representantes de governos, das Nações Unidas, e de organizações não-governamentais, além dos meios de comunicação.

A partir da CIPD, as políticas e os programas de população deixaram de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Nesta perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero.

Além desta mudança de paradigma, a comunidade internacional chegou a um consenso sobre três metas a serem alcançadas até 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas, e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.

Seguindo essa onda de avanços da década, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, que ficou conhecida como Beijing’95, foi realizada em Setembro deste ano, em Pequim, capital da China, onde mais de 180 delegações governamentais e 2.500 organizações não-governamentais reuniram-se para discutir questões relacionadas à situação da mulher. Durante a Conferência, os movimentos de mulheres e, em especial o feminista, voltaram sua atenção para o evento que se pretendia histórico, no sentido de levar o avanço da consciência mundial e a mudança paradigmática no cenário da

¹⁷ Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: - Plataforma de Cairo .In: http://200.130.7.5/spmu/eventos_internacionais/ONU/eventos_UNU.htm, consultado em 15/01/2010.

igualdade, justiça social e Direitos Humanos, a partir da perspectiva de gênero e do reconhecimento da desigualdade entre os sexos.

Nessa conferência, a comunidade internacional assumiu o compromisso de preparar uma nova agenda de desenvolvimento usando as experiências das mulheres como principal força motriz, colocando a dignidade e o valor da mulher de toda e qualquer classe, etnia ou afiliação política, no centro dos esforços visando a consecução da igualdade plena entre homens e mulheres.

No final do encontro, os governos se comprometeram diante de dois documentos, adotados como síntese do evento: A Declaração de Beijing, que enunciou princípios fundamentais que deveriam guiar a ação política e a Plataforma de Ação, que identificou áreas críticas e apontou estratégias e caminhos de mudança para ultrapassar os obstáculos e promover a igualdade entre os sexos.

Segundo Maria Luiza Ribeiro Viotti¹⁸:

Consubstanciado na Declaração e na Plataforma de Ação de Pequim, o legado da Conferência é um conjunto de objetivos estratégicos – com a identificação das ações necessárias para atingi-los – naquelas doze áreas. Trata-se de um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação.

A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade.

¹⁸Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher: - Pequim, 1995. In: http://200.130.7.5/spmu/eventos_internacionais/ONU/eventos_UNU.htm, consultado em 15/01/2010.

O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental.

A essas inovações conceituais veio juntar-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados.

Ainda em meados da década de 1990, o Centro se propôs a participar do debate sobre o Orçamento da União, no Congresso Nacional, a fim de discutir e defender a disposição de recursos para políticas públicas voltadas para as mulheres e com perspectiva de gênero. Esse debate voltado para as políticas públicas com enfoque de gênero ainda norteia a maioria das ações do Centro e configuram uma das, senão a maior, características dentro das estratégias de ação do grupo.

Nesta mesma perspectiva, em conjunto com outros grupos organizados, o Centro tem grande participação em legislações já aprovadas, como as sobre planejamento familiar, cotas por sexo nas eleições proporcionais, criminalização do assédio sexual, igualdade entre homens e mulheres no Código Civil, ações afirmativas no mercado de trabalho das mulheres, licença maternidade por adoção, acúmulo de discussão e sensibilização de parlamentares em relação aos direitos das mulheres, bem como da organização e a pressão dos movimentos de mulheres e feministas.

A instituição participou ainda de mobilizações de resistência contra retrocessos na luta pela igualdade como na suspensão do direito de realização do aborto nos casos previstos em lei, a redução do salário maternidade para um teto máximo de 10 salários mínimos, e do diferenciado para a aposentadoria das mulheres.

Percebe-se que o campo político é privilegiado nas ações do CFEMEA desde a sua criação. A intervenção nessa esfera se dá por meio da prestação de serviços de

assessoria a parlamentares, em especial à bancada feminista, e ao acompanhamento das proposições legislativas. O site da instituição tem importante papel dentro desta estratégia de ação, já que ele cumpre a função de tornar público o andamento destas políticas com foco no gênero, bem como de informar e articular mobilizações junto a outros grupos feministas.

Sobre esse ponto é importante ressaltar que o CFEMEA se considera parte dos movimentos de mulheres e feministas, no âmbito nacional e internacional. Dentre as articulações, nacionais e internacionais, das quais o Centro faz parte, cabe destaque a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), a Articulación Feminista Marcosur (AFM) e a Women Human Rights Network (WHRNET). Além disso, a instituição foi pioneira na América Latina na luta pela formulação de legislação equitativa, pelo uma perspectiva de gênero.

Outra importante proposição do Centro diz respeito à luta pelo crescimento e o fortalecimento da representação das mulheres no Parlamento que se constituíram enquanto uma Bancada Feminina com objetivos em comum, a despeito da origem partidária e regional das parlamentares. Essa Bancada vem sendo referência para legislativos estaduais e municipais, pois tem atuado de forma expressiva e como linha de frente para a conquista da cidadania das mulheres. Segundo consta na *Apresentação* do CFEMEA em seu site, o CFEMEA tem como objetivos:

- Defender e promover a igualdade de direitos e a equidade de gênero na legislação, bem como no planejamento e implementação de políticas públicas, considerando as desigualdades geradas pela intersecção das discriminações sexistas e racistas.
- Incidir sobre o processo orçamentário com vistas à sua democratização e transparência, bem como a incorporação da perspectiva de gênero e de raça/etnia nos gastos públicos.
- Contribuir para fortalecer os movimentos de mulheres e feministas, participando das articulações, subsidiando diálogos com outros movimentos sociais, bem como a interlocução com os poderes constituídos.
- Promover a presença das mulheres e as pautas feministas nos espaços e processos de participação e de representação política.

- Desenvolver instrumentos de comunicação política para ampliar a esfera pública de debate sobre as pautas feministas, tornando possível a articulação em torno da agenda política para a equidade de gênero.¹⁹

Desde a sua fundação, o Centro se mantém com o financiamento dos setores público e privado e de financiamentos internacionais. Entre estes, tem destaque o apoio de agências da cooperação internacional como a Fundação Ford, Fundação MacArthur, FNUAP, UNIFEM, UNICEF, Novib, OXFAM, FIG/CIDA, DFID, HBS, FES/ILDES, AVINA, IWHC, BID/Prolid – Programa de Apoio à Liderança e Representação Política das Mulheres, ActionAid e Global Fund; de organizações governamentais - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Secretaria Especial de Política para Mulheres, Ministério da Saúde; e de empresas privadas - Avon, Gessy Lever, Hering e Boticário.

Atualmente a instituição é composta por uma equipe de vinte pessoas, das quais dezoito são do sexo feminino duas do sexo masculino. Destes, dezesseis pessoas fazem parte da área técnica e quatro são da área de apoio. O CFEMEA conta ainda com uma estrutura administrativa organizada na forma de conselhos, e eles são: Conselho Deliberativo, Colegiado Diretor, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal, Comitê de Especialistas.

Dentro destas frentes de atuação a instituição produz ainda uma série de publicações. Entre este material produzido e veiculado, seja por meio impresso quanto pelo digital, figuram diferentes gêneros, com diferentes finalidades e públicos-alvo. Trata-se de boletins informativos, livros, artigos e periódicos, entre os quais consta um também um jornal. Segundo Barbosa:

O CFEMEA entende que não basta produzir informação, mas é preciso interferir politicamente por meio da comunicação, marcando posição, fornecendo argumentos e dados, e fomentando reflexões. Desde 1993 – quatro anos, portanto, após a criação do CFEMEA - foram publicados 16 livros, folhetos e informativos. Os livros e folhetos publicados pelo Centro são resultado da produção de suas integrantes e de consultorias ou parcerias com pesquisadoras e membros de outras organizações não-governamentais. As publicações são voltadas para a qualificação da intervenção dos movimentos de mulheres e feministas

¹⁹ <http://www.cfemea.org.br/quemsomos/apresentacao.asp>, consultado em 16/01/2010.

no Legislativo Federal; divulgam pesquisas realizadas pelo CFEMEA junto aos (às) parlamentares federais sobre temas de interesse das mulheres; divulgam propostas para uma legislação não discriminatória e políticas públicas com uma perspectiva de gênero; aprofundam temas importantes para o movimento; e procuram oferecer instrumentos para as mulheres e suas organizações exercerem seus direitos. (p.145, 2004)

Dentre estas publicações será analisado somente o Jornal Fêmea. Criado em março de 1992 com intuito de discutir e publicizar as políticas públicas e legislações com foco nas mulheres e abordar questões tratadas pelos movimentos de mulheres e feministas, esta publicação é distribuída gratuitamente e tem como principal público-alvo os movimentos de mulheres e feministas e os/as parlamentares e assessores/as, nos âmbitos federal, estadual e municipal. De periodicidade mensal²⁰, além da tiragem de 13.000 exemplares, o jornal também pode ser acessado pelo site da instituição, onde as edições dos últimos dez anos encontram-se disponíveis na íntegra. Desde a sua criação, o jornal já publicou já publicou 161 números regulares e quatro especiais.²¹ Ainda nas palavras de Barbosa:

O Fêmea também tem sido um instrumento de informação dirigido a todos (as) os (as) parlamentares federais, para informar e dar visibilidade à luta das mulheres por seus direitos e subsidiar os(as) congressistas com reflexões dirigidas à ação em favor da igualdade e pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. No seu décimo ano, em 2001, edição de número 98, o Fêmea passou a ter uma tiragem quase triplicada, de 5 mil para 13 mil exemplares. A partir de então, passou a chegar também às mãos de todas as vereadoras e deputadas estaduais, prefeitas e governadoras deste enorme Brasil. (p.145, 2004)

A estrutura do jornal se mantém mais ou menos regular, contendo capa, editorial e uma sequência de matérias que, nos últimos anos, passaram a integrar sessões fixas por temas. São elas: **Política**, seção na qual são discutidos temas de interesse das mulheres no contexto da política; **Entrevista**, momento em que alguém de destaque, seja dentro dos movimentos sociais, na política ou na academia, é entrevistado sobre

²⁰ De forma geral, o jornal é publicado mensalmente, entretanto, a periodicidade do jornal é alterada a partir de 2004, quando torna-se irregular, havendo em 2006, somente três números publicados.

²¹ Esses números representam as publicações do período de março de 1992 até julho de 2009.

questões com enfoque, direta ou indiretamente ligadas à temática de gênero; **Matéria da Capa**, onde consta a discussão central da edição; **Na lei e na Vida**, espaço para a discussão sobre os direitos das mulheres; **Artigo**, que abriga discussões e reflexões de diferentes autores e temas; **Pílulas**, onde pequenos informes, notícias e comentários são disponibilizados; **CFEMEA**, utilizada para a divulgação das ações da instituição.

Nem todas essas matérias são assinadas por um autor específico, ficando sob responsabilidade geral de um/a jornalista, porém, a seção *Artigo* é escrita por/ou com o auxílio do conselho consultivo, que conta atualmente com nomes importantes na história do feminismo brasileiro_ como Maria Amélia Telles, Jacira Melo, Sônia Correa, Sueli Carneiro e Heleieth Saffioti_ como nos relata Barbosa:

Os textos são escritos pela própria equipe do CFEMEA, representantes dos movimentos de mulheres e feministas, especialistas, autoridades governamentais e parlamentares. Há, por exemplo, artigos escritos por relatores (as) de proposições legislativas. É o caso do texto “Proteção ao mercado de trabalho da mulher”, elaborado pela senadora Emília Fernandes (PDT/RS) que, na época, era relatora do projeto 29/96, da deputada Rita Camata. Segundo Emília, o projeto avançava ““ no sentido de dotar o Brasil de uma legislação moderna, condizente com os princípios constitucionais que asseguram a igualdade de oportunidades para ambos os sexos “”. (Jornal Fêmea, nº 63, abril/98, p. 9). (p. 144, 2004)

Percebe-se a partir da própria estrutura do jornal que temas como mulheres e a política e direitos das mulheres são recorrentes e fundamentais, não somente para a estrutura do periódico, como também, estão no centro de todas as ações da instituição. No entanto, outros assuntos, como saúde e direitos reprodutivos, violência de gênero, trabalho feminino, entre outros, são constantemente abordados, tanto nas publicações, quanto nas ações em geral.

A Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos_ abreviadamente Rede Feminista de Saúde (RFS)_ é uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito privado criada agosto de 1991 e regulamentada em 1995 por um

estatuto social, que a rege desde então. Ainda segundo as disposições deste estatuto, “tem atuação nacional, foro e sede itinerantes e funcionará no local onde estiver sendo exercida a Secretaria Executiva e sediada a entidade” (Art. 1º § 1º).

Este estatuto ainda prevê a possibilidade de instalação de regionais e pontos focais dentro do território nacional, sem limite numérico. Atualmente A RFS conta com regionais em doze estados da federação situadas no interior de ONGs, institutos, associações e coletivos dedicados às causas das mulheres. Conta também com oito pontos focais, de concentração majoritária nos estados das regiões Norte e Nordeste e que também estão integrados à estrutura de outros grupos correlatos.

Como é organizada na forma de associativa, a RFS reúne um numero extenso de filiadas, contando com ONGs, núcleos de pesquisa, articulações de movimentos sociais, organizações sindicais/profissionais e conselhos de direitos da mulher, profissionais de saúde e ativistas feministas autônomas. Em 2006, a Rede reunia duzentos e sessenta e seis filiadas sendo cento e quarenta institucionais e cento e vinte seis individuais. A coordenação das atividades é feita através da eleição de uma secretaria executiva, composta de dois nomes e com mandato de quatro anos, e de um colegiado diretor, composto de oito nomes e mandato de dois anos. Nas duas esferas, são eleitas mulheres de diferentes organizações, o que confere à Rede uma estrutura bastante diferente daquela observada no CFEMEA.

Seus objetivos, ainda de acordo com o Estatuto Social são:

- I - Discutir e difundir questões relativas à saúde das mulheres e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sob uma perspectiva feminista;
- II - Influenciar a sociedade brasileira, a sociedade civil e os movimentos sociais para a defesa da equidade de gênero e os direitos humanos das mulheres.
- III - influenciar na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas no País;
- IV - Assegurar a aprovação, a regulamentação e a aplicação de legislação que garanta a cidadania das mulheres, atuando junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- V - Contribuir para o bem-estar, qualidade de vida e aumento da consciência política da população, participando de debates públicos sobre saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos, tanto no âmbito dos movimentos de mulheres como em outros espaços, seja em nível nacional ou internacional;
- VI - Sensibilizar profissionais de diferentes áreas,

políticos e formadores de opinião para uma abordagem humanizada das questões da saúde da mulher e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, compatível com os princípios de integralidade, equidade e justiça.
VII - Produzir materiais, impressos e eletrônicos, de informação, educação e comunicação compatíveis com a natureza, os princípios e os objetivos da Rede Feminista de Saúde. (Art. 3)

Desta forma, a Rede divide suas ações em duas frentes de atuação: *controle social da saúde das mulheres e comunicação em saúde*. A primeira se dá pela atuação no âmbito político por meio da representação em diversos níveis, sendo que existem dezenove órgãos onde a RFS possui representantes. São eles, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Executiva da Comissão de Monitoramento do Pacto Nacional de Redução da Morte Materna/2005, Campanha 28 de Setembro, Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS/2008), Conselho Nacional da Saúde, Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU), Comissão de Saúde da População Negra (CNS), Comitê Assessor ABC/UFPA, Comissão Nacional de Morte Materna do MS, Conselho Nacional da Juventude, Convenção Interamericana pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Comissão Especial dos Movimentos Sociais em Saúde do Trabalhador, Comitê Internacional do Fórum Social Mundial de Saúde, Comitê Acadêmico da Universidade Itinerante RSMLAC, FIGO (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia) e Federação Latino-americana de Ginecologia e Obstetrícia, GT Gênero e Tabaco do Ministério da Saúde, Conselho Diretor da RSMLAC, Comissões da FEBRASGO (Federação Brasileira das Sociedades Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia).

A segunda, referente à comunicação, se desenvolve a partir da promoção debates, em diferentes âmbitos, através de pesquisas, publicações e eventos produzidos em diferentes instâncias. Entre as publicações encontramos cartilhas de caráter educativo que são veiculadas através do site da instituição, podendo ser produzidas ou não pela Rede, como é o caso da cartilha “Anticoncepção de Emergência: Perguntas e Respostas para Profissionais de Saúde”, produzido pelo Ministério da Saúde.

Encontramos também dossiês, contendo discussões mais aprofundadas a respeito de temas específicos, como Aborto, Violência de Gênero, Mortalidade Materna e AIDS.

Além disso, está disponível no site da associação um banco de textos sobre violência, onde o tema é abordado por diferentes aspectos.

Para fins desta pesquisa, entretanto, a atenção será voltada para o Jornal da Rede. De periodicidade variável, a publicação apresenta de uma a três edições anuais e seu conteúdo, publicado entre os anos de 1999 a 2006, pode ser acessado na íntegra através do endereço eletrônico da RFS²². Ao todo, serão doze números analisados ao longo desta pesquisa.

No site da Rede Feminista de Saúde, fonte deste estudo, não estão disponibilizadas informações relacionadas ao caráter geral do jornal, como a história de sua criação, seus objetivos, sua proposta editorial e o público-alvo a que ele se destina. Até o momento as tentativas de obter acesso a estes dados por meio de contato virtual não tiveram resposta. Entretanto, o interesse de estudar essa publicação se manteve pelo alcance que ela tem, pela disponibilização eletrônica da maioria de seus números publicados e pela dimensão do universo de organizações que a rede engloba, seja na forma de filiação, seja pelo simples acesso as informações que ela disponibiliza de forma irrestrita.

Ao contrário do que foi observado no Jornal Fêmea, o Jornal da Rede é organizado, a partir de uma linha editorial adotada em 2001, em torno de um único tema por edição. Sendo assim, podem ocorrer debates sobre outros temas, porém, o fio condutor é ditado pelo tema-chave da edição. Por exemplo, quando o tema-chave é a violência, podem existir no mesmo exemplar artigos discutindo o problema sobre diferentes ângulos, como por exemplo, os aspectos legais, abordando a legislação disponível no combate a estes casos e os impactos que a violência tem sobre a saúde física e psicológica das mulheres.

Desta forma, a estrutura do jornal foi se transformando ao longo dos anos analisados, porém, a forma original se manteve em linhas gerais, contendo uma Apresentação inicial, um Sumário de matérias e a sequência de matérias logo a seguir. Essas matérias, ou artigos são, em sua maioria, assinadas por colaboradores/as oriundos de núcleos de pesquisa, universidades e diversos tipos de organizações e ligados/as, de alguma forma ao tema tratado, com exceção para os espaços dedicados a divulgação de

²² Excetuando-se os anos de 2003 e 2005, que não constam no acervo virtual do jornal.

eventos, campanhas e outros assuntos de caráter mais militante.

Capítulo V- Os Jornais

Neste capítulo analisaremos o conteúdo dos jornais *Fêmea* e da Rede. Ressaltamos que, apesar da grande diferença numérica entre as publicações, haja visto que analisamos 72 números do Jornal *Fêmea* e apenas 12 do Jornal da Rede, as comparações que teceremos serão baseadas na análise qualitativa das matérias, tendo sido a parte quantitativa apenas instrumento para a delimitação de temas e importância destes de forma isolada em cada jornal.

Para efetuar a análise, consideramos imprescindível a divisão em períodos, de acordo com a configuração histórica em que foram publicados. O primeiro período, de 1999 a 2001 contempla o governo de Fernando Henrique Cardoso; de 2002 a 2004 tem destaque a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres pelo primeiro mandato do governo Lula e, por fim, de 2004 a 2006 a consolidação da Secretaria no segundo mandato deste governo.

1999 a 2001: Governo FHC

O primeiro período delimitado em nossa pesquisa compreende os últimos anos do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Para o movimento feminista este foi um período de retração do que poderíamos chamar de *feminismo de Estado*, pois corresponde a um momento de enfraquecimento do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, criado em 1985, com o objetivo de promover políticas de combate à discriminação da mulher. Em 1997, o CNDM perdeu seu status e autonomia, tendo sido anexado dentro da estrutura do Ministério da Justiça. As publicações aqui abordadas discutem esta questão a partir dos prejuízos acarretados por esse momento de enfraquecimento do Conselho e da luta que se firmou dentro do movimento social para reverter essa situação.

O número 90 do Jornal *Fêmea*, publicado em 2000, realiza uma forte discussão sobre estas questões. O jornal ressalta que o problema em relação à efetividade e liberdade de ação do Conselho começou a ser revertido parcialmente ainda em junho de 2000, com a criação de novos cargos e com a garantia de maior autonomia. Esse

processo foi um dos resultados logrados pelo encontro realizado em Nova Iorque no mesmo ano e intitulado “Pequim+5”. Segundo o edital deste mês:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CNDM, ganhou Secretaria Executiva. O decreto nº 3.511 de 16 de julho de 2000 foi publicado no Diário Oficial no dia 19 do mesmo mês. A Secretaria Executiva está ligada à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O CNDM passa a ganhar mais cargos e autonomia (Jornal Fêmea, nº 90, p.1, 2000).

Percebemos também que o enfraquecimento do CNDM possibilitou o fortalecimento de outras instituições que ganham espaço na elaboração e execução de projetos ligados às mulheres. Tendo isto em vista, é importante ressaltar que este é um período de efervescência das ONGs feministas que ocupam as lacunas deixadas pelo referido *feminismo de Estado*. As publicações que aqui analisamos e as instituições nas quais elas são produzidas denotam essa tendência. Este é um momento em que os diversos grupos organizados assumem o protagonismo nas mais diversas áreas sociais (GOHN, 2005), e com o feminismo não foi diferente.

Com trinta e oito edições publicadas no período que compreende esse primeiro triênio, sendo trinta do Jornal Fêmea e oito do Jornal da Rede, percebemos que este é um período de ascendência das publicações, que buscam abordar todo o leque de temas presentes nas discussões dos diversos setores do movimento feminista. A temática da *saúde*, a exemplo disso, ocupou, em ambas as publicações, importante espaço ao longo destes anos.

Sempre entre os três temas mais abordados, percebemos que esta ainda é uma questão sobre a qual o movimento feminista tem se debruçado nos últimos anos, seja sob o enfoque legalista, buscando a garantia de direitos fundamentais das mulheres, seja na forma de discussões mais amplas, sobre as especificidades da saúde feminina. Ainda sobre este tema é importante abrir a discussão com algumas ressalvas. Tendo o Jornal da Rede o tema da *saúde das mulheres* como campo privilegiado, é esperado que as discussões, neste sentido, sejam aprofundadas de forma diferente nesta publicação. O intuito da pesquisa é justamente este: demonstrar os pontos de convergência e

discrepância, tendo em vista que ambas as publicações se definem como feministas, porém levando em conta as diferenças essenciais de cada jornal.

No primeiro ano deste levantamento, 1999, entre os assuntos ligados diretamente a este tema no Jornal da Rede, tiveram destaque as discussões sobre a necessidade de combate a mortalidade materna no país. Discutia-se neste momento, a necessidade de intervenção social para que se reivindicassem melhores condições de acompanhamento das gestantes, especialmente de baixa renda, para combater a mortalidade materna. Segundo Ana Cristina Tanaka:

(...) as ações de saúde feitas até o momento não causaram impacto de redução da mortalidade materna em nosso meio. Elas são tímidas para enfrentar a situação e têm pouca atuação sobre a mudança da qualidade de assistência a ser dispensada a esta população, quer em nível de pré-natal, como, principalmente, em nível institucional. É importante lembrar que a assistência hospitalar, em sua maioria, é feita pelo setor privado, que faz convênio com o setor público para prestar esta atenção, o que torna um grande desafio definir como uma política pública de saúde pode interferir no modo e na melhoria do funcionamento destas instituições. Sabe-se que as instituições são direta ou indiretamente responsáveis por grande parte dos óbitos maternos, pois, atualmente, só recebem as gestantes em período expulsivo, abusam das cesarianas, não supervisionam adequadamente o pós-parto imediato e, muitas vezes, não possuem banco de sangue ou convênio eficiente com um hemocentro. É necessário haver uma vontade política de toda a sociedade para que se reduza, em nosso meio, a mortalidade materna aos casos realmente inevitáveis (Jornal da Rede p.3, Nº 17, 1999).

Também houve destaque para a discussão sobre anticoncepção de emergência, a partir do enfoque médico no artigo do médico e professor Aníbal Faúndes, chamando atenção para a necessidade de maior divulgação deste tipo de contraceptivo, não somente em casos pós-estupro, como ocorria até então, mas também para casos de falha no uso de contraceptivos regulares. Neste momento, discutia-se a contracepção de emergência como um avanço médico que permitia às mulheres maior liberdade e segurança. Segundo o professor:

A anticoncepção de emergência é conhecida há mais de vinte anos, inicialmente com o nome de “pílula do dia seguinte”. Entretanto, ela não recebeu a atenção ou o interesse que realmente merece, tanto do público quanto dos serviços de saúde ou da indústria farmacêutica. O público em geral e muitos médicos parecem considerar a AE como um método reservado aos casos de estupro. Apesar de a violência sexual ser bastante frequente, a principal indicação da AE não é essa, mas sim a ocorrência de “acidentes” durante o uso de outros métodos anticoncepcionais ou o caso de uma relação sexual inesperada, não planejada e, por isso mesmo, não protegida por contracepção (Jornal da Rede, p.6, nº 17, 1999).

Não estavam em pauta, entretanto, os aspectos negativos, seja no âmbito médico, como os efeitos colaterais causados pelo uso recorrente ou pela substituição dos anticoncepcionais regulares pelo uso exclusivo da AE, seja os impactos sobre o combate às doenças sexualmente transmissíveis, na medida em que ocorre a substituição do uso do preservativo pelo da pílula emergencial. (FIGUEIREDO; BORGES, p.12-24).

Sobre o aborto²³, a edição de número 18 dedicou-se quase inteiramente a discussão dos mais diversos aspectos do tema, com enfoque voltado para a luta pela sua legalização.

No Jornal Fêmea, no mesmo ano, com 26,8% das matérias publicadas dedicadas às discussões referentes à saúde feminina de forma geral e à saúde reprodutiva mantiveram seu foco na elaboração e aprovação da Norma Técnica do Ministério da Saúde (que dispunha sobre "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes") no Congresso Nacional.

Mais uma vez as discussões transitaram entre dois temas: Saúde e Violência. No entanto, como o conteúdo das reflexões se deu no âmbito dos impactos da violência sexual sobre a saúde das mulheres e como prevenir possíveis agravos com atendimento médico/hospitalar adequado, este tópico foi classificado como pertencente à seção dedicada à saúde das mulheres. No número seguinte, após seis meses de acompanhamento, o jornal informou²⁴:

²³ Apesar de sua interface com o tema *Participação das mulheres na política/legislações/direitos*, este é um assunto que claramente reverbera sobre a saúde reprodutiva das mulheres, por isso foi classificado como parte da seção *saúde*

²⁴ Neste ano a referida Norma foi amplamente distribuída com tiragem de 40.000 exemplares. Em 2005 ela foi reeditada e teve tiragem de mais 40.000 exemplares distribuídos e mais 10.000 em 2007.

Depois de seis meses de expectativa, finalmente a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou, por 24 votos a favor e 16 contrários, o parecer da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) rejeitando o PDC 737/98 do deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), que sustava a Norma Técnica do Ministério da Saúde, que dispõe sobre "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes" (...) (Jornal Fêmea, p.1, nº78, 1999).

Notamos que neste ano não houve grande diálogo entre as duas publicações. No entanto, ambas refletiram sobre questões que estavam no cerne das discussões dos movimentos de mulheres e feminista: a luta pela consolidação e manutenção de direitos. Apesar de terem abordado aspectos diferentes da saúde das mulheres, os dois jornais acompanharam importantes discussões que tramitavam no Congresso Nacional com o objetivo de assegurar às mulheres um tratamento humanizado, fossem elas gestantes e/ou vítimas de violência sexual. Percebe-se com isso que, no final da década de 1990, o feminismo brasileiro ainda precisava lidar com questões básicas, como a consolidação do direito à saúde.

Nos dois jornais o tema da *violência de gênero* também foi abordado ao longo dos anos de forma recorrente. Isto demonstra a forte ligação entre as instituições que os publica e os temas clássicos de luta do movimento feminista brasileiro, já que as diversas formas de violência derivadas da desigualdade de gênero ainda constituem, em nosso país, um importante instrumento de dominação.

Já no primeiro ano da nossa análise, o Jornal da Rede apresentou grande parte de um número dedicado a esta questão. A edição nº19 de novembro de 1999, discutiu diversos aspectos da violência contra as mulheres, e apesar da discussão se dar a partir de vários artigos, de diferentes autorias e abordando diversos aspectos, nota-se que o foco está nos impactos da violência sobre a saúde da mulher, ou seja, a violência é encarada, mais do que pelos aspectos legais e culturais, como um problema de saúde pública.

Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Lilia Blima Schraiber²⁵ escreveram sobre essa nova tendência no tratamento da violência:

²⁵ Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira, então doutoranda em Medicina Preventiva na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação MacArthur e Lilia Blima Schraiber, então professora livre-docente do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Nos últimos 10 anos, o problema da violência contra a mulher vem sendo remetido à área da saúde pública, tanto pelo movimento feminista como por associações profissionais, serviços de saúde e organismos internacionais, como OMS (Organização Mundial da Saúde) e OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Este direcionamento está embasado na constatação crescente de que a violência de gênero está associada a um maior risco para diversos agravos à saúde física e mental, além do trauma físico direto, e também a um uso mais freqüente dos serviços de saúde (Jornal da Rede, p.4, n°19, 1999).

As autoras alertam ainda para a ambigüidade que este novo enfoque tem em si. Se por um lado traz legitimidade e visibilidade para um problema muitas vezes circunscrito ao ambiente privado, por outro, corre-se o risco de medicalizar uma questão essencialmente social, com a redução do tratamento somente às consequências físicas do ato violento. Além disso, há a necessidade de atentar para o fato de que, historicamente, os profissionais da saúde mostram-se pouco preparados para lidar com questões onde a discriminação baseada no gênero está presente.

Outro aspecto abordado neste número é a necessidade de apoio às vítimas de violência, através das casas-abrigo. Benilda Regina Paiva de Brito²⁶ aponta em seu texto uma dualidade contida nesse tipo de ação: as casas-abrigo oscilam entre o apoio e solidariedade necessários a recuperação e segurança das vítimas e o enfoque assistencialista. Para a autora, essa é uma medida paliativa que esconde outras questões de maior magnitude. Com isso, Brito chama a atenção para o fato de que, embora sejam necessárias, as casas-abrigo não dão conta de garantir às vítimas de violência doméstica, nem a segurança necessária, nem o apoio para que essas pessoas sejam reinseridas no seu contexto social de forma positiva. Se por um lado não podemos prescindir deste tipo de ação, continua a necessidade de um olhar mais amplo sobre o combate à violência de gênero, tendo visto que este é um problema arraigado nas estruturas sociais mais profundas.

O Jornal Fêmea, por sua vez, mostrou um enfoque bastante parecido com o do Jornal da Rede, tratando a questão da violência de gênero como problema de saúde pública. Isso explica o fato de o tema *saúde* ter tido grande destaque neste ano, e não o tema *violência*, já que com as discussões a respeito da elaboração e aprovação da

²⁶ Psicopedagoga, então coordenadora do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, de Belo Horizonte, militante do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras e membro da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e da Rede Afrocaribenha de Mulheres Negras.

Norma Técnica do Ministério da Saúde no Congresso Nacional, a problemática da violência (ao menos a sexual) passa a ser encarado como uma interface da saúde das mulheres.

Para estabelecer um paralelo com o contexto social da época é importante ressaltar que em abril de 1998, tramitava o projeto de Convênio com a Ulbra e OAB, que visava o monitoramento das políticas públicas de combate à violência de gênero. Este projeto foi inspirado na Plataforma de Ação Mundial para a Mulher da ONU – Beijing 95 e foi assinado em novembro de 1999, passando a levar o nome de *Daniella Perez*. Com isso todo o projeto e seus subprojetos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que visavam o combate a todos os tipos de violências contra as mulheres, ganharam essa denominação, para alertar a sociedade sobre o risco da violência para a vida e a saúde da mulher, e homenagear a atriz, de mesmo nome, brutalmente assassinada em 28 de dezembro de 1992.

Segundo Fátima Oliveira²⁷, esse reconhecimento por parte da ONU da luta contra a violência doméstica como parte da luta pela garantia dos direitos humanos, trouxe maior legitimidade para as ações do movimento feminista. Para ela:

O Movimento Feminista, em todo o mundo, desde a década de 1970 tem se posicionado contra a violência de gênero e buscado dar visibilidade ao problema através de denúncias e de projetos pilotos de atenção às mulheres em situação de violência. No Brasil, nos anos 70, criamos o SOS Mulher e os grupos de auto-ajuda. Realizamos memoráveis eventos públicos e acompanhamos julgamentos de assassinos de mulheres exigindo punição sob o lema "o silêncio e a impunidade são cúmplices da violência". Dentre as conquistas que mudaram o cotidiano de parte das mulheres, destaca-se o reconhecimento pela ONU da violência contra a mulher como um tema legítimo de direitos humanos nos anos 90. No Brasil presenciamos o aumento do debate sobre o assunto e a formulação de políticas públicas na área da segurança: criação de Delegacias de Mulheres (uma invenção brasileira que vários países adotaram) e casas-abrigo para mulheres em "risco de vida", e também nos anos 90 aumentou a compreensão de que a violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública relevante. (Jornal Fêmea, p.8, n°82, 1999).

²⁷ Médica e então Coordenadora da Regional MG da Rede Saúde e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Oliveira alerta, entretanto, para o longo caminho que ainda precisava ser percorrido do ponto de vista legal, tendo em vista o ainda restrito número de delegacias da mulher, e de uma rede de saúde especializada.

Também no final de 98 foi lançado, por alguns setores do movimento feminista, um Manifesto “Uma rede de apoio à mulher”, que chamava a sociedade a se organizar na defesa das mulheres e foi realizado também o “Seminário Interinstitucional sobre Violência Doméstica” para avaliação dos serviços existentes.

Assim, apesar de apenas 4,4% das discussões realizadas pelo Jornal Fêmea estarem classificadas como parte do tema da violência de gênero, no geral ela esteve presente, tanto no acompanhamento das legislações em tramite no Congresso quanto nas discussões em que a violência apareceu como um problema de saúde pública.

O tema *Participação das mulheres na política/legislações/direitos* foi delimitado de forma abrangente frente à necessidade que encontramos no primeiro levantamento, já que estas questões são intrínsecas, e é extremamente difícil classificar as matérias desvinculando as notícias sobre a participação das mulheres na política, o acompanhamento das legislações em vigor e dos projetos que tramitam no legislativo e a questão dos direitos das mulheres.

Da mesma forma que ocorreu com o Jornal da Rede em relação ao tema da saúde, é importante frisar que é sobre este tema que o Jornal Fêmea se dedica com maior intensidade. Mesmo em relação aos demais temas, o enfoque político e legalista sempre se sobressaiu. O ano de 1999 já demonstra essa tendência. As discussões sobre política, que contemplavam também legislações em tramite e aprovadas e direitos das mulheres, foram o foco do jornal, com 59,3% das matérias publicadas. Estes números, além de confirmarem a proposta exposta pelo Centro, nos revelam que os assuntos abordados estão relacionados às problemáticas emergentes no contexto nacional, em especial ao que está sendo discutido no âmbito das políticas públicas voltadas para as mulheres.

Já na edição de número 78, a deputada Federal Yeda Crusius (PSDB-RS) então presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e da União Latino-Americana de Mulheres, apresentou um texto defendendo a importância da lei 9.507 de 1997, que estabeleceu a cota máxima de 30% para candidatas nas eleições proporcionais para vereadoras, deputados estaduais e federais. Essa lei, segundo a deputada, foi fruto

de luta dos movimentos de mulheres e feministas junto aos diversos partidos. A existência das cotas, no entanto, é apontada pela autora como insuficiente para preencher as vagas destinadas às mulheres. Para ela é necessário preparar as mulheres para entrarem na política. Nas palavras de Yeda:

Mas já constatamos que não basta ter vontade para conseguir preencher as cotas. É preciso identificar perfis e preparar as mulheres para ingressar no embate político assim como ele é. O objetivo final das cotas é mudar a maneira de fazer política. A partir desta lei, passamos a ter oportunidade de trazer para dentro do partido político o modo de se fazer política com a visão da mulher. Isso modifica a agenda política, que passará a incluir temas e ações poucas vezes considerados prioritários no universo político-eleitoral dominado pelos homens. Um exemplo: a mulher sempre atua na área de educação, meio-ambiente e saúde. Mas isto não ganha normalmente destaque na agenda política. Quanto maior for a participação da mulher na política, maiores as chances de sermos ouvidas. Por isso, a cota é um instrumento inicial para a participação ativa da mulher na política e um instrumento essencial para mudar o modo de fazer política. Somente assim, poderemos influir na definição da agenda política. Portanto, temos de defender as cotas como instrumento básico, até que ela não seja mais necessária (Jornal Fêmea, nº 78, p.8, 1999).

No Jornal Fêmea, existe ainda uma seção dedicada integralmente ao esclarecimento das mulheres em relação aos seus direitos. É a seção *Guia dos Direitos das mulheres*. Neste ano esta seção apresentou esclarecimento sobre *regras para acesso e permanência no emprego; como proceder frente à violência psicológica, Calúnia, Difamação, Injúria; Emenda Constitucional número 20/98 da Reforma da Previdência, as modificações no sistema e os tipos de aposentadoria, modificações no sistema de filiação e contribuição Benefícios e valores de contribuição e de benefícios; Violência contra a mulher, o direito a não violência e a Legislação sobre Violência doméstica Lesão corporal e Ameaça; O direito de ser mulher vivendo com AIDS, contendo definição sobre o que é a AIDS e as formas de transmissão e manifestações da doença*.²⁸

Outro ponto sobre o qual a publicação se debruçou ao longo do ano foi o

²⁸ Sobre esta seção optamos por somente citar os temas tratados dado o grande volume de textos dedicados a este tema e ao espaço restrito com que contamos neste trabalho.

acompanhamento da bancada feminina no legislativo, que ganhou neste ano uma coordenação específica. Segundo a deputada Jandira Feghali (então PC do B-RJ), em entrevista ao jornal, esta bancada é importante por que:

Atualmente os direitos das mulheres estão profundamente afetados, principalmente os que dizem respeito a aposentadoria e a licença maternidade. A nova proposta da Previdência apresentada ao Congresso simplesmente ignorou o direito constitucional da mulher se aposentar cinco anos mais cedo que os homens. A Articulação da bancada feminina e a criação de uma Coordenação se faz importante no sentido de priorizar os interesses das mulheres no Congresso. Composta por duas deputadas federais e uma senadora e com a proposta de se renovar a cada seis meses, a Coordenação tornará mais ágil o processo de decisão, mobilização e atuação da bancada necessária (Jornal Fêmea, nº 80, p.3, 1999).

Outras questões abordadas recorrentemente foram as discussões sobre a reforma da previdência, a regulamentação da licença paternidade, os direitos das mulheres gestantes.

No Jornal da Rede, os destaques se deram no acompanhamento da CPI da mortalidade materna e da luta pela legalização do aborto. Também foram abordadas questões legais sobre a violência contra a mulher, demonstrando mais uma vez a ligação entre os temas *saúde e violência*.

Já o tema *Movimento feminista/Movimento de mulheres* foi definido diante do fato de que ambas as publicações reservam um espaço considerável para o informe, acompanhamento e discussão de eventos, encontros, conferências e demais mobilizações dos movimentos de mulheres e feministas. Tal espaço é tão importante que chega a ocupar o terceiro lugar em número de matérias publicadas por ano (ver gráficos em anexo).

O Jornal da Rede comprova essa importância deste tema. No ano de 1999, vários eventos de interesse das mulheres ocorreram, o que fez com que o espaço dedicado à agenda do Movimento Feminista ocupasse 20,5% das matérias publicadas neste ano. Entre eles tiveram destaque o *II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde*, realizado no Rio de Janeiro no mês de setembro; o *Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”*, realizado em junho e que discutiu temas como a violência

intrafamiliar e seus impactos na saúde da mulher, a necessidade das casas-abrigo como uma questão de saúde pública, o papel estratégico dos serviços de saúde, as ações em curso na área de saúde e violência contra a mulher, o uso de protocolos de violência doméstica nos serviços de saúde e as experiências internacionais.

Outros importantes eventos acompanhados pelo jornal foram os *Fóruns em Haia*, parte dos eventos internacionais organizados pela ONU em conjunto com o governo da Holanda para dar seguimento ao Programa de Ação da CIPD (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento em Cairo, 1994.). Porém, o evento de maior repercussão foi o *VIII Encontro Feminista da América Latina e Caribe*, realizado na cidade de Juan Dolio, na República Dominicana no mês de novembro de 1999, com o objetivo de realizar um balanço sobre a atuação feminista na região nos últimos 30 anos; criar espaços de diálogo entre os diferentes setores do movimento feminista latino-americano e caribenho; construir estratégias comuns do movimento feminista e deste com outros atores sociais. As discussões se deram em torno de três eixos políticos: O Feminismo frente aos Velhos e Novos Modelos de Dominação; O Feminismo como Movimento Social; e Perspectivas do Feminismo Latino-Americano e do Caribe.

Da mesma forma, O Jornal Fêmea apresentou 19,04% das matérias dedicadas à agenda do Movimento Feminista. No mês de outubro, em Montevideo, no Uruguai, foi realizando o *Seminário Regional sobre Beijing + 5*, com as diferentes articulações do movimento de mulheres no Chile, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, contando com a presença da *Articulação de Mulheres Brasileiras* (AMB). A proposta inicial do seminário foi analisar os avanços e as dificuldades enfrentadas nos cinco anos *pós-Pequim* e os critérios que o movimento de mulheres tem utilizado para realizar o monitoramento e as avaliações da Plataforma estabelecida naquele evento. Neste mesmo mês, também em Montevideo, representantes dos conselhos dos direitos da mulher dos países do Cone Sul estiveram reunidas para tratar de Beijing+5.

Também foi noticiado neste ano o *Seminário Internacional sobre Saúde Reprodutiva e a Reforma do Setor de Saúde na América Latina e Caribe*, que aconteceria em Brasília, entre os dias 26 e 27 de julho. O evento, organizado pela Oficina Regional para a América Latina e Caribe do Population Council, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tinha como objetivo “Debater e elaborar uma agenda para promover a integração entre os programas de atenção à saúde reprodutiva e os processos de reforma que estão sendo implementados na maioria dos países da América Latina e Caribe” (Jornal Fêmea, nº

78, p.12, 1999).

Houve também o acompanhamento do *Fórum Internacional de Haia* para o Cairo+5, e as sessões do Prepcom (Comitê Preparatório), que aconteceram em março e junho em Nova Iorque. Estes eventos funcionaram como uma espécie de preparação para *Copenhague +5 e Beijing+5*.

Ainda sobre os preparativos para estes eventos, que foram o foco deste ano, o jornal acompanhou o balanço que a AMB estava preparando para ser apresentado nas conferências. É importante ressaltar a estreita relação que o Jornal Fêmea mantém com a AMB, tendo sempre espaço reservado para a divulgação das ações da articulação. Neste sentido, a edição de número 78 do Jornal Fêmea, informou sobre a realização pela AMB, do *Seminário Gênero e a Cooperação das Instituições Financeiras Multilaterais no Brasil* que teria como o objeto informar e formar lideranças dos movimentos feministas e de mulheres sobre a necessidade de monitoramento da influência das instituições multilaterais nas políticas públicas de gênero. Segundo o jornal:

A ideia é estabelecer um processo permanente de intercâmbio e aprendizagem de modo a desenvolver e sistematizar uma metodologia participativa de avaliação e monitoramento dos bancos no Brasil, a partir dos efeitos dos projetos financiados por instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, considerando as relações de gênero, em especial as mulheres (Jornal Fêmea, nº 78, p.10, 1999).

Da mesma forma, outros eventos como o *I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*, *Curso de Capacitação para Mulheres Jovens em "Gênero, Rádio e Mobilização Social"*, *Seminário sobre gênero em Tocantins* também foram noticiados. No decorrer dos anos, várias matérias tiveram esse perfil informativo, que caberia melhor dentro do tópico que trabalhava a agenda dos movimentos sociais.

Como observamos no Capítulo IV, as publicações sediadas em ONGs, mantém uma estrutura diferente daquela apresentada nos jornais das décadas de 70 e 80 do século e também dos periódicos editados pelas universidades. Segundo Barros (2003), uma das funções dos jornais das ONGs é a de “registrar a memória de iniciativas consideradas importantes” pela organização e divulgar projetos, eventos, cursos e concursos promovidos pelas instituições.

Assim, os jornais possuem papel fundamental na auto-divulgação das ONGs e fazem parte de sua estratégia geral, além da divulgação de informações gerais de interesse das mulheres a que se prestam. Neste sentido foi fundamental que existisse um tópico que contemplasse esses informes, no sentido de analisar quantitativamente, a incidência deste tipo de matéria dentro dos jornais. No entanto, não faria sentido proceder neste capítulo, como procedemos até agora, já que não é intenção desta pesquisa divulgar ou promover as instituições analisadas.

Achamos conveniente apresentar somente a avaliação da importância deste tópico e convidar o/a leitor/a examinar os gráficos em anexo a fim de comprovar nossa constatação.

A discussão sobre homens e masculinidade é recente dentro dos grupos feministas, porém não se pode ignorar o crescimento destes estudos na academia. Devido a isso, optamos por não negligenciar o tema, apesar de sua baixa incidência.

O Jornal da Rede não integrou esta discussão às suas pautas, no entanto o Fêmea dedicou cinco matérias ao longo dos anos para a reflexão sobre as transformações que tem acometido também os homens em relação à paternidade, à sexualidade, enfim, a construção de novos sujeitos frente ao avanço do feminismo e das lutas por igualdade de gênero.

Ainda que em forma de nota curta, já no ano de 1999, o jornal informou que o grupo Católicas pelo Direito de Decidir promoveria naquele ano o seminário *Masculinidade e Religião*, com a participação das professoras Myriam Grossi e Maria Regina Lisboa da Universidade Federal de Santa Catarina, e destinado aos educadores populares, agentes de pastoral, e lideranças de movimentos sociais e feministas.

Da mesma forma, porém com abordagem inovadora, foi noticiado o Seminário sobre Violência Masculina, que abordou o conhecido problema da violência contra a mulher, porém com enfoque no homem agressor. O jornal esclareceu ainda que:

No Brasil, são poucas as pesquisas de intervenção sobre como trabalhar com homens que têm sido violentos nos seus relacionamentos pessoais e que procuram aconselhamento para mudar sua maneira de interagir. Pesquisas internacionais demonstram que a violência doméstica é frequentemente associada à perda do poder econômico impossibilitando os homens de cumprirem o papel de provedor, assim podem recorrer à violência como forma de expressar sua frustração ou para restaurar seu papel tradicional masculino de poder. Altas taxas de violência também

estão associadas com a baixa auto-estima e ideias conservadoras sobre papéis de gênero (Jornal Fêmea, nº 83, p.02, 1999).

Além disso, as atividades, que tiveram como público alvo privilegiado os próprios homens, contaram com oficinas e palestras também sobre saúde reprodutiva, mostrando que esta não é uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Na mesma edição o jornal informou sobre a existência do grupo *Do outro lado do Sol*, composto na época por dezessete homens no Recife com o intuito de discutir a condição masculina e a relação entre homens e mulheres com base na igualdade.

O tópico referente às discussões sobre *Debates sobre gênero* é importante, pois logo no início da pesquisa, uma das perguntas que norteavam a nossa reflexão se referia à dúvida sobre a existência de produção de conhecimento pelos jornais. Desta forma, este tema foi delimitado dentro da ficha de informação com o intuito de identificar matérias que se dedicassem às discussões sobre o **conceito** de gênero. Para tanto as matérias foram classificadas de acordo com o título e com a sua descrição breve nos editoriais.

Ao longo do trabalho de leitura de todas as matérias, no entanto, percebemos que o conceito de gênero é apresentado em grande parte das discussões sobre violência, saúde, política e movimentos sociais a fim de introduzir as discussões específicas e justificar as ações promovidas.

Ao delimitar o tema *Mulheres negras/Movimento negro* como um tema relevante no levantamento proposto nesta pesquisa, levamos em conta dois fatores. Em primeiro lugar, o fato de que existia nos jornais matérias que tratavam do tema, seja para registrar e acompanhar mobilizações dos movimentos de mulheres negras e do movimento negro de forma geral seja para tentar estabelecer um diálogo entre os movimentos feministas e os de mulheres negras.

O segundo motivo foi o fato de que os movimentos de mulheres negras nasceram, via de regra, dentro do movimento feminista ou sob sua influência. O fato é as mulheres negras não viam suas demandas incorporadas nem pelo movimento negro, nem pelo feminista.

Vemos a partir desta realidade social estabelecida, a necessidade de incorporar a interlocução entre os conceitos de classe, raça/etnia e gênero para dar conta das desigualdades que assolam as mulheres brasileiras. Não nos alongaremos nesta discussão posto que nosso objetivo aqui seja a análise do conteúdo dos Jornais Fêmea e

da Rede, no entanto, é fundamental ter em mente estas questões que possibilitam interpretar a realidade da mulher brasileira em sua totalidade.

O Jornal Fêmea, como lhe é característico, aborda o tema pela primeira vez no ano de 1999 com o informe de que estava sendo realizado o 11º Concurso de Dotações com o intuito de viabilizar, através de financiamento pesquisas sobre a trajetória dos negros no Brasil. O concurso foi realizado pelo Centro de estudo Afro-asiáticos.

Na mesma linha, a edição 82 trouxe a divulgação do resultado de uma pesquisa realizada pelo DIEESE em seis capitais do Brasil, com o objetivo de traçar o perfil da população negra no mercado de trabalho. Especificamente sobre a mulher negra, a pesquisa concluiu:

Ela, em termos salariais, está no último patamar da pirâmide. Ganha menos que o homem e a mulher brancos e o homem negro. Em todas as regiões as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego e ocupam, principalmente, o trabalho doméstico. Na opinião de Nilza Iraci, do Geledés - Instituto da Mulher Negra -, o Mapa se torna agora um instrumento de ação concreto que pode ser utilizado nas reivindicações por políticas públicas. Nilza destaca que hoje a mulher negra sofre uma tripla discriminação: de gênero, de cor e econômica (é mulher, negra e pobre) (Jornal Fêmea, nº 82, p.2, 1999).

Esta matéria reafirma as considerações que fizemos a principio sobre a situação das mulheres negras no Brasil e a necessidade de diálogo entre os movimentos feministas e os movimentos específicos de mulheres negras.

O último tema que abordaremos é *mulher e trabalho*. Ao longo de todas as discussões percebemos que o trabalho feminino já foi abordado em diferentes instâncias, como quando se falou nas consequências das desigualdades vivenciadas no ambiente de trabalho sobre a saúde das mulheres; da violência de gênero existente nestes espaços e, sobre a importância da intersecção entre raça e gênero nos estudos sobre trabalho. A recorrência desta discussão demonstra a importância deste tema, por isso retomaremos aqui algumas matérias e discutiremos outras ainda não abordamos.

No Jornal Fêmea, já na edição de número 78, primeira edição do nosso levantamento, o então deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), apresentou um quadro geral sobre desemprego no país. Segundo o deputado:

No Brasil, apoio ao planejamento familiar, maternidade e paternidade responsáveis, políticas sociais positivas em atenção às crianças, devem sair do terreno da retórica e passar a compor, como itens fundamentais, a agenda social do país. Sob esta perspectiva apresentei o projeto-de-lei nº 3.829/97, estabelecendo garantias no emprego do trabalhador diante da gravidez de sua esposa ou companheira. Este projeto é particularmente importante nesta virada do século. Vivemos sob a crueldade social de um desemprego avassalador atacando as condições de sobrevivência da maioria da população. No Brasil, a destruição dos postos de trabalho pela economia dirigida pelos interesses dos grandes grupos financeiros internacionais, soma-se a um Governo Federal subserviente a estes grupos e incapaz de produzir políticas sociais. Pelo contrário, a irresponsabilidade de FHC e seus ministros atingiu níveis inaceitáveis de descaso social: dados sócio-econômicos brasileiros escancaram as consequências do desemprego e da grotesca concentração da riqueza. A marginalização e a exclusão de amplas parcelas da população, começando com crianças na tenra idade, é visível em cada esquina de nossas cidades (Jornal Fêmea, nº78, p.8, 1999).

O deputado apontava para a necessidade de equidade de responsabilidade entre homens e mulheres em relação à criação dos filhos e apresentava uma proposta, segundo ele fundamental, de proteção ao emprego para homens com esposas grávidas. Com isso, ele chama a atenção para o fato de que a lei que protege o emprego das mulheres grávidas não é suficiente para proteger a criança, pois recai somente sobre a maternidade e não sobra a paternidade.

Este tema cresce ainda mais com o passar do tempo dentro da estrutura do Fêmea. No final de 1999, além do texto citado, o jornal noticiou ainda que Rita Camata (PMDB-ES) teve seu projeto de lei, que instituía punições contra a discriminação da mulher no mercado de trabalho, aprovado.

No ano 2000, com 20,5% das matérias publicadas, o tema *saúde* manteve-se com destaque no Jornal da Rede, pois, dentro de todas as discussões sobre mortalidade materna, aborto, violência contra as mulheres e até mesmo as especificidades da população negra feminina, estiveram contidos os aspectos relativos à saúde. Apesar da discussão central se pautar na esfera do direito e da luta política, quer pela sua efetivação, quer pela garantia real, o enfoque da saúde é um forte componente das análises que contemplam, por exemplo, a violência de gênero como um problema de saúde pública, entre outros.

Sobre a interface entre saúde e violência de gênero, vale ressaltar a problematização trazida à tona pelo artigo de Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Lilia Blima Schraiber. Nele as autoras destacam que

Nos últimos 10 anos, o problema da violência contra a mulher vem sendo remetido à área da saúde pública, tanto pelo movimento feminista como por associações profissionais, serviços de saúde e organismos internacionais, como OMS (Organização Mundial da Saúde) e OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Este direcionamento está embasado na constatação crescente de que a violência de gênero está associada a um maior risco para diversos agravos à saúde física e mental, além do trauma físico direto, e também a um uso mais freqüente dos serviços de saúde.

Se traz um grande aumento de legitimidade para a questão da violência, a introdução desse tema na saúde também encerra novos dilemas, decorrentes das conseqüências práticas do que chamamos de medicalização. Nesta, ocorre a tendência de tratarmos apenas do ponto de vista biomédico, isto é, como doença ou risco de se adoecer, uma situação que está localizada nas relações interpessoais e, acreditamos, associada às desigualdades de gênero, de que decorrem conflitos e rupturas de relacionamento, chegando-se ao extremo da violência física, psicológica e/ou sexual (Jornal da Rede, p.4, nº 19, 2000).

Percebemos que tornar a violência de gênero como um problema de saúde pública não só trouxe maior legitimidade às discussões, pois as retiraria do campo do privado, como também envolvia uma série de outras questões, como a necessidade de capacitar os profissionais envolvidos no atendimento a partir da ótica de gênero, para assim evitar que a violência se estendesse para o momento do cuidado médico. Atentou-se também para a necessidade de se problematizar a crescente tendência à medicalização de vários aspectos da vida humana, e da violência de gênero em especial. Com isso o jornal buscou abordar todas as questões envoltas no processo em questão.

O nº 20 desta publicação, por sua vez, retoma a discussão sobre a mortalidade materna apresentando, inclusive, um dossiê intitulado *Dossiê 28 de Maio: Mortalidade Materna- Morte Materna: Uma tragédia brasileira*.²⁹ Neste dossiê, além de dados estatísticos e da relação das principais síndromes que a causam, está contida uma discussão a cerca das questões sociais que circundam o problema.

²⁹ O dia 28 de Maio é considerado o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.

Já no Jornal Fêmea, com 14,8% das matérias publicadas ao longo do ano, a temática da saúde se manteve em destaque novamente entre os três temas de maior discussão dentro do jornal. Também por ocasião das comemorações do dia 28 de maio, o jornal lembrou a instalação da CPI da Mortalidade Materna e da necessidade de conhecer de verdade a situação da saúde feminina no país.

Outro destaque do ano foi, mais uma vez, relacionado à questão do direito, discutindo a situação das grávidas e soropositivas. Assim, as reflexões sobre mulheres e AIDS ganharam um novo patamar, para além das estratégias de conscientização e prevenção, passando a encarar os direitos daquelas que já foram contaminadas.

Com a aprovação da CPI da Mortalidade Materna e o balanço dos 13 anos de campanha pelo combate à mortalidade materna, o tema *política* o foi o de maior incidência nas três edições do jornal, com 23,5% das matérias publicadas no Jornal da Rede. Sobre a CPI, a RFS apresentou propostas para diminuir a mortalidade materna. Entre elas consta, a criação de comitês de estudo nos estados e municípios garantida por lei; melhora do sistema de notificação das mortes de mulheres em idade reprodutiva; reforço no controle de pagamentos de cesarianas pelo SUS; criação de lei que obrigue os hospitais privados e conveniados ao SUS a receberem mulheres em trabalho de parto, sendo de alto risco ou não; acompanhamento e avaliação das escolas de formação de enfermeiros e médicos; reestruturação do pagamento de pré-natal e parto; garantia de verba no Orçamento da União destinada ao PAISM (Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher); acompanhamento das verbas contidas no PPA (Plano Plurianual) destinadas a saúde da mulher; revisar as leis punitivas a prática de aborto, que aumentam a incidência de morte materna, entre outras.³⁰

No mesmo sentido, como Coordenadora Regional da Campanha 28 de Setembro – Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe no período de 2000-2002, a Rede preparou o número 21 do Jornal da Rede como uma das suas atividades de luta pelo direito ao aborto. Do enfoque a descriminalização do aborto como uma questão de direitos humanos e justiça social a defesa da humanização do atendimento das mulheres que decidem pela interrupção de uma gravidez, pela abordagem médica, vários artigos trataram a questão do aborto segundo diferentes aspectos, sendo que a necessidade da luta pela legalização foi o que se sobressaiu nessa discussão. Também foi publicado nessa edição um artigo apresentando o conceito de “gravidez forçada”

³⁰ Material extraído de um folder e consultado através do endereço eletrônico: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/10006002476.pdf>

como uma violação do direito da mulher. Como de praxe, é privilegiado o acompanhamento das políticas públicas e legislações que dispõem sobre saúde, já que este é o carro chefe da instituição.

Também no ano 2000, o Jornal da Rede abriu grande espaço para a discussão sobre a *violência de gênero*. Com 14,7% das matérias publicadas, o tema foi o terceiro de maior incidência no decorrer das três edições publicadas, sendo que a edição de novembro do jornal, a de número 22, dedicou-se em grande medida a estas discussões. Isto se deu devido à proximidade do dia 25 de Novembro – Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres e englobou uma ampla discussão acerca dos vários tipos de violência baseadas no gênero. Entre os tópicos de maior destaque estavam, os vários aspectos da violência contra a mulher: a saúde, os aspectos Biopsicossociais da Violência Sexual, as políticas públicas no combate aos diversos tipos de violência e a necessidade de se discutir e melhorar o atendimento às vítimas, seja a partir do trauma físico (na rede pública de saúde), seja no aspecto legal (nas delegacias da mulher) e também socialmente, através do acolhimento em casas-abrigo, possibilitando assim que a vítima corte o vínculo de dependência com o agressor.

Segundo Fernanda Pompeu, em matéria especial para o Jornal da Rede, o mês de agosto deste ano, trouxe para as mulheres de São Paulo uma importante novidade no acolhimento e tratamento dos agravos da violência sexual: a Casa de Saúde da Mulher. Nas palavras da autora:

Ampliando e melhorando os serviços prestados há mais de dois anos e meio pelo Programa de Atendimento aos Casos de Violência Sexual do Hospital São Paulo, a Casa de Saúde da Mulher, inaugurada em agosto de 2000, é um centro de referência para a prevenção e o tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes.

Iniciativa de um dos mais conceituados hospitais-escola do país, esse serviço destaca-se por oferecer um atendimento integral às vítimas de violência sexual e, ao mesmo tempo, buscar promover mudanças em conceitos e mentalidades de profissionais, professores/as e estudantes da área da saúde (Jornal da Rede, p.22, nº5, 2000).

Entre as inovações desse novo centro de referência no atendimento às mulheres está o fato de que a vítima precisa relatar a violência uma única vez, diminuindo, com isso, o constrangimento. Além disso, o exame clínico e a coleta seminal realizados na

Casa de Saúde têm valor legal, isentando a mulher da necessidade de comparecer para novo exame no IML. Já nesta primeira consulta são ministrados o anticoncepcional de emergência e os medicamentos específicos para a prevenção de DSTs.

Pompeu alerta, entretanto, para o fato de que esse tipo de atendimento é exceção, já que no país, nesse momento, havia 17 serviços de atendimento aos casos de violência sexual contra mulheres e adolescentes, um número considerado limitado pela autora.

Desta forma, percebemos que o combate à violência de gênero é tema clássico das discussões e ações nos diversos grupos feministas devido à necessidade de enfrentamento deste problema pelas mulheres, já que grande parte das políticas públicas nesta área é resultado da pressão oriunda dos movimentos de mulheres e feministas. Entre as maiores conquistas, está o fato de que as políticas públicas de combate à violência de gênero trazem a questão para o âmbito público, tornando possível a sua discussão como problema social, fruto da desigualdade histórica entre os gêneros e não somente como um aspecto comum da vida privada. Segundo Márcia Camargo³¹:

A partir das grandes lutas e desafios da década de 80 no Brasil, o movimento feminista adotou uma postura firme no sentido de levar à realidade políticas públicas originadas nas principais reivindicações das mulheres brasileiras: direito à saúde, enfrentamento à violência contra a mulher e direito à participação política igualitária nos espaços democráticos que se abriram como conquista das lutas populares (...) Estas lutas e conquistas têm recolocado muitos temas e renovado dúvidas e convicções. Um dos campos em que a discussão do movimento feminista e do conjunto das organizações e representações das mulheres mais tem sofrido mudanças, questionamentos e conflitos é o da violência. Estas mudanças e conflitos originam-se, de um lado, como manifestação da vivência na implementação e gestão de políticas públicas sobre um tema absolutamente novo no âmbito do Estado e, de outro, na própria expressão do paradigma predominante até então, que relegava a violência contra a mulher a um problema privado (Jornal da Rede, p.10, n°22, 2000).

Outro aspecto importante, segundo Camargo, é a abordagem da violência como problema de saúde pública. Como já observamos anteriormente, o Jornal da Rede parece incorporar essa tendência nas matérias que elabora, corroborando desta ideia. No entanto, é importante questionar o risco de se *medicalizar* a violência, deixando para

³¹ Jornalista e então membro do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de Porto Alegre/RS.

segundo plano seus aspectos sociais e políticos. Além disso, percebemos ao longo das análises aqui expostas, que os profissionais da saúde costumam ter formação deficitária e acabam reproduzindo a violência e o preconceito de gênero nos atendimentos às vítimas. Com isso, o Jornal da Rede termina o ano reafirmando o enfoque da violência como um problema de saúde pública, embora seus textos deixem claro os prós e contras desta abordagem.

Já no jornal Fêmea, o tema da violência contra as mulheres foi abordado somente em sete pequenas matérias ao longo das doze edições publicadas nesse ano. Entre as abordagens estava a exploração sexual de crianças e adolescentes, com o acompanhamento do PL 590/99 da então deputada Luíza Erundina (PSB/ SP), que aumentava para quatro anos de prisão a pena para quem realizava a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este projeto foi aprovado no dia 31 de maio. Além disso, a violência também contra crianças e adolescentes foi abordada, a partir da apresentação do *Plano Nacional Contra a Violência Sexual Infanto-juvenil*, discutido num Encontro Nacional realizado em Natal.

O Jornal conclama ainda, a sociedade a unir forças para o combate da violência contra crianças e adolescentes através de denúncias. Neste mesmo número, outra questão recorrente é abordada: as casas-abrigo. Sem maiores discussões sobre a importância ou validade deste recurso, o jornal apresenta as localidades que receberiam em breve novas casas e informa sobre o orçamento com que elas contariam.

Nota-se que em poucas linhas a notícia é veiculada única e exclusivamente com a intenção de informar possíveis vítimas de violência doméstica sobre a existência de uma nova casa-abrigo. Na mesma página o jornal informa ainda sobre a existência de um SOS na cidade de São Paulo:

As mulheres de São Paulo já podem contar com novo serviço de orientação: Disque SOS Mulher- Serviço de Orientação à Saúde da Mulher. O serviço vai atender, por telefone, mulheres de todas as idades que precisam de orientação, aconselhamento, informações ou encaminhamento nas diversas questões relacionadas à saúde da mulher. O telefone de atendimento é (11) 3034-2321 e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 e das 13 às 17 horas. Mais informações no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/SP, (11) 3812-8681, ou fax (11) 3813-8578, ou cfssaude@uol.com.br (Jornal Fêmea, p.12, nº93, 2000).

O número 94, por outro lado, trouxe o texto de Lia Zanotta Machado, professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e então Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UNB, discutindo o que havia de novo nas discussões sobre violência contra a mulher. Neste, a autora chama a atenção para a banalização, que segundo ela, começou a ocorrer nas discussões sobre o tema:

O pior que poderia ter acontecido à problematização da violência contra a mulher, aconteceu. Foi banalizada. Dela se pensa que tudo já se sabe. Pesquisas acadêmicas muitas vezes não recebem apoio financeiro dos pares, supondo que nada há de novo a investigar. Criou-se no imaginário social uma ideia de “mesmice”! E pior, a “mesmice” da violência contra a mulher, pensada como fazendo parte de nossos valores culturais, acrescida à ideia de que o nosso Estado não tem recursos suficientes para sustentar políticas públicas de peso contra a violência, levam a uma sensação de inércia e impotência (Jornal Fêmea, p.6, nº94, 2000).

A professora aponta ainda para o fato de que, após a criação das delegacias da mulher, nos anos 80 e de campanhas de conscientização para o combate da violência contra as mulheres, muito pouco havia sido feito, até o momento, no âmbito das políticas públicas. Aponta ainda para a necessidade de se encarar a questão a partir dos diversos ângulos pelos quais o problema passa, relacionando a criminalização, tornando o agressor passível de punição, e a mediação, que segundo a autora, é necessária em se tratando de uma relação de difícil ruptura.

A partir destas leituras, percebemos que o Jornal Fêmea, no ano em questão, apresentou discussões sobre a violência de gênero, ao mesmo tempo em que informou sobre as novidades no assunto. Nota-se uma mescla entre o formato acadêmico, como no texto acima citado, e pequenas esquetes informativas, desprovidas de aprofundamento. Este fato pode evidenciar que o jornal transita entre a militância, através da informação, e a divulgação de conhecimento cientificamente produzido, através de discussões mais profundas, geralmente assinadas por professores/as e pesquisadores/as.

A já citada seção *Guia dos Direitos das mulheres*, apresentou discussões sobre *aborto na legislação brasileira e as garantias no Código Penal: risco de vida e estupro e Aborto como questão de saúde; proteção à maternidade; FGTS da empregada*

doméstica; Um pouco da história de nossas constituições; Artigo 7º: Direitos sociais; Adoção; Tutela; Responsabilidade Penal do Adolescente; Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil; Direito à não violência; Não leve AIDS para casa. Use Camisinha.

Ainda em 2000, no Jornal Fêmea teve destaque a agenda do movimento feminista, dentro do tema *Movimento feminista/Movimento de mulheres* com 19,8 % dedicadas ao tema pode ser explicado pelos importantes eventos que aconteceram neste ano. *O 13º Encontro Nacional Feminista, o Fazendo Gênero, a III Conferência Mundial contra o Racismo* e a experiência da Marcha mundial das mulheres em Quebec figuram entre estes eventos.

Além da agenda do movimento feminista este tópico comporta também matérias que trazem à tona discussões oriundas dos próprios movimentos, como é o caso do artigo publicado na edição 84 intitulada *Topless e ecos feministas*, assinada por Almira Rodrigues. Nele a diretora do CFEMEA relatava um caso de agressão sofrida pela carioca Rosemeri Moura Costa, depois de expor-se ao sol sem sutiã. O caso terminou com a decisão policial de permitir a prática de topless nas praias brasileiras. Para a autora o tema é relevante, pois:

O direito de fazer topless se junta a outras conquistas, precedidas de lutas das mulheres e do apoio de setores progressistas e democráticos (...). Ao lutarem por mudanças em suas relações e situações cotidianas, as mulheres brasileiras estão contribuindo para a mudança de costumes e de mentalidades, e para a criação de dispositivos legais e institucionais que apontam no rumo de uma sociedade mais justa e humana (Jornal Fêmea, nº 84, p.10, 2000).

No mesmo ano, o Jornal da Rede apresenta no encarte da edição 21, a apresentação de duas importantes discussões: *Campanha 28 de Setembro: Chamado à ação e um pouco de história* e *Pequim + 5 e a Descriminalização do Aborto na América Latina*. A primeira matéria chamava as mulheres à luta pela descriminalização do aborto, na data que se tornou histórica nesse sentido. O jornal explica também a origem desta data:

Há duas décadas as mulheres latino-americanas e caribenhas vêm se unindo na luta pelos direitos

sexuais e reprodutivos e pela justiça de gênero. Os encontros feministas da região têm sido um lugar importante para formar consensos e definir estratégias e prioridades do movimento de mulheres. No 5º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Argentina/1990), foi criado o Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, um tema de unânime e prioritária preocupação. O 28 de setembro foi escolhido como data de referência para uma Campanha que, desde 1993, vem impulsionando a cada ano ações diversas nos países da região (Jornal da Rede, nº 21, p.55, 2000).

No mesmo sentido, Sônia Corrêa³² fala sobre o contexto da discussão acerca da descriminalização do aborto na América Latina, no contexto do Pequim+5. No texto a autora traça um panorama das discussões no contexto regional, da tentativa de quebra de consenso por setores conservadores.

O Jornal Fêmea manteve esta mesma tendência, com a divulgação de seminários como *Nós Mulheres: Gênero, Políticas Públicas e AIDS em debate* e o Programa 6º Programa de Estudos Regionalizado de Introdução à Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No decorrer dos anos, várias matérias tiveram esse perfil informativo, que caberia melhor dentro do tópico que trabalhava a agenda dos movimentos sociais.

Sobre o tema *debates sobre gênero*, encontramos uma discussão ancorada neste conceito de fato na edição de número 24 do Jornal da Rede. Em artigo de Sônia Corrêa, a interface entre gênero e sexualidade foi discutida, salientando que os estudos a este respeito surgiram dentro dos movimentos sociais para, nos últimos vinte anos, serem incorporados às investigações institucionalizadas:

As investigações de feministas, gays e lésbicas sobre a sexualidade surgiram e desenvolveram-se, inicialmente, à margem dos "campos de força" institucionais nos quais normas são criadas e recriadas – como, por exemplo, os Estados e as organizações intergovernamentais. Contudo, ao longo dos últimos vinte anos, nossas investigações e proposições políticas têm se movido da "periferia" para o "centro". Circulam hoje em espaços institucionais e jurídicos nos quais estamos engajadas em batalhas semânticas que, ao fim e ao cabo, definirão normas relativas a esses domínios complexos da experiência humana.

³² Então coordenadora da Iniciativa Gênero – Projeto IBASE/DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era) e integrou o Comitê Pequim + 5.

Em consequência, é preciso fazer uma indagação: quais são as implicações teóricas e políticas deste deslocamento da margem para o centro? (Jornal da Rede, nº24, p.30, 2001).

No texto a autora fala ainda do processo que levou, na década de 1990, a sexualidade a ser considerada como assunto de interesse político, passando com isso a integrar a agenda dos Direitos Humanos. Segundo Sônia, essa incorporação deve ser acompanhada de perto para que não se torne mais uma forma de controle.

Ainda neste ano, inspirado pelo dia 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, foi introduzida na pauta do Jornal da Rede, que até então não havia discutido tais questões, as questões das mulheres negras. A edição de número 22 contou com um encarte dedicado a estas questões a partir do acompanhamento da Pré-Conferência Cultura & Saúde da População Negra, realizada no mês de setembro de 2000, em Brasília como parte do processo brasileiro preparatório para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, promovida pela ONU no ano seguinte, na África do Sul. O encarte continha também artigos tratando da saúde da mulher negra e o acesso desigual a serviços de saúde reprodutiva no país.

Segundo o jornal, é importante abordar a saúde das mulheres negras, pois estas sofrem discriminações de gênero e raça e, portanto, merecem um tratamento que utilize os dois recortes. Segundo Fátima Oliveira³³, autora do texto:

Hoje podemos afirmar que o recorte racial/étnico poderá elucidar muitas coisas e em muito instrumentalizará a nossa luta de combate ao racismo nos serviços de saúde, pois contribuirá para que entendamos os meandros da atenção dispensada à população negra nesses serviços; a dificuldade de acesso, que vai da rede básica aos serviços especializados e de boa qualidade; e a própria forma como os serviços de saúde em nosso país estão organizados e a presença e o lugar que negros e negras ocupam neles (Jornal da Rede, nº22, p.59, 2000).

Além disso, a autora apresentou estatísticas que justificam este recorte e apresentou os desafios da utilização deste recorte nos programas de saúde. Neste sentido ela fala sobre as doenças que acometem com maior frequência os negros e negras e

³³ Médica então integrante da Coordenação Nacional da União Brasileira de Mulheres; os conselhos diretores da RedeSaúde e da Comissão de Cidadania e Reprodução; e a Secretaria Executiva da Sociedade Brasileira de Bioética.

salienta a necessidade de maior atenção a esta população, nestes casos. Entre as doenças citadas destacam-se: diabetes tipo II, miomas, a anemia falciforme, entre outras.

Ainda no ano 2000, o jornal *Fêmea* trouxe, além dos informes sobre serviços cursos oferecido por organizações ligadas ao movimento negro, a divulgação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que como vimos no *Jornal da Rede*, seria realizada em 2001 na África do Sul. Nesta matéria Nilza Iraci³⁴ informou sobre as convenções nacionais preparatórias, admitiu a dificuldade de articulação das mulheres negras e os movimentos de mulheres em geral no Brasil para o encaminhamento de pautas para discussões.

Notamos que há consenso entre os jornais de que a mulher negra sofre dupla exclusão: por ser mulher e por ser negra. Há também a demonstração de que ambas as publicações apontam para a necessidade de diálogo entre os movimentos negros e feministas.

Sobre a relação mulher e trabalho, a edição 88 noticiou a audiência em que Francisco Dornelles, então Ministro do Trabalho e Emprego recebeu a então presidente do CNDM e parlamentares da bancada feminista para discutir esta questão. Nesta mesma edição Hildete Pereira de Melo³⁵ fez um balanço da situação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo ela, os últimos vinte anos marcam a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho e pergunta: “onde trabalham as mulheres?”. A resposta, ela fornece a seguir:

Olhando para a estrutura econômica, inequivocamente a grande absorção da mão-de-obra feminina, foi nas atividades do setor serviços, cerca de 78,16% das trabalhadoras estão alocadas nessas atividades. Segue-se as mulheres rurais com uma taxa de participação de cerca de 11,69% e as operárias industriais com 9,19% as indústrias extrativas, da construção e os serviços de utilidade pública (água/esgoto e energia elétrica) com o restante (PNAD/IBGE, 1998). A heterogeneidade que caracteriza as atividades de serviços explica essa absorção. Pois, estas tarefas permitem arranjos diferenciados nas relações de trabalho compatíveis com a dupla jornada de trabalho feminina. Este setor engloba desde a antiga mestra escolar, a assistência aos doentes, a tradicional trabalhadora doméstica, as profissionais da beleza. Todas estas são atividades

³⁴ Comunicadora Social e então coordenadora executiva do Programa de Comunicação do Geledés - Instituto da Mulher Negra.

³⁵ Então professora da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense).

secularmente atribuídas às mulheres, estereótipo feminino do cuidado com a família (Jornal Fêmea, nº88, p.9, 2000).

A autora conclui ainda, que ao adentrar o mercado de trabalho, as mulheres passaram a ter que lidar também com as suas turbulências e afirma que o desemprego naquele momento era um problema que também as assolava. Por fim, o jornal encerra as edições deste ano anunciando que a luta das trabalhadoras rurais, na *Marcha das Margaridas*, mereceu destaque neste ano no calendário da luta por terra e trabalho.

No Jornal da Rede, em relação ao trabalho feminino, a discussão também esteve pautada pelo horizonte dos direitos, com as discussões sobre ganhos e perdas na nova Convenção da OIT na proteção à maternidade das mulheres trabalhadoras. Este acompanhamento apareceu, todavia, somente nos editoriais, sem que nenhuma matéria fosse apresentada especificamente sobre o tema.

A primeira edição do ano de 2001, a de número 23 do Jornal da Rede, foi dedicada às reflexões sobre a saúde da mulher negra e sua relação com o movimento feminista. O texto de Maria José de Oliveira Araújo, descreve a trajetória das mulheres negras na militância feminista, ao mesmo passo que discute o fortalecimento tardio das questões específicas destas mulheres no seio do movimento. Nas palavras da autora:

As mulheres negras estão presentes no movimento feminista, mas o conhecimento que o movimento feminista como um todo tem dos problemas por elas enfrentados é fragmentado e adquirido em espaços gerais de discussão de outros temas. Falta na bagagem do movimento feminista uma discussão mais profunda sobre o racismo e suas conseqüências perversas sobre a vida e a saúde da mulher negra. Discutir a especificidade da saúde da população negra, e das mulheres negras em particular, pressupõe não apenas uma análise socioeconômica, mas também o repensar a ciência enquanto produtora e detentora do conhecimento. (Jornal da Rede, p.41 nº23, 2001).

Esta passagem retrata um dos dilemas com que o movimento feminista tem se deparado nas duas últimas décadas: a necessidade de reflexão e ação a partir da tríplice desigualdade a que estão sujeitas às mulheres, especialmente no Brasil_ gênero/classe/etnia. Esta edição do Jornal da Rede assinala, entretanto, a tendência de estreitamento do diálogo entre o movimento negro e o feminista com vistas a superar

impasses passados. Notamos também que este tema está na intersecção entre os temas *saúde e mulheres negras/movimento negro*, contemplando ambas as esferas de discussão.

Sobre a questão específica da saúde das mulheres negras no Brasil, artigos apresentaram discussões sobre a maior vulnerabilidade das mulheres negras a AIDS, o maior risco de mortalidade materna que elas enfrentam no Brasil, os condicionantes socioeconômicos, etários e raciais da cesárea e da esterilização e as relações entre raça e mortalidade infantil.

Jurema Werneck escreveu, a respeito da vulnerabilidade das mulheres negras no Brasil à epidemia de HIV/AIDS:

A discussão das desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil comumente aponta para a presença de uma tríplice discriminação: o fato de ser mulher, o ser negra e a pobreza. Se por um lado esse esquema de análise torna mais fácil a compreensão de três poderosos fatores determinantes da violência estrutural que nos atinge, por outro requer a compreensão de que a mulher negra, enquanto ser indivisível, vivencia simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social, em um bloco monolítico e tantas vezes pesado demais. Assim, uma visão um pouco mais detalhada de cada um destes fatores é um facilitador das análises acerca da vulnerabilidade das mulheres negras à epidemia de HIV/AIDS. (Jornal da Rede, p.54, n°23, 2001).

Neste ano apenas a edição de n° 24 do Jornal da Rede contou com a apresentação de encarte, sendo que nesta ocasião o debate ficou por conta da necessidade de informação sobre o Câncer de Colo do Útero, para assim promover o combate ao avanço da doença. Nesta ocasião, discutia-se a ineficácia da campanha de 1998 e o fato de que grande quantidade de mulheres portadoras da doença veio a falecer sem assistência médica.

Também em 2001, o Jornal Fêmea, na seção classificada como *Participação das mulheres na política/legislações/direitos* apresentou já no seu segundo número um balanço das proposições e projetos de lei que tramitaram no Congresso, no ano anterior. Segundo a publicação:

Das 42 proposições acompanhadas, 8 foram apresentadas no ano de 2000. Destas, duas inserem-se no sub-tema “direitos humanos” e as outras 6 proposições dizem respeito à violência familiar,

discriminação, instalação de disque-denúncia e alteração na Lei 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos) (Jornal Fêmea, p.9, nº97, 2001).

Ainda na forma de notícia rápida, no número 98 foi apresentada a declaração da Corte de Haia que classificou como crime contra a humanidade estupro ocorrido na Bósnia em 1992 e sentenciou os réus, três soldados, à pena de 12 a 18 anos de prisão.

O artigo de Maria Berenice Dias³⁶ na edição de número 100, por outro lado, discutiu a evolução da legislação brasileira, a partir das vitórias dos movimentos de mulheres e feministas, no sentido de criminalizar o assédio sexual. A autora aponta para a situação que assola as mulheres nos ambientes profissionais, onde o crescimento do espaço das trabalhadoras não foi acompanhado pela mudança das mentalidades:

O natural aumento da participação feminina no espaço público deveria garantir, por consequência, igualdade de tratamento. Porém, ainda se refletem no âmbito do trabalho as diferenças de papéis persistentes na sociedade e que decorrem de componentes de ordem histórico-cultural: a nítida hierarquização entre o homem e a mulher (...) Como os homens ainda predominam nas chefias das empresas públicas e privadas, passaram eles a usar novas estratégias para obter favores femininos: a ameaça da demissão, da não-ascensão profissional. O chamado assédio sexual - considerado por muitos como mero galanteio - sempre levou suas vítimas a calar por medo de não ser acreditadas. Além da dificuldade de denunciar, é um fato também difícil de comprovar. É a palavra de um contra a de outro, de um homem ante uma mulher, de um superior frente a um subalterno. Ao depor, nos processos decorrentes dos crimes contra os costumes, usualmente se duvida da veracidade da palavra da vítima, cuja credibilidade resta questionada. Difícil a aceitação da versão da mulher, quase valendo em dobro o depoimento do homem (Jornal Fêmea, p.7, nº100, 2001).

Já no formato de notícia/denúncia, o número 102 contou com uma matéria dedicada ao caso Margarida Alves³⁷. O jornal relatava, nesta ocasião, o julgamento e

³⁶ Então desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

³⁷ A líder sindical Margarida Alves foi assassinada em 12 de agosto de 1996 com um tiro no rosto na frente de seu filho de apenas 10 anos de idade. Margarida era presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba. Dos cinco acusados de serem os mandantes do crime, apenas dois foram julgados e absolvidos: Antônio Carlos Coutinho e José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque.

Em 2000 milhares de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil criam nas ruas de Brasília a *Marcha das Margaridas* em luta pela garantia e ampliação dos direitos e conquistas das mulheres trabalhadoras rurais.

absolvição de Zito Buarque, acusado de ser um dos mandantes do crime, por dois votos a cinco. De forte caráter militante, a matéria demonstra o envolvimento do jornal e no limite, da instituição com os diversos segmentos dos movimentos populares de luta feminina. Notamos que, mais uma vez, o tema da violência se restringe no Jornal Fêmea às discussões sobre direitos e políticas públicas. Este enfoque também se sobressaiu nas discussões sobre saúde, porém, em relação ao combate à violência contra as mulheres, os debates pareceram ainda mais restritos.

O Jornal da Rede em 2001 foi reformulado ganhando uma seção denominada *Direitos*, que contemplava perspectivas jurídicas atualizadas sobre os diferentes temas que compõem a agenda do movimento de mulheres pela saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ganhou também a seção *Saúde Pública* onde se debatia o tema da saúde no contexto das políticas públicas e das ações de monitoramento e controle social.

Dentro dessa nova estrutura, a edição de número 24 abordou a questão dos Direitos Sexuais. Foi feito nesta edição um debate sobre os direitos sexuais como uma questão de direitos humanos, com uma reflexão acerca do avanço relativo a Orientação Sexual com a regulamentação da psicologia, os direitos homossexuais e o debate da sexualidade a partir do enfoque de gênero. Mais uma vez percebe-se a tentativa de dialogo com os diversos movimentos sociais, no caso o GLBTT, a partir também da perspectiva de gênero.

Ainda número 24, encontramos diversas matérias dedicadas à discussão dos direitos dos homossexuais. No texto de Fernanda Pompeu, é ressaltada a necessidade de reconhecimento dos homossexuais, como sujeitos detentores de direitos e também a ampla divulgação dos direitos já conquistados:

Já existem leis municipais e estaduais contra a discriminação sexual e os juízes, em número cada vez maior, têm dado ganho de causa para viúvas e viúvos homossexuais. Mas ainda faltam instrumentos que sejam nacionais e contundentes. E também, no dizer de Neusa das Dores Pereira: "falta uma lei que obrigue as leis a serem visíveis. Pouca gente sabe, por exemplo, que na cidade do Rio de Janeiro, desde 1996, todo mundo pode beijar na boca as parceiras e parceiros do mesmo sexo. A Lei 2.475/96 também dá

A escolha do nome Marcha das Margaridas foi uma homenagem à sindicalista assassinada. (FONTE: <http://www.esplar.org.br/noticias/2004/agosto/12.htm>).

igualdade de direitos (os mesmos que têm os heteros) para funcionários públicos que tenham parceiros do mesmo sexo. É uma grande vitória. Mas ninguém fica sabendo"(Jornal da Rede, nº 24, p.38, 2001).

Em entrevista com Susana Chiarotti³⁸, foram discutidas as bases da campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. Susana também alertou para “o desafio de definir os direitos sexuais de forma positiva, mas sem confiná-los a uma camisa-de-força que restrinja as formas de expressão da sexualidade.” (Jornal da Rede, nº 24, p.38, 2001).

Ainda neste ano no Jornal Fêmea, o tema sempre destacado, *política* contemplou importantes tópicos como a conclusão dos trabalhos da CPI da Mortalidade Materna, disponibilizando um link no próprio site do CFEMEA onde estaria contido, na íntegra o relatório final da CPI.

Consta ainda o acompanhamento da aprovação de leis regulamentando questões referentes ao trabalho, como a permissão para a realização de horas-extras por mulheres, o acesso facultativo ao FGTS e ao seguro desemprego; à saúde, com a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora de mama em decorrência de tratamento de câncer, pela assistência privada de saúde, o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata e a inclusão da mensagem “Faça sexo seguro. Use Camisinha”, em fitas de vídeo de filmes eróticos e pornográficos; e ainda uma lei que instituía punições em casos de assédio sexual e outra dando direito à gratuidade do exame do DNA para população de baixa renda. Houve ainda o acompanhamento da aprovação do novo Código Civil, após 25 anos tramitando no Congresso Nacional, e da assinatura pelo Governo brasileiro do Protocolo Optativo da CEDAW (*Committee on the Elimination of Discrimination against Women*).

Na seção *Guia dos Direitos das mulheres* foram apresentados artigos sobre *Ações afirmativas no Código de Processo Civil; Mulher trabalhadora e a Justiça; As mulheres e o Poder Local: Câmara de Vereadores; Mulher trabalhadora: Contrato por tempo determinado; O ECA e as Instituições públicas que defendem os direitos da criança e do adolescente; A Mulher e o Direito Penal: Assédio Sexual; A mulher e a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT; A Mulher e o Direito Constitucional:*

³⁸ Advogada feminista, então coordenadora regional do Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher).

Direitos e Garantias Fundamentais; A mulher trabalhadora, portadora do vírus HIV ou com Aids e alguns benefícios previdenciários; Ampliação da concessão de assistência judiciária às(aos) necessitados.

Vale ressaltar que questões de ordem geral, também são apresentadas. É o caso da discussão sobre o Eca. Estas questões tocam indiretamente às mulheres, já que além de sujeitos de direitos específicos, elas, como mães, trabalhadoras, eleitoras, etc., também precisam estar informadas sobre os seus direitos no contexto mais amplo.

As reflexões sobre trabalho feminino foram abertas em 2001 pelo Jornal Fêmea a partir da discussão da Reforma Trabalhista. A publicação apontou para a necessidade de discutir e combater os aspectos da reforma que objetivavam a flexibilização dos direitos trabalhistas, a partir do argumento de que o sistema de proteção social ao trabalhador brasileiro não se sustentaria por muito tempo.

Sobre as trabalhadoras rurais, a edição 102 apresentou duas matérias. Na primeira, Raimunda Celestina de Mascena³⁹ falou sobre os desafios e conquistas em relação ao trabalho no campo. Na segunda matéria, Cândido Grzybowski⁴⁰ ressaltou a necessidade de se discutir a agricultura familiar de acordo com a história que este modelo diferenciado de produção tem si. Sobre a participação das mulheres neste tipo de atividade, Cândido ressaltou o que Raimunda havia dito no texto citado anteriormente: a trabalhadora rural não é reconhecida como tal. Segundo ele:

Além da dupla jornada, as mulheres têm uma dupla luta. Luta ao lado dos companheiros homens para conquistar direitos e políticas em relação ao trabalho, à reforma agrária e à agricultura familiar. E luta para diferenciar-se frente aos companheiros e no reconhecimento público afirmando a sua especificidade de trabalhadoras rurais. Os vários movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são um atestado político de sua determinação e conquistas. Mas a sua tarefa é árdua, pouco conhecida e reconhecida publicamente (Jornal Fêmea, n°102, p.8, 2001).

Os dois textos confluem também no sentido de afirmar que a mobilização destas trabalhadoras nos mais diversos movimentos sociais vem fazendo com que a

³⁹ Então coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

⁴⁰ Sociólogo, então diretor do Ibase.

visibilidade da questão aumente. É o caso da Marcha das Margaridas, que já citamos anteriormente.

Sobre o acompanhamento dos movimentos de mulheres de feministas o Jornal da Rede, ainda no ano de 2001, abriu espaço na edição de dezembro para uma discussão sobre a *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras*, que se realizaria no mês de junho do ano seguinte, em Brasília, com o objetivo de “Construir, a partir do debate e da mobilização dos movimentos de mulheres, uma Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, visando o fortalecimento da democracia e a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia.”⁴¹

Para tanto, o jornal informava sobre a necessidade de participação das mulheres nos diversos fóruns e redes que estavam se formando nos diversos estados para a formação de comitês organizadores de conferências estaduais de aprofundamento do debate para a construção desta Plataforma na Conferência Nacional.

Também na edição de número 24, o texto de Gilberta Santos Soares⁴², convida as leitoras à reflexão sobre os direitos sexuais como direitos humanos. Para a autora:

Reconhecer que o feminismo, em sua contemporaneidade, apresenta um conjunto de afinidades com o movimento de defesa dos direitos de lésbicas e gays e que ambos despontam como movimentos sociais que têm contribuído decisivamente para a mudança de costumes e valores na sociedade brasileira implica a necessidade de assumir o desafio de favorecer o diálogo, a confrontação e a proximidade das ações, teorias e análises feministas e homossexuais. Para tanto, faz-se necessário reconhecer que a clandestinidade do lesbianismo, pouco estudado e ainda carente de visibilidade social, reproduziu-se no interior do feminismo, produzindo um vácuo e o distanciamento das ações das ativistas lésbicas e feministas, assim como deixando internamente uma lacuna na abordagem dos direitos das mulheres lésbicas (Jornal da Rede, n° 24, p.05, 2001).

Ao longo do texto, Gilberta elenca ainda, uma série de outros artigos que fizeram parte desta discussão ao longo dos anos e ressalta a sua importância. Vale ressaltar que a relação entre a teoria e a ação feministas e os movimentos homossexuais é, por vezes, tensa. No entanto, a interação entre os movimentos é sempre ressaltada nas

⁴¹ Jornal da Rede, n° 24, dezembro de 2001, pág. 68.

⁴² Psicóloga, então coordenadora do Cunchã – Coletivo Feminista, de João Pessoa/PB, e integrante do Conselho Diretor da RedeSaúde.

publicações aqui estudadas, como fundamental para a superação das desigualdades de modo geral.

Ainda sobre a interlocução com os demais movimentos sociais ressaltamos que, com a realização do *III Encontro Nacional contra a discriminação racial e gênero* e da já tão aclamada *III Conferência Mundial sobre o racismo*, o número de matérias dedicadas ao movimento negro e, em especial, às mulheres negras aumentou. Apesar de ainda representarem apenas 5,7% das matérias produzidas, esse aumento representa o desenvolvimento e a consolidação de um espaço dentro da publicação para discutir esse novo setor movimento feminista determinado pela questão racial.

Em matéria assinada por Jurema Werneck⁴³, o jornal ressaltou a mobilização gerada pela realização da Conferência mundial, no sentido de organizar discussões preliminares. Entre as iniciativas merece destaque a criação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras para a III Conferência Mundial que, segundo a autora tem como principal objetivo “atuar, a partir da experiência e conteúdos acumulados pelas mulheres negras nas últimas décadas, possibilitar o protagonismo na defesa dos interesses das mulheres negras.” (Jornal Fêmea, n°98, p.10, 2001).

Jurema constata ainda que, apesar de existir grande confluência nas lutas entre os movimentos feministas em geral e os de mulheres negras, as desigualdades entre elas ainda se sobrepõe. Segundo ela:

Algumas iniciativas têm sido produzidas e cabe destacar a ação da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB através de sua secretaria executiva e da Rede Saúde, na publicação de seu mais recente boletim. Também há pesquisadoras e ativistas trabalhando conosco. Mas, como as desigualdades que o racismo produz em todos os campos – e entre mulheres – é enorme, todo esforço isolado será insuficiente. Temos que trabalhar todas e todos, cada qual na sua competência e/ ou afinidade. O que quer dizer que queremos mais. Precisamos de mais. Nós, mulheres negras estamos fazendo a nossa parte (Jornal Fêmea, n°98, p.10, 2001).

Jurema fez, neste parágrafo, referência justamente ao número 23 do Jornal da Rede que foi dedicado às reflexões sobre a saúde da mulher negra e sua relação com o movimento feminista, contendo discussões sobre a maior vulnerabilidade das mulheres negras a AIDS, o maior risco de mortalidade materna que elas enfrentam no Brasil, os

⁴³Então integrante da CRIOLA - Secretaria Executiva da Articulação de ONGs de mulheres negras para a III Conferência Mundial contra o Racismo.

condicionantes socioeconômicos, etários e raciais da cesárea e da esterilização e as relações entre raça e mortalidade infantil.

Esta edição consolida o espaço, aberto no ano anterior, para o diálogo entre com os setores ocupados pelas mulheres negras dentro do movimento feminista e do próprio movimento negro como um todo.

Como percebemos, estes debates realizados nos anos de 2000 e 2001 foram impulsionados pela III Conferência mundial contra o racismo, da qual já falamos durante a apresentação das matérias publicadas ao longo destes dois anos. Isto demonstra a tendência que chega com o novo milênio de estabelecer redes de lutas entre os diferentes movimentos sociais e, no limite, dentro das diferentes vertentes de um mesmo movimento. Demonstra também a ligação entre as publicações e estes setores dos movimentos sociais.

Consideramos, contudo, que este primeiro período analisado demonstra a força e a participação das organizações da sociedade civil, em especial as ONGs feministas no sentido de promover discussões, elaborar e executar projetos e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas de interesse das mulheres. As publicações estudadas cumprem, neste cenário, o papel de divulgar essa gama de ações e difundir o conhecimento que está sendo produzido, principalmente, nos núcleos de estudos das universidades.

2002 a 2004: Primeiro mandato do governo Lula

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva marca um momento histórico para os partidos de esquerda e movimentos sociais no Brasil. Não caberia neste espaço uma análise da trajetória política do presidente eleito, tão pouco uma crítica apurada sobre os méritos e deméritos desta conquista. No entanto, é notória a mudança impulsionada pelo novo governo no que diz respeito às políticas públicas direcionadas às mulheres.

Esta mudança se deu, principalmente, pela criação da então Secretaria Especial de Política para as Mulheres, hoje chamada apenas de Secretaria de Políticas para as mulheres, no primeiro dia de mandato de Lula. Segundo o site da própria Secretaria:

A Secretaria foi criada através da Medida Provisória 103 (...), no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das

especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.⁴⁴

A SPM tem status de ministério e tem atualmente à sua frente, como ministra a Professora Nilcéa Freire. Nos jornais, entretanto, pouco se discutiu a respeito da criação da secretaria. Apenas em matéria sobre orçamento para combate à violência de gênero na edição de número 138 em 2004 do Jornal Fêmea, as ações da SPM são expostas:

No atual governo, o enfrentamento da violência contra as mulheres é a base de um dos três programas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); é parte do Plano Nacional de Segurança Pública, sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que prevê o desenvolvimento do “Programa Nacional de Prevenção e Redução da Violência Doméstica e de Gênero”; de ações do Ministério da Justiça para o combate ao tráfico de seres humanos e do Ministério da Saúde, naquilo que a violência interfere na saúde das mulheres (...) O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 contempla o programa Combate à Violência contra as Mulheres, onde estão previstas ações como o apoio a abrigos para mulheres e a serviços especializados de atendimento; avaliações regulares da atuação das Delegacias Especializadas da Mulher; e capacitação de profissionais de instituições públicas. Com a proposta de revisão deste ano do PPA (em tramitação no Congresso Nacional), o programa passará se chamar Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, apresentando os seguintes objetivos: lutar contra diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas) e dar suporte àquelas em situação de violência e/ou de risco. Para sua execução, nos quatro anos, foi previsto o montante de quase 31 milhões de reais. (Jornal Fêmea, p.6, n°138, 2004).

Desta forma, percebemos que a Secretaria teve crescimento e reconhecimento paulatino ao longo dos anos diante dos movimentos de mulheres, sendo este primeiro triênio de atuação um período ainda pouco expressivo em relação à importância que hoje lhe é atribuída.

Sobre os temas que encontramos em nosso levantamento, notamos também uma continuidade do que vinha se discutindo anteriormente. O ano de 2002 comprova esta continuidade, por exemplo, no tema saúde. Notamos a permanência do que já foi

⁴⁴ <http://www.sepm.gov.br/sobre>

diagnosticado no triênio anterior: a prevalência de temas clássicos, quase fixos. No *Jornal Fêmea* continuaram os debates sobre mulheres e AIDS com destaque para a *XIV Conferência Internacional de AIDS*, realizada em junho deste ano, na cidade de Barcelona, na Espanha.

É importante ressaltar que neste momento se discutia no jornal, o enfrentamento da epidemia de AIDS como uma necessidade que ultrapassava a questão do atendimento médico e as campanhas preventivas. As desigualdades econômicas, políticas e de gênero estavam no cerne destas reflexões, colocando o problema como alvo de ações múltiplas, discutindo temas fundamentais ao movimento feminista, como a sexualidade, os direitos sexuais e reprodutivos e a equidade de gênero. A matéria sobre vulnerabilidade feminina e AIDS, no número 118 reitera essa necessidade de olhar para as questões específicas das mulheres soropositivas:

“Os cientistas não estão se alertando para o fato que a medicação para o tratamento da aids é feita para os homens e nossas especificidades não estão contempladas. Eles não estão preocupados com as mulheres”. A afirmação é da advogada Beatriz Pacheco, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids – Núcleo Porto Alegre. Beatriz descobriu que era soropositiva quando estava entrando no climatério e começou a fazer a terapia anti-retroviral para retardar a progressão da imunodeficiência ocasionada pelo vírus HIV. Além do fato de lidar com o vírus, a necessidade de reposição hormonal devido ao histórico familiar de osteoporose, e a terapia anti-retroviral, Beatriz descobriu que a medicação para o tratamento da aids anula os efeitos da reposição hormonal. Um tira o efeito do outro. Teve de abandonar a reposição hormonal. “Outro dia levei um tombo pequeno, fraturei um ombro e precisei fazer uma cirurgia. Tive dificuldade para colocar 5 parafusos na placa porque ela não se fixava nos ossos esfarelados,” conta Beatriz. (*Jornal Fêmea*, p.10, nº118, 2002).

A maternidade e a menopausa, entre outros fatores específicos das mulheres, aparecem como negligenciadas na elaboração de medicações de combate ao HIV. Mais uma vez, as mulheres sofrem danos adicionais quando infectadas pelo vírus e, por isso, necessitam ser olhadas a partir destas especificidades quando se discute a situação das mulheres soropositivas no Brasil.

Já sobre a defesa da legalização do aborto, outro tema clássico, o texto de Dulce Xavier, do grupo *Católicas pelo Direito de Decidir*, chamava as feministas a aderirem a

Campanha de 28 de setembro. Segundo a autora, os países latino-americanos encontram-se em atraso histórico nas discussões sobre o aborto, pela dificuldade em se abordar o tema em sociedades onde os julgamentos morais, sexistas e derivados de interpretações religiosas tem forte apelo.

Além destes tópicos, o tema *saúde* apareceu dentro das questões referentes aos direitos das mulheres, com a aprovação dois projetos relativos ao PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) pelo Senado.

Desta forma, o jornal encerra o ano privilegiando os temas clássicos do movimento feminista em relação à saúde das mulheres e reafirma o compromisso de acompanhamento de projetos e discussões na esfera política que são de interesse das mulheres em geral.

No Jornal da Rede, com apenas uma edição neste ano, o enfoque foi dado ao trinômio Mulher, Saúde e Trabalho. O número 25 trouxe vários artigos abordando essa relação que, nas palavras da professora Eleonora Menucci de Oliveira, ainda é pouco explorada no campo acadêmico. Nas palavras de Eleonora:

A produção teórica mundial referente ao campo de conhecimento saúde/ trabalho/gênero ainda é pequena diante da produção do campo saúde/gênero. Isso resulta da pouca importância que a academia tem dado a esses temas.

Sabemos que a abordagem teórica interdisciplinar de saúde/trabalho/gênero tem sido impulsionada, por um lado, pelas condições impostas pela reestruturação produtiva, tais como: desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais; alto índice de desemprego entre as mulheres e, sobretudo, os impactos provocados na saúde mental e sexual das mulheres. Por outro lado, pela pressão dos movimentos feminista e sindicalista frente às questões que têm provocado cotidianamente uma reconfiguração do tempo feminino e masculino, para responder às demandas da mundialização do capital (Jornal da Rede, p.6-7, n°25, 2002).

Assim, a professora chamava a atenção para a importância que o surgimento da categoria *gênero* teve na construção de outra forma interpretativa, que figura entre os campos teórico e político, no sentido de estabelecer um diálogo que desnaturaliza as desigualdades e confere a elas sua dimensão essencialmente social. Outro ponto abordado no texto é o importante diálogo entre os movimentos feminista e sindicalista no sentido de somar esforços para a reafirmação dos direitos trabalhistas, especialmente das mulheres, frente à reestruturação produtiva.

O trabalho das profissionais do sexo também foi abordado nessa edição, a partir do texto de Mônica Bara Maia, Alessandra Sampaio Chacham, Ana Flávia Coelho Lopes, integrantes do Musa/Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher. Nele as autoras relatam as experiências acumuladas durante os dez anos de trabalho desenvolvido junto às prostitutas da “zona grande” em Belo Horizonte.

Segundo as autoras, as mulheres que praticam o sexo comercial enfrentam, em relação à saúde reprodutiva e sexual, os mesmos problemas enfrentados pelas mulheres de forma geral, como a dificuldade de negociação do uso de preservativo com o parceiro afetivo e abortos inseguros, além daqueles exclusivos da profissão, como os problemas de ordem emocional, derivados da violência que sofrem por parte dos clientes e dos conflitos com a polícia, do conflito moral que enfrentam diante da profissão, etc., e mesmo pela maior exposição às DSTs. O texto ainda chama a atenção para a ausência de políticas públicas destinadas a este grupo de mulheres que, no limite, acabavam por aumentar sua vulnerabilidade.

Este número discutiu ainda a luta para banir o amianto no Brasil, com texto da Professora Lucila Scavone. Neste artigo, a professora pontua importantes marcos nas discussões sobre saúde e trabalho, sob a perspectiva de gênero, além de discutir o trabalho feminino ligado ao cuidado da saúde da família, que é, geralmente, naturalizado e torna-se invisível como trabalho. Nas palavras da autora:

As atividades domésticas, em torno dos cuidados pela saúde na família, constituem-se em um trabalho como outro qualquer e geram um conhecimento específico sobre a doença, que podemos chamar de saberes profanos (...). O cuidado com a saúde na família é uma dimensão da divisão sexual do trabalho, que está na base das relações sociais de sexo e gênero (Kergoat, 1996). Ele integra a categoria do “trabalho das mulheres” que não faz distinção entre o trabalho produtivo e reprodutivo, considerando as mulheres no trabalho como um grupo social (Daune-Richard, 1992). Ao não limitarmos o conceito de produção à produção mercantil, todas as atividades realizadas pelas mulheres, no espaço doméstico, passam a ser consideradas como um trabalho, inclusive os cuidados pela saúde da família (Jornal da Rede, p.31-32, n°25, 2002).

Sendo assim, as mulheres cujos maridos são acometidos por doenças do trabalho, em especial aquelas ligadas à exposição ao amianto, precisam assumir o lugar de “provedora” da casa e também, na maioria das vezes, acabam por tomar a frente do

tratamento do doente, fazendo o contato com os médicos e instituições de saúde e cuidando da medicação e alimentação dos maridos. Com isso, elas desenvolvem o que a professora chama acima de “saberes profanos” ou saber pela experiência que a faz acumular às funções domésticas e profissionais, a função de cuidadora em tempo integral.

Desta forma, o jornal da Rede concluiu o ano de 2002 reafirmando o formato apresentado nas edições anteriores, com apenas um tema por edição, porém, tendo tido apenas um número publicado, demonstrou também que a publicação começava, já neste ano a sofrer um decréscimo de importância dentro da instituição. Esta tendência marca também o ano de 2003, quando o Jornal da Rede acaba por não ter nenhum número publicado.⁴⁵

Sobre *violência de gênero*, no Jornal Fêmea, cinco das sete matéria dedicadas ao tema, no ano de 2002, foram compostas por rápidos informes, como o sancionamento da Lei nº 10.455/02 que altera o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9.099/95, a partir da qual passa ser permitido o afastamento cautelar do agressor nos casos de violência doméstica; O lançamento pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, no dia 8 de Março, de um Programa de Atenção à Mulher Vítima de Violência, conforme previsto na Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, do Ministério da Saúde; a discussão sobre a possibilidade de que o tema da violência contra as mulheres passasse a integrar os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais); e o tradicional informe sobre os projetos de lei e proposições que tramitavam no Congresso no ano anterior.

No número 117, em matéria assinada por Iáris Ramalho Cortês, assessora técnica do CFEMEA e Dyana Azevedo, assessora parlamentar do CFEMEA, uma discussão mais aprofundada foi apresentada. Nela as autoras comentaram as ações desenvolvidas pelo centro no combate à violência de gênero. As autoras concluíram ainda que, apesar de muito já ter sido feito e alguns avanços terem sido alcançados, como a criação de casas-abrigo e algumas proposições aprovadas, o problema estava longe de ser resolvido. No número seguinte, o 118, foi noticiada a aprovação do PL 60/99, que dispunha sobre o atendimento às vítimas de violência sexual, pela CCJR da

⁴⁵ Sobre os motivos que levaram a esta descontinuidade da publicação, a Rede Saúde, consultada por email por diversas vezes, não se manifestou. No entanto, trabalhamos a partir de relatos de que as dificuldades de financiamento foram o motivo principal para que o Jornal fosse paulatinamente perdendo espaço dentro das publicações da instituição.

Câmara dos Deputados. A deputada Iara Bernardi (então PT/SP), autora do projeto, tinha intenção de garantir às vítimas atendimento pela rede pública de saúde como situação de emergência, recebendo atenção imediata e todos os serviços especializados que estes casos exigem. O projeto ainda passaria pelo senado antes de ser sancionado.

Ainda sobre o Fêmea, no ano de 2002 o número de matérias abordando o tema da *política* foi ainda maior do que nos anos anteriores. Este fato não poderia ser diferente, já que neste ano ocorreriam eleições gerais. Assim as primeiras edições do ano tiveram como função divulgar a Plataforma Feminista, definida na *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)* entre os/as candidatos/as em todos os níveis.

As eleições, como salientamos anteriormente, tiveram como resultado o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, para presidente da república. Considerado memorável para a maioria dos setores da esquerda, incluindo os movimentos sociais, a eleição de Lula para presidente conferiu às últimas edições do jornal deste ano um caráter de esperança quanto ao futuro político do país em geral e das mulheres na política, mais especificamente.

Além disso, o crescimento do número de deputadas federais e senadoras eleitas e a eleição inédita de duas mulheres para os governos estaduais⁴⁶, foram consideradas grandes vitórias do movimento feminista neste ano. E, em última instância, este foi um importante momento no que se refere à participação feminina na política, pois em 2002 foi comemorado o aniversário de 70 anos da conquista das mulheres ao voto. Figuras históricas deste momento do feminismo, conhecido como “movimento sufragista”, como Bertha Lutz foram lembradas e homenageadas pelas responsáveis pela publicação.

Sobre a questão dos direitos foram apresentados artigos sobre *Crime de Racismo; A mulher e legislação trabalhista; A Mulher e o Direito do Trabalho. Lei número 10.421, de 15 de abril de 2002; Previdência Social - Salário Maternidade: Regras Básicas; Nosso sistema de saúde: serviços e ações; As mulheres candidatas e a legislação eleitoral; A mulher no Poder Legislativo Federal: Competência para legislar; Sem os direitos das mulheres não existem Direitos Humanos; Atribuições do Presidente da República.*

⁴⁶ No primeiro turno, Rosinha Garotinho, pelo Rio de Janeiro e no segundo, Wilma de Faria, pelo Rio Grande do Norte.

Na seção *direitos*, o Jornal da Rede apresentou o texto de Norma Kyriakos⁴⁷, onde a autora apresenta um balanço sobre as leis que julga de maior importância em relação à saúde da mulher trabalhadora. Norma faz ainda um panorama sobre a trajetória que essas legislações percorreram no país desde o início do século XX até a constituinte de 1988. Falou sobre a Lei 10224, de 15/05/2001, da deputada Iara Bernardi (então PT/SP), alterou o Código Penal, para introduzir o crime de assédio sexual, condenando à pena de detenção de um a dois anos aquele (a) que se prevalecer de sua posição hierárquica ou de ascendência para obter favor sexual. E sobre o direito das mulheres trabalhadoras no sentido mais estrito, demonstrou que:

[...] os cuidados com a saúde da mulher trabalhadora mereceram especial destaque na Constituição, no título da Seguridade Social, no Capítulo II, a partir do artigo 194. Esta compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (Jornal da Rede, nº 25, p.46, 2002).

Na mesma edição Denise Motta Dau⁴⁸ fala sobre a precarização do sistema de saúde e da flexibilização das leis trabalhistas, a partir da apropriação do ideário neoliberal por parte do Estado. Sobre a saúde ela ressalta que:

[...] os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) acabam sendo distorcidos: o acesso universalizado e integral é “secundarizado”, ou seja, muita verba pública é remetida ao setor privado e/ou filantrópico sem nenhum controle social. E no setor público ocorre nacionalmente a massificação de programas calcados no atendimento domiciliar – sem levar em conta as diversidades e necessidades regionais – dobra-se a quantidade de pessoas atendidas, sem a melhoria da qualidade do atendimento nas unidades de saúde (Jornal da Rede, nº 25, p.51, 2002).

Ainda sobre o atendimento domiciliar, Denise aponta para a deficiência desse serviço, no caso de atendimento às mulheres, pois é privilegiado o acompanhamento à maternidade em detrimento do atendimento à saúde integral da mulher.

Sendo assim, percebemos que, a partir da edição em torno de um eixo temático, neste caso Mulher e Trabalho, o Jornal da Rede discutiu a questão dos direitos

⁴⁷ Advogada e então presidente da Oficina dos Direitos da Mulher, também então Procuradora do Estado de São Paulo e Consultora Científica do NEMGE da USP. Também foi Procuradora Geral do Estado (no governo Montoro) e a primeira mulher Secretária Geral da OAB/SP. Na época, compunha os conselhos de várias ONGs.

⁴⁸ Então presidente da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, é assistente social e mestranda em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde da SES/SP.

perpassando tanto a esfera do trabalho, quanto a da saúde. Como esclarecemos anteriormente, nos anos de 2003 e 2005 o este jornal não foi publicado.

Sobre o tema *movimento feminista*, entre os importantes momentos de mobilização nos âmbitos nacional e internacional estiveram em destaque no de 2002, o *IX Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe*, a *XIV Conferência Internacional de AIDS*, a *Conferência Rio +10*, em Johannesburgo, onde foi apresentada a “Agenda 21 de Ação das Mulheres 2002” para apoiar o desenvolvimento sustentável, as discussões prévias sobre III Fórum Social Mundial, que se realizou em janeiro do ano seguinte e, finalmente, a já citada *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)*, que teve maior destaque entre as ações do Centro e também nas matérias de divulgação do jornal.

Assim, as primeiras edições do ano apresentaram o acompanhamento das discussões prévias que estavam ocorrendo a nível estadual e local a fim de encaminhar as discussões principais para a CNMB. Já na edição de junho apresentou no editorial a seguinte impressão sobre a Conferência. Nas demais edições o enfoque foi a divulgação da Plataforma Feminista, definida na *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras* entre os/as candidatos/as em todos os níveis.

O Jornal da Rede, por sua vez, também discutiu a Plataforma Feminista retirada da CNMB apresentando, em linhas gerais, as reivindicações que as mulheres apresentaram aos governantes:

- Garantir e ampliar direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição;
- Assegurar o cumprimento das Convenções n. 100 (igualdade de remuneração), n. 111 (proibição de todas as formas de discriminação no emprego) ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ratificação a Convenção n. 156 (trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro;
- Reduzir a jornada de trabalho, sem perda de salários e de direitos, como uma das formas de combate ao desemprego e à desigualdade; lutar contra a implementação do banco de horas.
- Eliminar o trabalho escravo e o trabalho infantil, que vêm crescendo no país.
- Fomentar o estabelecimento de redes de trabalhadoras informais e organizações baseadas em interesses comuns (...)
- Reconhecer, regulamentar e regularizar as profissões de artesã, agente comunitária de saúde, parteira tradicional e trabalhadora autônoma de coleta, reciclagem e venda de lixo.
- Comprometer-se com o estabelecimento de legislação sobre política de cotas para acesso ao mercado de trabalho (...)
- Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres (...)
- Elaborar política para estimular

meninas e jovens a seguir carreiras científicas e tecnológicas e garantir apoio social e material (...) • Assegurar proteção social e trabalhista à maternidade (...) • Garantir a divulgação por meio dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho de acordo com sexo, cor e faixa etária (...) • Assegurar às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos das trabalhadoras urbanas (...) (Jornal da Rede, nº 25, p.59-60, 2002).

A edição traz ainda um Encarte intitulado: *Visões feministas sobre biotecnologia*, onde Fátima Oliveira⁴⁹ comenta a relação entre mulheres e ciência. No que tange ao posicionamento do movimento feminista em relação, a autora revela que não existe unanimidade. A autora falou ainda sobre a presença na Plataforma Feminista de parágrafos que defendem a maior inclusão e permanência das mulheres nas carreiras científicas, como vimos na citação anterior.

Na edição de número 145, Virgínia Feix⁵⁰ fez um balanço das conquistas obtidas na *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, realizada em 2004. Segundo a autora, foi conquistado nesta Conferência o compromisso com o governo brasileiro de realizar a revisão na legislação que dispõe sobre a criminalização do aborto.

Em 2002, nesta mesma perspectiva, Eleonora Menicucci de Oliveira apresentou um texto sobre a tríade gênero/saúde/trabalho. Para a autora:

O uso da categoria gênero, como mediação entre a prática e a teoria científica, evidenciou o interesse do conhecimento instituído em silenciar as relações de poder entre os sexos, numa alusão à proibição dos diálogos entre homens e mulheres. Nessa abordagem, a arte de dialogar é uma importante dimensão na construção do conhecimento científico.

À utilização da categoria gênero, somam-se as desigualdades sociais como explicativas dos diferentes lugares de poder que ocupam, no mundo do trabalho, as mulheres e os homens. Tais desigualdades devem ser identificadas para compreendermos como o trabalho repercute diferentemente na saúde do homem e da mulher.

Das rupturas epistemológicas, de que se fala na filosofia, o corte transversal das relações de gênero é talvez a ruptura mais importante dos últimos vinte anos nas ciências sociais. Trata-se, pois, do

⁴⁹ Médica então secretária executiva da Rede Feminista de Saúde. . Autora de *Engenharia genética: o sétimo dia da criação* (Moderna, 1995); *Bioética: uma face da cidadania* (Moderna, 1997); *Oficinas mulher negra e saúde* (Mazza Edições, 1998); *Transgênicos: o direito de saber e a liberdade de escolher* (Mazza Edições, 2001); *Clonagem e manipulação genética humana: mitos, realidade, perspectivas e delírios* (CNDM, 2002); e o ensaio “Estado da arte” da reprodução humana assistida (CNDM, 2002).

⁵⁰ Advogada, especialista em sociologia jurídica e direitos humanos, mestre em direito, então assessora técnica da Themis- Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida na dimensão econômica, seja nas teorias das classes ou nas teorias da estratificação social (Jornal da Rede, nº25, p.07, 2002).

Ainda na edição número 25, o também já citado texto da professora Lucila Scavone merece novo destaque. Nele, como já dissemos anteriormente, a professora discute os malefícios do amianto para os trabalhadores de forma geral e em específico para as mulheres, que assumem as lacunas que o Estado deixa nos cuidados aos trabalhadores acometidos das doenças derivadas do trabalho com amianto. Especificamente sobre a relação entre gênero e trabalho, a professora salienta que:

Admitir que o trabalho e a saúde têm dois sexos equivale a considerar que as relações de dominação e poder entre homens e mulheres atravessam as relações sociais, seja na produção e reprodução da vida, e constroem os gêneros. A estruturação social dos gêneros passou a dar visibilidade ao trabalho e à saúde das mulheres e, por consequência, à relação trabalho e saúde.

Essa relação tem vários vieses e, notadamente, observam-se os efeitos nefastos do trabalho à saúde das mulheres, ressaltando-se doenças de origem ocupacional que atingem mais mulheres do que homens, como as Lesões de Esforço Repetitivo (LER) e o estresse. No debate sobre saúde, gênero e trabalho, freqüentemente são colocados em segundo plano os cuidados da saúde na família (Jornal da Rede, nº25, p.31, 2002).

Desta forma, os textos apresentados na edição 25 incorporam as discussões acadêmicas, posto que as autoras sejam oriundas de Universidades, e reiteram a importância da utilização da categoria gênero em todas as discussões que tratam das desigualdades que acometem as mulheres nos mais diversos âmbitos. Estas foram as únicas matérias publicadas pelo Jornal da Rede sobre gênero. Nas edições posteriores, as discussões mantiveram-se dentro de outros temas.

Neste mesmo ano, o Jornal Fêmea apresentou na matéria *Questões de gênero nas instancias de poder*, o programa “Compromisso com as Mulheres”, elaborado pela *Coligação Lula Presidente*, que previa a criação da Secretária Especial das Mulheres (atual SPM), que teria como atribuição fundamental a criação de políticas públicas que promovessem a igualdade entre homens e mulheres. Segundo o jornal:

Concretamente, isto significa que a atual Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher vai deixar o Ministério da Justiça para se instalar no Palácio do Planalto, o que, em princípio, amplia o seu espectro de atuação, até agora bastante marcado pela sua localização na área da Justiça. A mudança da Secretaria impõe reformulações no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado há 17 anos. Como organizar e em que sentido transformar os mecanismos existentes para que eles produzam impacto real sobre as iniquidades de gênero tem sido um dos temas quentes do movimento feminista nestes últimos dias da transição governamental mulheres (Jornal Fêmea, nº 119, p.06, 2002).

Ainda segundo o jornal, este seria um importante passo na inserção das questões de gênero nas instâncias de poder. Notamos, todavia, que o conceito de gênero foi apresentado somente no título. O mesmo aconteceu no número 128 de 2003: a matéria intitulada *Questões de gênero no Plano Plurianual* apresentou a previsão orçamentária prevista para o triênio 2004/2007 destinadas às políticas públicas de forma geral e em específico àquelas de interesse das mulheres como as de combate à violência doméstica e igualdade de gênero nas relações de trabalho.

Sobre o tema *mulher e trabalho*, em entrevista ao Jornal da Rede, no ano de 2002 Cida Bento⁵¹ falou da situação das trabalhadoras negras no Brasil. Entre os tópicos abordados destaca-se a reiteração do que chamamos ao longo das discussões apresentadas de dupla discriminação, ou seja, as trabalhadoras sofrem com a desigualdade de gênero e também com o preconceito racial. Segundo a entrevistada, as trabalhadoras negras têm piores salários, ou em situação de igualdade salarial com as trabalhadoras brancas, exercem piores funções.

A entrevista trata ainda da questão dos assédios sexual e moral que, ainda segundo Cida, acomete de forma mais explícita às mulheres negras. E a entrevistada conclui que a lei contra a discriminação já chegou aos locais de trabalho, no entanto, ainda é necessária a mudança das mentalidades para que se perceba a discriminação racial, antes mesmo de combatê-la.

No Jornal Fêmea teve destaque, além dos habituais informes sobre cursos, concursos e tramitações no Congresso, o acompanhamento do *3o Diálogo contra o Racismo* realizado em setembro no Rio de Janeiro, com a participação de 32

⁵¹ Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento) é ativista do movimento negro, doutora em psicologia Social e então pesquisadora e diretora do Centro de Estudos das Relações e Desigualdades do Trabalho (Ceert).

representantes da sociedade civil organizada. O evento se organizou em torno de três sessões de discussões: o balanço do primeiro ano pós-Durban; as estratégias de igualdade na luta contra a discriminação; e as estratégias de ação a partir da sociedade civil.

O resultado mais relevante, segundo o que o jornal aponta como consenso, foi a “ampliação das discussões sobre preconceito e discriminação racial no país.” (Jornal Fêmea, nº117, p.03, 2002). Por fim, concluiu-se que importantes passos têm sido dados na luta contra a discriminação racial no Brasil, entretanto, muito ainda há para ser feito.

No Jornal Fêmea, 2002 começou com o tradicional balanço sobre os projetos que tramitaram no legislativo, no ano anterior. Seguindo essa linha de discussão, Maria Aparecida Medrado e Neuza Barbosa de Lima⁵² apresentaram texto discutindo as intenções por trás da reforma trabalhista. Desta forma seguiram as críticas à reforma trabalhistas, nos moldes propostos.

Sobre trabalho feminino, especificamente, Maria Ednalva Bezerra de Lima e Léa Santos Maria⁵³ falaram sobre o fato de que as mulheres ainda são o setor mais prejudicado. Entre os aspectos que corroboravam para esta situação estava, segundo as autoras, no fato de que existia um grande contingente de trabalhadoras, que, desempregadas, passavam a atuar no mercado informal.

Na edição 112, a visibilidade do trabalho feminino foi discutida pela professora Hildete Pereira de Melo, no sentido ressaltar que, historicamente, as mulheres sofrem pelo fato do não-reconhecimento do seu trabalho. Ela chama a atenção que as conquistas femininas ao longo dos últimos duzentos anos pouco alteraram a percepção que a sociedade tem do trabalho doméstico. Segundo ela:

Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por uma legislação especial, que data apenas de 1972. Esta lei define apenas alguns direitos legais para estas (es) trabalhadoras (es). A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos urbanos brasileiros, e às domésticas, foram estendidos outros

⁵² Então Coordenadoria de Direitos Humanos Gênero e Cidadania da Social Democracia Sindical e então Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres da Força Sindical, respectivamente.

⁵³ Então Coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e então integrante da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), respectivamente.

direitos, mas sem o conjunto dos direitos trabalhistas. Um exemplo dos direitos que não tinham sido incorporados a esta legislação específica originária da Constituição de 1988: o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo assim, em 2000, estes foram estendidos, opcionalmente, para os trabalhadores domésticos, constituindo claro desrespeito à luta que as organizações de trabalhadoras domésticas vinham travando desde a primeira regulamentação na década de 1970 (Jornal Fêmea, nº112, p.10, 2002).

A professora conclui que é necessário trazer estas discussões sobre trabalho doméstico para a pauta das discussões sobre trabalho de forma geral, para que se alarguem os horizontes e este possa ser reconhecido no rol dos direitos em pé de igualdade com as demais atividades.

Notamos, a partir de todas as reflexões aqui elencadas que, o ano de 2002, trouxe uma significativa mudança para o tratamento do trabalho feminino dentro do Fêmea. Além do crescimento do número de matérias, percebemos o aprofundamento das questões a partir da incorporação de textos assinados por acadêmicos e sindicalistas. A pauta foi influenciada, sem dúvida, pela urgência da discussão sobre a reforma trabalhista.

No mesmo jornal, em 2003, a temática relacionada à saúde apresentou novidades: entre as discussões sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, já abordados nos anos anteriores, começa a surgir a discussão sobre a Reprodução Assistida que, desde o final da década de 90, passou a integrar as discussões dos diversos grupos feministas devido aos impactos que aumento do alcance que esta tecnologia tem causado nas concepções tradicionais acerca da maternidade, tema clássico dentro das reflexões feministas.

No artigo publicado pelo jornal, como é tendência desta publicação, foram abordados os aspectos legais da Reprodução Assistida, com a apresentação do Projeto de Lei 90/99 do então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Este projeto apresentava, nesta ocasião ajustes feitos por Tião Viana (PT-AC), com o intuito de evitar a banalização do uso da técnica. O novo projeto previa:

(...) o número máximo de quatro para transferência, passando a ser dois posteriormente, tanto para produção como para transferência. Por outro lado, o substitutivo prevê a possibilidade de que a pessoa nascida pelo processo de reprodução assistida possa ter acesso, a qualquer

tempo, diretamente ou por meio de representante legal, a todas as informações sobre sua gestação, incluindo aí a identidade do doador.

Essa norma pode gerar uma dificuldade de se ter doadores, já que muitos preferem não se identificar.

O substitutivo proíbe a gestação de substituição, tanto na sua modalidade remunerada (conhecida por “barriga de aluguel”), como para os casos em que haja impossibilidade de a gestação se realizar no útero da própria usuária (conhecida como “mãe substituta”). Com isso, os homens sozinhos ou os homossexuais ficam impedidos de ter acesso à técnica (Jornal Fêmea, p.5, n°124, 2003).

Por outro lado, a redatora da matéria chamava a atenção para o fato de que, se evitar a banalização é importante, porém, o projeto ainda esbarrava nas restrições morais e religiosas, tão marcantes em nossa sociedade.

Da mesma forma, a discussão sobre o aborto foi discutido pelo viés legal. Foi apresentado em artigo, ainda na edição de número 124, o PL 21/2003, do deputado Roberto Gouveia (PT-SP), que propunha a supressão do artigo 124 do Código Penal Brasileiro, que caracteriza como crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.

Nesta ocasião, o jornal chamava a atenção para a necessidade de sensibilizar os parlamentares no sentido de compreenderem o aborto como direito das mulheres de decisão sobre o seu corpo e a sua reprodução. Para tanto, um quadro de “razões para a aprovação do PL” foi apresentado:

- A penalização do aborto não evita sua prática. Coloca-o na clandestinidade e põe em risco a vida e a saúde das mulheres, principalmente as pobres que se submetem a situações de alto risco ao interromper uma gravidez indesejada.
- Estima-se que, no Brasil, são realizados um milhão de abortos clandestinos por ano. Esta prática figura como a quinta causa de internação hospitalar de mulheres no SUS, é responsável por 9% dos óbitos maternos e por 25% dos casos de esterilidade por causa tubária (Diagnóstico da Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos).
- O Governo brasileiro é signatário de documentos de Conferências Internacionais que consideram o aborto um grave problema de saúde pública (Cairo-94) e recomendam que os países revisem as leis que penalizam a prática do aborto inseguro (Beijing-95).

- A 11ª Conferência Nacional de Saúde (2001/Brasília) aprovou a proposta de descriminalização do aborto.
- A Plataforma Política Feminista, construída por mais de cinco mil mulheres organizadas em função da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002/Brasília), propõe “a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública”.
- O Brasil é um Estado laico, portanto não se deve admitir que convicções religiosas sejam transformadas em leis para todas as cidadãs e cidadãos (Jornal Fêmea, p.6, nº124, 2003).

Esta discussão perdurou durante quase todo ano. Na edição de número 127, no texto de Estelizabeth Bezerra de Souza, integrante do Cunchã – Coletivo Feminista/ PB, reitera a necessidade de articulação das mulheres, em especial do movimento feministas, pela aprovação do projeto 21/2003. Segundo a autora, na década de 1990 as discussões sobre a descriminalização do aborto foram preteridas diante da mobilização pela garantia do aborto previsto em lei:

Pode-se afirmar que na década de 90 priorizamos a garantia da assistência ao aborto previsto em lei fazendo multiplicar na rede pública de saúde os programas de atenção às mulheres vítimas de violência sexual. Contudo, essa luta não está ganha, esses programas (total de 24), ainda não distribuídos plenamente em toda a rede, já demandam monitoramento e apoios permanentes tendo, na maioria das vezes, fragilidades políticas e precariedades no seu funcionamento. **É possível perceber que o posicionamento estratégico pela conquista do atendimento ao aborto previsto em lei fragilizou o foco da ação pela descriminalização do aborto tornando-o um tema periférico na agenda feminista Brasileira** (grifo da autora) (Jornal Fêmea, p.3, nº127, 2003).

Por fim, o Jornal Fêmea termina o ano com um alerta sobre a diminuição do grau de preocupação das brasileiras em relação ao HIV. O texto de Marisa Sanematsu alertava para o fato de que a mudança de comportamento não ocorre na mesma proporção do crescimento da epidemia. Assim, neste ano o jornal apresentou a já citada prevalência dos temas clássicos, como aborto e HIV/AIDS, porém demonstrou uma abertura para questões até então pouco discutidas, como a Reprodução Assistida.

Permanece, entretanto, o enfoque legalista já tradicional nesta publicação, com pouco (ou nenhum) espaço para a discussão mais ampla dos assuntos tratados.

É importante ressaltar que, embora tenha tido menor expressão neste ano no a temática referente à saúde contou com importantes discussões, sempre inclusas nas questões do direito. A antecipação terapêutica do parto em casos de anencefalia norteou a recorrente discussão acerca do direito ao aborto, ainda que não de forma irrestrita. Segundo Fabiana Paranhos⁵⁴, após o caso da jovem Gabriela de Teresópolis em 2003, em que a justiça mostrou morosidade e descaso frente ao pedido de antecipação terapêutica da jovem gestante de um feto anencéfalo, o debate sobre anencefalia passou a carregar consigo a discussão sobre o aborto.

Esta discussão promovida pelo jornal acompanhou ações como a ocorrida na segunda metade de junho (ADPF/54 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 54-DF), perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a autorização em todo o território nacional da prática do aborto em casos de fetos portadores de anencefalia, em qualquer idade gestacional. Esta ação foi pedida em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Juntamente com esta discussão, a edição nº 132 trouxe um debate sobre saúde e sexualidade que continha desde a defesa da noção de Direitos Reprodutivos no lugar da antiga noção de controle de natalidade. A defesa da primeira se deve ao fato de que, segundo a matéria publicada, nela contem a liberdade sexual da mulher e seu direito à informação e à escolha. Controle de natalidade, neste sentido, seria uma prática opressora de controle da sexualidade feminina.

Ainda em 2003, como de costume o jornal abriu os trabalhos apresentando um balanço sobre as proposições apresentadas no Congresso no ano anterior. Sobre violência:

Das 86 proposições sobre o tema violência, 17 foram apresentadas em 2002 - sendo duas de iniciativa de deputadas - e 21 progrediram em sua tramitação. Vale ressaltar que cinco delas passaram por todas as comissões temáticas e estão aguardando votação em Plenário. Nesta área, tivemos a aprovação de duas normas legais. A primeira foi a Lei 10.455/02 que modifica o parágrafo único da Lei 9.099/95 prevendo que o juiz poderá determinar como medida cautelar, o

⁵⁴ Historiadora, bolsista da Fundação Carlos Chagas / Gral, diretora da ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero anis@anis.org.br, redatora da matéria “Anencefalia, STF e Mídia”, da edição de nº136 do Jornal Fêmea.

afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, em caso de violência doméstica. (...) A segunda norma foi a promulgação do decreto legislativo 107/2002, que aprovou o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Este foi um evento de grande destaque político para o movimento de mulheres. (Jornal Fêmea, p.5, nº121, 2003).

Nesta matéria ainda foram levantadas as dificuldades resultantes pela ausência de uma definição consensual sobre o conceito de violência doméstica para que se pudesse cumprir na prática a Lei 10.455/02 e a importância do movimento de mulheres no sentido de debater contra os protestos de grupos religiosos contrários a aprovação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Estas discussões ressonaram na edição de número 125 onde o Projeto de Lei da Câmara nº 08/02, da deputada Socorro Gomes (então PCdoB-PA), que estabelecia a notificação compulsória da violência contra a mulher, em todo o território nacional, pelos serviços de saúde públicos ou privados, que estava em tramitação no Senado Federal, teve o parecer do senador Antônio Carlos Valadares (então PSB/ SE) aprovado na CCJ. Segundo este projeto de lei, a violência doméstica foi definida como:

“qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” e que para sua compreensão deve incluir a violência física, sexual e psicológica, devendo as autoridades sanitárias notificá-las, em caráter sigiloso, sob pena de cometer infração à saúde pública (Jornal Fêmea, p.5, nº125, 2003).

Já na edição de número 127 do mesmo ano, o jornal disponibilizou também em forma de notícia curta a informação de que a partir da Lei nº 10.741, sancionada dia 13 de agosto de 2003, o Poder Executivo poderia oferecer um número telefônico nacional disponível para que as mulheres denunciassem a violência contra elas cometida. O número deveria ser gratuito, de âmbito nacional e operado pelas Delegacias da Mulher.

O número 129 dedicou-se à discussão sobre violência contra a mulher de maneira mais ampla. A capa do Jornal nesta edição tinha o seguinte título: **Violência doméstica no Brasil**, em letras grandes e em negrito, anunciando o destaque que este

tema teria na corrente edição. Em matéria de duas páginas, o jornal apresentou a discussão: *Violência doméstica: um desafio para o Legislativo*.

Neste texto foram discutidas formas recentes com que o tema havia ganhado destaque na mídia impressa e televisiva através de matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* onde o jurista Dalmo Dallari discutia as diferenças de posicionamento ao se legislar sobre temas que envolvam situações de violência, pois estas comportariam, segundo ele, além da racionalidade envolvida na tomada de decisão, a carga emocional relacionada à apreciação do sofrimento da vítima. Também foi discutida a visibilidade que a violência doméstica havia adquirido naquele ano, a partir da exibição da *novela Mulheres Apaixonadas* pela rede Globo em horário nobre. A novela mostrava uma personagem que, apesar da independência financeira e do sucesso profissional, não conseguia se livrar do marido que a espancava constantemente. Na trama eram discutidas a dependência emocional envolvida na situação de violência e a ausência de uma legislação que de fato punisse o agressor. Segundo o jornal, a partir da exibição da referida novela, essa questão que há anos mobiliza os movimentos de mulheres e feministas, em especial no Brasil, ganhou urgência e entrou em pauta nas discussões sobre a legislação.

Além disso, a edição publicou um panorama mundial da situação das mulheres que sofrem violência por parte de seus parceiros, que segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), chegam de 10 a 34% de todas as mulheres no mundo. Ainda segundo a matéria, no Brasil, 70% dos casos de violência contra a mulher, o agressor é o marido, ex-marido, namorado ou companheiro.

O texto discutia ainda, os esforços que o movimento feminista fez ao longo do tempo para que este tipo de violência fosse reconhecido como problema social e não somente como aspecto restrito a vida privada, como no passado. No entanto, até este momento a legislação ainda apresentava sérias lacunas na identificação, notificação e punição dos agressores, assim como em relação à assistência às vítimas. Sobre todos estes aspectos, foi apresentada também uma entrevista feita com Carmen Campos, advogada então e assessora técnica da organização THEMIS.

Carmem falou sobre a ausência de estatísticas confiáveis no país e sobre a impossibilidade de traçar um perfil das vítimas de violência, já que os casos nem

sempre são notificados. Falou também sobre as causas da violência doméstica ancorada em fatores culturais, onde a mulher é tratada de maneira subalterna e para a impunidade que ajuda a propagar este tipo de situação. Além disso, falou sobre a importância das casas-abrigo, do papel do Estado na prevenção e punição da violência e da fragilidade e fragmentação das políticas públicas.

Enfim, neste ano o Jornal Fêmea apresentou, além do balanço de projetos de lei em tramitação no Congresso e de notícias curtas sobre serviços (como o disque-denúncia), uma discussão sobre o panorama legal do enfrentamento à violência de gênero no país. Como de costume, as discussões se detiveram sobre as questões legais e estatísticas fundamentais e não houve espaço para discussões de cunho conceitual.

Ainda sobre política, no ano de 2003 as discussões acerca da participação feminina na vida pública estiveram voltadas à reflexão sobre a bancada feminina no Congresso, a partir das eleições gerais, ocorridas no ano anterior. Compunham a bancada em 2003 as deputadas federais Alice Portugal (PC do B-BA), Almerinda de Carvalho (PPB-RJ), Ângela Guadagnin (PT-SP), Ann Pontes (PMDB-PA), Celcita Pinheiro (PFL-MT), Dra. Clair (PT-PR), Edna Macedo (PTB-SP), Elaine Costa (PDT-RJ), Fátima Bezerra (PT- RN), Francisca Trindade (PT-PI), Iara Bernardi (PT-SP), Iriny Lopes (PT-ES), Jandira Feghali (PC do B-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP), Juíza Denise Frossard (PSDB-RJ), Kátia Abreu (PFL-TO), Kelly Moraes (PTB-RS), Laura Carneiro (PFL-RJ), Luci Choinacki (PT-SC), Lúcia Braga (PSD-PB), Luciana Genro (PT-RS), Luiza Erundina (PSB-SP), Maninha (PT-DF), Maria do Carmo Lara (PT-MG), Maria do Rosário (PT-RS), Maria Helena (PST-RR), Maria Lúcia (PMDB-RJ), Marinha Raupp (PMDB-RO), Neyde Aparecida (PT-GO), Nice Lobão (PFL-MA), Perpétua Almeida (PC do B-AC), Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO), Rose de Freitas (PSDB-ES), Sandra Rosado (PMDB-RN), Suely Campos (PFL-RR), Telma de Souza (PT-SP), Theresinha Fernandes (PT-MA), Thelma de Oliveira (PSDB-MT), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Yeda Crusius (PSDB-RS), Zelinda Novaes (PFL-BA), Zulaiê Cobra (PSDB-SP). A edição de número 120, além de elencar as deputadas eleitas, apresentou um breve histórico da vida política de cada uma.

Também foi foco de intensa discussão a reestruturação do CNDM, que avançou em alguns aspectos a partir do Decreto nº 4.773/03, porém, perdeu em autonomia, já

que continuou integrado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), sem estrutura própria de funcionamento. Segundo o próprio jornal:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher terá nova composição, estruturação, competência e funcionamento. É o que determina o Decreto nº 4.773, publicado no Diário Oficial da União, dia 8 de julho. O documento estabelece que o CNDM é um "órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)" (Jornal Fêmea, nº 126, p.3, 2003).

Além disso, a matéria discutia a proposta de que o Conselho passasse a ser um órgão consultivo, sem poder de deliberação:

A proposta de Conselho deixar de ser deliberativo e passar a ser consultivo gerou discordâncias, mas posteriormente a posição da Secretaria prevaleceu. "Em termos políticos, eu acho que enfraquece o mecanismo porque diminui o poder do significado da participação da sociedade civil", avalia Betânia. "O CNDM deveria ter alguma instância de deliberação. Não seria necessário ser deliberativo, no seu conjunto, mas poderia deliberar sobre metas de igualdade e a construção de mecanismos de avaliação. Também acho que deveria ter sido constituída uma estrutura funcional para a execução das atividades, uma espécie de infra-estrutura", complementa Vera Soares (Jornal Fêmea, nº 126, p.3, 2003).

Desta forma, como dissemos anteriormente, o decreto avançou em alguns pontos, com a nova estruturação, porém foi criticado pelas feministas pelo enfraquecimento que essa nova estrutura poderia causar. Correlata a estas discussões, se mantiveram aquelas sobre a legalização do aborto, bandeira histórica do feminismo no Brasil e claramente assumida pelo CFEMEA.

Ainda neste ano, com a publicação somente do Jornal Fêmea, entre os eventos que marcaram a agenda dos movimentos, destacaram-se a *Marcha das Margaridas*, intitulada "2003 razões para marchar" que reuniu mais de 50.000 mulheres_ em sua maioria trabalhadoras rurais_ no mês de agosto para reivindicar terra, melhorias salariais e o fim da violência no campo. Segundo jornal, as expectativas prévias eram de organizar um movimento que demonstrasse autonomia frente ao governo Lula, Nas palavras de Raimunda de Mascena, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres

Trabalhadoras Rurais (CONTAG):

"Este grande acontecimento mostra que vamos manter nossa autonomia política diante do Governo Lula. Temos responsabilidade com o Governo democrático que elegemos e, por isso, vamos apresentar e negociar nossa pauta de reivindicações. Também temos esperança nos compromissos assumidos por Lula com a luta das mulheres e com o país, durante a campanha. Esperamos, contudo, que a política econômica do Governo Federal não se sobreponha às expectativas e necessidades do povo" (Jornal Fêmea, nº 125, p.07, 2003).

Também coube destaque a participação no *III Fórum Social Mundial*, sobre o qual o jornal informou de forma sucinta. Além disso, foram noticiados o *14º Encontro Nacional Feminista* realizado em Porto Alegre (RS), no mês novembro de 2003, a partir do tema "Feminismo: Um Projeto Político de Vida" e a *VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos*, que deu início a construção de um Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos.

Em 2003, ainda no Jornal Fêmea, a edição de número 126 trouxe uma discussão sobre a importância do Estatuto de Igualdade racial. Nela, Lúcia Xavier⁵⁵ elencou vários motivos para a aprovação do estatuto, entre eles a condição histórica dos negros no Brasil e conclui que a construção de uma sociedade melhor, passa pela garantia de igualdade entre os cidadãos. Na edição 129, Taciana Gouveia⁵⁶ ressaltou também o caráter velado que o preconceito racial assume no Brasil:

O racismo no Brasil em sua camuflada concretude só ganha contornos de uma questão política a partir do momento e do movimento em que os/as sujeitos que são por ele direta e cotidianamente atingidos/as, amplificam suas vozes de maneira que é impossível não serem escutados/as. Talvez a sociedade brasileira já seja capaz de ouvi-las, mas não ainda de entendê-las em seu sentido ético e político. Dizemos isto porque é comum pessoas não negras afirmarem que não têm preconceito racial. Contudo, o dizer-se não racista não é solução para o seguinte problema ético: se imensa população negra brasileira é impedida do exercício de direitos básicos - inclusive da própria possibilidade de existir sendo o que é - é porque existe

⁵⁵ Então coordenadora de CRIOLA, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, e do Programa de Voluntários das Nações Unidas.

⁵⁶Então educadora do SOSCORPO e Diretora de Desenvolvimento Institucional da ABONG.

uma parcela, ainda que minoritária, com enormes privilégios gerados da negação desses direitos! (Jornal Fêmea, nº129, p.9, 2003).

Esta discussão fez parte da chamada à participação no IV Diálogos contra o racismo que aconteceria em setembro deste ano novamente no Rio de Janeiro. O objetivo do texto era de conscientizar sobre a necessidade de participação de toda a sociedade em ações de combate ao racismo e não somente da população negra. A autora alerta ainda para o fato de que a luta pela igualdade racial deve ser construída por toda a sociedade.

O tema de maior destaque ao longo do ano, em relação à luta por direitos, foi o salário-maternidade, com destaque para o fato de que, a partir de 2003, o salário maternidade voltaria a ser pago pelas empresas, o que não ocorria desde 1999, quando o pagamento passou a ser feito diretamente pelo INSS.

Já em 2004, o espaço para discussão do trabalho feminino foi relativamente maior, com a discussão sobre a formação da *Comissão Especial de Trabalho e Emprego Doméstico*, na Câmara dos Deputados, (já aprovada pelo então presidente da casa) para avaliar cerca de 35 proposições legislativas sobre o emprego doméstico que tramitam na Câmara e no Senado Federal. O objetivo desta comissão era reunir as principais reivindicações em um único projeto de lei ou proposta de emenda constitucional.

O acompanhamento da Reforma Trabalhista, também voltou a ter destaque com a discussão sobre a Reforma Sindical a partir uma perspectiva de gênero (como demonstrou a exposição da socióloga Silvia Yannoulas – FLACSO/Brasil) no Seminário sobre Feminização da Pobreza, Emprego e Renda, realizado em maio.

Entre as proposições legislativas que tramitavam neste sentido, estavam a aprovação do projeto que visava regulamentar a licença-paternidade já garantida na Constituição Federal; a rejeição de proposta que visava acabar com a estabilidade da gestante trabalhadora; a aprovação de projeto de lei que visava garantir mais direitos à trabalhadora gestante, mediante a garantia de inquérito no caso de dispensa por justa causa e a proposta aprovada que garantia o seguro desemprego para as empregadas domésticas. Sobre a Previdência estava em pauta as reflexões em torno da aprovação da

proposta de emenda à constituição das donas de casa (PEC 385/2001) e a tramitação de proposições legislativas que garantiriam os direitos previdenciários às mulheres.

No Jornal da Rede, que voltou a publicar neste ano, os artigos abordaram a discussão sobre as trabalhadoras rurais. O enfoque, como sempre, esteve na discussão da saúde destas mulheres, abordando a vida das mulheres do semi-árido, a saúde das quilombolas e relação das mulheres com as atividades de pesca e aquicultura. É importante neste momento fazer uma ressalva quanto a dificuldade de classificar as matérias do Jornal da Rede. Como aconteceu com a edição de 2002, ficou inviável a discussão destas matérias no tópico sobre trabalho feminino, embora essa seja a discussão dita central de ambas as edições. O que acontece é que o enfoque da saúde é tão predominante que a categoria trabalho aparece como recorte populacional. Dito em outras palavras, a verdadeira discussão se dá em relação à saúde das mulheres, que neste caso são trabalhadoras rurais. É claro que este fato apresenta especificidades, no entanto, todas elas foram esgotadas no tópico sobre saúde.

Assim, no ano de 2004, o Jornal Fêmea com sete edições publicadas, apresentou somente cinco matérias dedicadas aos temas ligados à saúde das mulheres. Entre essas matérias, como foi demonstrado anteriormente, o caráter legalista das discussões manteve-se predominante, sendo que em nenhuma delas houve abordagem mais ampla sobre os temas tratados.

Já o Jornal da Rede traz no número 26, do mês de julho deste ano, discussões em torno da situação das trabalhadoras rurais do país. Entre as matérias apresentadas está a entrevista com Terezinha de Jesus Soares dos Santos, sobre a importância do uso de plantas medicinais na saúde das mulheres rurais, o perfil das quebradeiras de coco, a vida das mulheres do semi-árido, a saúde das quilombolas e relação das mulheres com as atividades de pesca e aquicultura.

Segundo Rita Auxiliadora Teixeira⁵⁷, ao abordar a saúde destas mulheres, o jornal estaria também explanando sua situação social, econômica e política, já que no Brasil o direito à saúde é reconhecido e de responsabilidade do Estado e sua garantia (ou sua ausência), é também um reflexo das desigualdades sociais e econômicas que

⁵⁷ Então Integrante da Coordenação do MMNEPA_ Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense e coordenadora da Regional Pará.

assolam a sociedade de maneira geral e as mulheres de forma específica.

Desta forma, as questões que as mulheres, de maneira geral, enfrentam como a precariedade das unidades de saúde, a falta de preparo dos profissionais, que muitas vezes se evidenciam através da afirmação e perpetuação de preconceitos e discriminação fundamentados no gênero, são exacerbadas quando se trata das mulheres que moram no campo. Segundo o jornal, isso se dá pela ausência de atenção dos governos locais com a saúde das mulheres e pela invisibilidade que as questões ligadas ao trabalho rural assumem, seja pelo não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras no campo, seja pela dificuldade de articulação que elas enfrentam. Além disso, elas enfrentam questões de ordem política:

A municipalização dos serviços de saúde, ao contrário de aproximar, de permitir o acesso, na zona rural é instrumento de manipulação pelos prefeitos. "Com estas dificuldades, muitas morrem precocemente, inclusive de morte materna. Não temos números, porque não há pesquisas. Mas, infelizmente, morrem muitas mulheres por falta de atendimento. Muitas vidas são ceifadas no campo em função de doenças como dengue, tuberculose _ uma doença ligada à fome _, de mordedura de cobra e entre tantas outras", afirma Vanete Almeida. (...) As armadilhas e o jogo político exercidos pelas oligarquias brasileiras, em diferentes partes do País, têm reflexos na vida de milhares de trabalhadoras rurais e suas famílias, principalmente quando o assunto é saúde. No campo, o atendimento à saúde, especialmente médico-hospitalar, em geral é fruto de barganha, de troca de favores entre políticos carreiristas e seus apadrinhados. Tudo pelo voto nas eleições. (Jornal da Rede, p.7-8, nº26, 2004).

Sendo assim, o Jornal da Rede mostrou mais uma vez a tentativa de articular temas básicos, como saúde, trabalho e direitos, a partir da exploração mais ampla do primeiro. Ressaltamos mais uma vez a tendência do jornal a uma abordagem múltipla, englobando vários aspectos de uma mesma discussão, direcionados por um tema pré-estabelecido. Entretanto, percebe-se um declínio considerável desta publicação, com edições esparsas, o que compromete a variedade de assuntos tratados.

No ano de 2004, a quantidade de matérias sobre o tema *violência de gênero* caiu proporcionalmente à diminuição do volume geral do jornal. Com apenas sete edições,

neste ano, como apontamos anteriormente, a periodicidade do jornal é alterada, se tornando intermitente.

A edição de janeiro apontou os avanços garantidos no ano anterior. A matéria onde se fez o balanço tradicional apontou para o fato de que os projetos ganharam agilidade pela exibição da telenovela e as discussões dos grupos feministas acabaram por serem insufladas a partir dessa nova conjuntura. A ante proposta também seria discutida interministerialmente, por iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Este fato aponta para a estreita relação entre os grupos compostos por ONGs e a O Estado, através da Secretaria.

A edição 138, inspirada pela aproximação do dia 25 de novembro, considerado o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, trouxe três matérias sobre violência, além da interlocução do tema com o combate ao racismo. Em matéria assinada por Giane Boselli⁵⁸, o jornal chamou a atenção para a necessidade de se criar uma lei que combatesse integralmente a violência contra a mulher. Nas palavras de Giane:

Quando um país constrói redes sociais e aprova uma lei direcionada a esse problema, é sinal de que se trata de uma nação conscientizada, que olha, respeita e cuida das mulheres. Um marco jurídico não vai sanar o problema, mas vai abrir portas para um olhar e um tratamento diferenciado para as mulheres e para os efeitos da violência (Jornal Fêmea, p.4, n°138, 2004).

Ainda segundo a autora, nos países onde leis deste tipo são aprovadas, o sucesso geralmente deriva de ampla pressão dos movimentos feministas. No Brasil, o Consórcio de que falamos anteriormente, do qual faz parte o CFEMEA, foi apontado nesta matéria como importante interlocutor na luta para que a legislação incorpore o problema de forma plena. No entanto, o processo tem sido árduo e longo, ela conclui.

Contrastando com o formato mais utilizado pelo jornal, compostos por notícias curtas, a matéria acima citada foi acompanhada ainda pelo texto assinado por Ana Paula

⁵⁸ Socióloga, advogada e então assessora técnica do CFEMEA.

Portella⁵⁹, que se propunha a apresentar *Um breve contexto e algumas questões políticas* sobre a violência contra as mulheres.

Historicamente, segundo Ana Paula, o movimento feminista brasileiro se debruça sobre esta questão desde os anos 1970, quando as ruas foram tomadas por protestos contra a morte de mulheres vítimas de violência de gênero. Nos anos de 1980, a autora cita a criação das Delegacias da Mulher, como passo importante para tornar visível a violência sofrida no âmbito doméstico; a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência, tanto em âmbito estatal, quanto na sociedade civil, como a criação de casas-abrigo, de serviços prestados pelas diversas ONGs feministas, entre outras.

O texto aponta ainda para o decréscimo de organização de ações concretas no sentido de enfrentar a questão nas últimas duas décadas. Segundo Ana Paula, proliferaram-se ações educativas criadas pelos diversos grupos espalhados pelo país sem que se criasse uma interlocução entre eles. As políticas públicas também passam a sofrer com degradação dos serviços oferecidos, com as citadas casas-abrigo. Para ela as questões de ordem estrutural, como a valorização das mulheres e o combate à desigualdade de gênero no âmbito do trabalho são fundamentais para que o combate à violência seja eficiente e conclui que alguns aspectos deveriam demandar maior esforço na elaboração de leis e políticas específicas, como por exemplo:

a) os homicídios de mulheres, que aumentam e atingem principalmente mulheres negras, pobres e jovens; b) as características de crimes de ódio presentes nos homicídios de mulheres; c) a sinergia perversa entre a valorização e legitimação do uso da força e das armas em comunidades pobres e a decorrente valorização das demais hierarquias sociais que favorecem e legitimam o uso da violência nas relações entre homens e mulheres; d) o envolvimento das mulheres com o crime organizado; e) a violência nas relações lésbicas; e f) a associação da violência contra as mulheres com as questões estruturais ligadas às outras formas de violência (Jornal Fêmea, p.5, nº138, 2004).

O ano de 2004 foi encerrado com um número relativamente menor de matérias sobre violência de gênero, no entanto, é visível o aprofundamento histórico e mesmo

⁵⁹ Então coordenadora de pesquisas do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

conceitual apresentado nos artigos, em especial, da edição 138. Contudo, o acompanhamento orçamentário e legislativo continuou a ditar o tom das discussões.

Dentro do tema que engloba as políticas públicas destinadas às mulheres além da participação delas no âmbito representativo, o ano seguinte foi importante para o jornal, já que se comemoraram em 2004 os 15 anos do CFEMEA.

A edição 136 teve grande enfoque no acompanhamento das eleições municipais que aconteceriam neste ano. Logo na capa, o jornal destaca o crescimento de candidatas ao cargo de prefeita. No entanto, segundo o jornal, o número de candidaturas em todos os níveis ainda é considerado baixo, sendo que nenhuma legenda foram ocupados os 30% de cota reservada para as mulheres.

A matéria dedicada a esta discussão foi baseada em levantamento realizado a partir de dados preliminares consultados junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), pelas sociólogas Almira Rodrigues e Giane Boselli⁶⁰. Em números, estes dados demonstram que:

Nas eleições de 2004, para o cargo de vereador@, as mulheres representam 22,14% do total de candidat@s, 75.948 em 343.027, enquanto em 2000, as mulheres representavam 19,14% do total, somando 70.321. O crescimento em números absolutos foi de 5.627 candidatas. (...) Para o cargo de prefeita, nestas eleições de 2004, as mulheres representam 9,43% das candidaturas totalizando 1.463 candidatas em um total de 15.510. Comparativamente às eleições de 2000 – quando as candidatas representavam 7,59%, totalizando 1.139 – o crescimento absoluto foi de 324 candidatas (Jornal Fêmea, nº 136, p.4, 2004).

Assim, percebemos que sendo um ano eleitoral, o Fêmea dedicou grande espaço ao acompanhamento da situação das mulheres candidatas. No entanto, os temas tradicionais continuaram a ser abordados. No guia de direitos, por exemplo, vários temas são recorrentes, como mulher e o código civil e as legislações que dispunham sobre violência doméstica.

O Jornal da Rede abordou todos os aspectos da vida das trabalhadoras rurais com enfoque na saúde. A seção *direitos* discutiu o trabalho das parteiras, mostrando seu mérito e a falta de reconhecimento que sofre este tipo de “profissional”. Este termo é utilizado no texto não somente por uma concepção própria do jornal sobre a prática

⁶⁰ Naquele momento as sociólogas ocupavam respectivamente os cargos de diretora colegiada e assessora técnica do CFEMEA.

tradicional destas mulheres, mas também por que estava em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, o Projeto de Lei 2.354/2003 da deputada Janete Capiberibe (PSB), que reconhece a profissão de parteira tradicional, bem como o exercício da profissão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A justificativa da defesa da inclusão da profissão de parteira tradicional se dá pelo fato de que elas ainda realizam a maioria dos partos na zona rural, em especial, nas regiões norte e nordeste (Jornal da Rede, nº 26, p.24, 2004).

Em 2004 foi realizada a *1º Conferência Nacional de Políticas Públicas para as mulheres*, de onde foi retirada uma Plataforma de ação para o movimento feminista. Também teve destaque o enfrentamento da violência de gênero dentro das discussões em torno dos Direitos Humanos.

As reflexões sobre o V Congresso brasileiro de prevenção em DST/AIDS e o I Congresso Brasileiro de AIDS, foram responsáveis para a retomada das discussões sobre as mulheres soro positivas e desta vez, para além da reivindicação de direitos, como é usual no *Fêmea*. Como de costume, o jornal apresentou a Campanha pela descriminalização do aborto, em comemoração à já citada data de 28 de setembro. Neste ano, a campanha contaria com distribuição de trinta mil folhetos por todos os estados “onde são apresentados os motivos, as circunstâncias, as consequências do abortamento clandestino na vida das mulheres, assim como o que precisa ser feito para mudar a realidade acerca do abortamento. Um cartão postal eletrônico em apoio à aprovação da liminar no STF” (Jornal *Fêmea*, nº 136, p.08, 2004).

A preparação para o *V Fórum Social Mundial* também provocou grande mobilização. As questões de gênero seriam discutidas dentro do eixo temático *Discriminação, dignidade e direitos* e do eixo transversal que discutiu o *patriarcado*. Sobre a participação das mulheres, o jornal informou:

Como destaca Maria Betânia Ávila, do SOS Corpo, a presença das mulheres no Fórum Social Mundial é marcante, se vê as mulheres tão presentes quanto os homens, pelos vários lugares onde o movimento acontece, mas nas grandes mesas e painéis o desequilíbrio de gênero ainda existe. Na avaliação de Betânia, a presença do movimento feminista é evidente – o que significa algo diferente da presença das mulheres, mas para o qual a presença das mulheres importa. Para ela, o feminismo como pensamento e prática política é parte daquela construção, e parte dessa construção é a superação das relações desiguais de poder que ainda constituem o

espaço político em movimento¹. Nessa mesma linha de análise, a peruana Virgínia Vargas, uma das coordenadoras da Articulación Feminista MarcoSur, avalia que estas tensões e ambivalências arrastam conflitos entre velhas e novas formas de fazer política, revelando o tamanho da dificuldade envolvida no processo de gerar novas formas de debate político, novos conteúdos para culturas políticas democráticas, de alimentar, em suma, um espaço e um pensamento global, de conteúdo plural e democrático radical². A participação das organizações do movimento de mulheres e feministas neste processo, tão cedo quanto possível, abre a oportunidade de interagir com diversas experiências, diferentes movimentos sociais, várias redes e inúmeras articulações. A inscrição de atividades, a articulação com outras organizações que estão lidando com as mesmas questões, a participação nos debates que já está acontecendo em preparação ao FSM 2005 é um alimento político substantivo do feminismo ao processo do FSM, e vice-versa, do processo do FSM para o feminismo (Jornal Fêmea, nº 138, p.03, 2004).

O Jornal da Rede deste ano apresentou encarte assinado por Wilza Villela, sobre o "Monitoramento da Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) no Brasil". Este encarte, ao contrário do que se dá normalmente, não foi disponibilizado junto ao já edição tradicional, sendo citado somente no editorial.

Em 2004, na edição de número 132, o jornal voltou a chamar a atenção para a necessidade de se incluir a perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas. O texto chamou a atenção para o fato de que o Brasil, apesar de ser signatário da Plataforma de Ação Mundial, aprovada na Conferência Beijing'95 e da Plataforma de Ação aprovada em Durban, pela Conferência Mundial contra o Racismo, ainda estávamos longe de adotar políticas capazes de criar políticas de eliminação das desigualdades de gênero e raça. Da mesma forma, na edição 141 de fevereiro e na 147 de setembro de 2005, o Fêmea apresenta um balanço dos avanços alcançados no ano anterior em relação ao orçamento destinado aos projetos de equidade de gênero e raça e apresentou leis que atenderiam às demandas das mulheres, segundo uma perspectiva de gênero.

Ainda em 2004, apesar do Jornal da Rede ter apresentado uma edição, o tema das mulheres negras não apareceu em nenhuma matéria. Já o Fêmea, ainda inspirado nas discussões realizadas nos encontros do ano anterior, apresentou já na sua primeira edição a matéria intitulada *Gênero e Raça - o produto mais grave da desigualdade*.

Nela, se reafirmaram as posições de que as desigualdades são complementares e que a intersecção entre gênero e raça é uma importante mediação para interpretar e, no limite, enfrentar a discriminação na sociedade brasileira. O texto, mais do que simplesmente denunciar uma situação a ser combatida, nos parece ter o objetivo de reafirmar um compromisso político entre o CFEMEA e organizações de mulheres negras. Como dissemos anteriormente, esta relação encontra entraves na hierarquização as categorias. No caso das mulheres negras há a tendência de sobrepor a raça ao gênero, o que dificulta os diálogos. No entanto, vemos, neste texto, por exemplo, a tentativa freqüente de estabelecer e fortalecer as relações entre os diferentes setores dos movimentos negros e feministas.

No mesmo sentido, a edição 138 trouxe no texto de Natalia Mori Cruz e Guacira César⁶¹ de Oliveira, a discussão da necessidade de se alargar ao conceito de violência de gênero, a fim de incorporar a violência racial nesta categoria. As autoras fazem um balanço das políticas públicas e projetos de lei que tratam da violência de gênero e confirmam que:

Salvo raríssimas exceções, os mais de 350 programas de políticas públicas que constituem o Plano Plurianual 2004-2007, em nível federal, não estabelecem metas quantitativas e/ou qualitativas para superar as desigualdades de gênero e étnico-raciais, tampouco definem instrumentos de monitoramento destes aspectos. Um exemplo: na administração pública, não se sabe o quanto é mais difícil para uma mulher negra do que para um homem branco, chegar a gozar do seu direito à aposentadoria depois de 35 anos de trabalho, porque não há dados desagregados por raça na previdência. Tampouco se conhece os impactos das mudanças no sistema previdenciário sobre o acesso das mulheres negras a tal benefício. A impossibilidade de conhecer e avaliar os impactos das políticas públicas sobre as desigualdades de gênero e raça impossibilita a definição de estratégias e a correção de rumos, ao mesmo tempo em que permite a manutenção das iniquidades. (Jornal Fêmea, nº138, p.10, 2004).

Notamos, contudo, ao longo da análise deste segundo triênio a desaceleração do processo de “empoderamento” pelas ONGs que vimos nascer no primeiro período. Essa desaceleração certamente se deu pela retomada da responsabilidade pela elaboração e

⁶¹ Socióloga e então assessora parlamentar do CFEMEA e Socióloga, então assessora técnica e diretora colegiada do CFEMEA, respectivamente.

acompanhamento das políticas públicas pelo governo, na figura da SPM. Isso não significa, no entanto, que as ONGs feministas saíram de cena. Ao contrário, elas continuam exercendo importantes parcerias com a Secretaria. Isto pode ser evidenciado pelos recorrentes concursos que a SPM abre para financiar projetos executados em parcerias com a sociedade civil.

Sobre as publicações que aqui analisamos, notamos o decréscimo em relação ao período anterior, seja em números publicados, seja em densidade de discussões. Juntamente ao contexto político social já apresentado somam-se dificuldades de financiamento e manutenção dos jornais para explicar este declínio visível.

2005 a 2006: Segundo mandato do governo Lula

Este período, contendo os últimos dois anos do nosso levantamento, assinala a consolidação do processo que se iniciou já no primeiro mandato do governo Lula: o fortalecimento da presença estatal na elaboração de políticas públicas relacionadas às questões de gênero. A Secretaria de Políticas para as Mulheres consolidou-se na promoção, não somente de políticas e programas que visam eliminar a desigualdade entre homens e mulheres, mas também como um espaço de diálogo sobre as questões de gênero com o incentivo e financiamento de pesquisas, por exemplo.

Com isso torna-se ainda mais estreita a relação que apontamos nos primeiros capítulos entre o Estado e as ONGs feministas; estas agora passam a atuar em parceria com a SPM e em projetos paralelos e localizados. Também como já vinha sendo assinalado no período anterior, os jornais aqui analisados sofrem retração correlata, sendo que somente o Jornal Fêmea se manteve depois de 2006.

Sobre os temas específicos aqui abordados, o tema da saúde manteve-se entre os três mais abordados com quase 10% das matérias publicadas nas nove edições veiculadas no Jornal Fêmea. No entanto, nenhuma nova abordagem foi apresentada.

O aborto voltou à pauta, com foco no aspecto legal. A legalização nos casos de anencefalia também foi retomada, assim como os aspectos gerais da luta pelo aborto seguro. Já na edição de janeiro, o jornal apresentou um “balanço” das ações efetivadas nos últimos anos junto às instâncias decisórias e concluiu que, por um lado, a atuação do movimento feminista junto ao judiciário resultou em importantes avanços e por outro, resultou numa maior pressão dos setores conservadores da sociedade contrários a

esses mesmos avanços.

Nas discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos também perpassaram as questões recorrentes, que o jornal costuma privilegiar: o enfrentamento a HIV/AIDS e a luta pelo direito ao aborto. Nas palavras da redatora do jornal:

A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos estão entre os principais temas da pauta de reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Em 2004, no entanto, não tivemos lei aprovada nesta área e também não foi um ano com muitas tramitações de projetos. As principais ações desenvolvidas pelo CFEMEA neste tema, em 2004, concentraram-se em dois grandes subtemas: aborto e DST/HIV/Aids. O direito ao aborto esteve ameaçado em diversos momentos em 2004 e a discussão sobre HIV/Aids continua prioritária, na medida em que a epidemia cresce, principalmente, entre mulheres e meninas. As ações do CFEMEA tiveram por base a afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. (Jornal Fêmea, p.10, nº141, 2005).

Sendo assim, podemos afirmar, em linhas gerais, que o jornal fêmea no ano de 2005, não apresentou ao público leitor nenhuma nova informação e também não introduziu nenhuma nova discussão no que concerne ao tem da saúde. Esta repetição de matérias sobre a luta pela legalização do aborto e sobre o combate à epidemia de HIV/AIDS demonstra, não somente o comprometimento do jornal com o acompanhamento de discussões nas esferas legais, como também o andamento dessas questões em nosso país. Apesar do comprometimento do movimento feminista em relação à mobilização e ao acompanhamento dos debates envolvendo essas questões, é possível afirmar que, especialmente quanto à descriminalização do aborto, cada avanço é seguido de um retrocesso, já que os setores religiosos conservadores ainda tem grande voz no país.

No mesmo ano, apenas quatro matéria sobre o tema *violência* foram publicadas ao longo das nove edições apresentadas durante o ano. Na edição de número 140, foi apresentado o quarto capítulo do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Este foi o foco da edição pelo fato de que este capítulo dispunha sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. Sobre os objetivos do documento, ressaltou-se a garantia do atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; a redução dos índices de violência contra a mulher; e a garantia de

cumprimento dos instrumentos internacionais, além da revisão da legislação brasileira de enfrentamento à violência contra a mulher.

O Plano ainda ratifica a necessidade de atendimento às mulheres através da criação de redes de serviços especializados a serem instalados a nível nacional. Além disso, prevê a definição de normas técnicas de implementação destes serviços, bem como o acompanhamento destes através de avaliações diagnósticas no sentido de orientar a definição de novas políticas e o melhoramento dos atuais. Sobre a prevenção, campanhas educativas incluindo a temática de gênero, o combate aos atos de violência e a revisão da legislação vigente são tidos como prioritários.

O balanço tradicional dos projetos que tramitaram no Congresso no ano anterior foi apresentado no mês de fevereiro, com a edição de número 141. Nela o jornal aponta para o fato de que apenas a lei foi aprovada em 2004 dizia respeito justamente à violência doméstica:

[...] foi a Lei 10.886/04, de autoria da Deputada Iara Bernardi (PT/SP). Esta Lei amplia o artigo 129 do Código Penal, introduzindo o tipo violência doméstica em um novo parágrafo. No entanto, a violência doméstica fica reconhecida apenas nos casos de lesão corporal e continuam sendo julgados pelo Juizado Especial Criminal, como crimes de menor potencial ofensivo (Jornal Fêmea, p.3, nº141, 2005).

O artigo apontou ainda, para a necessidade de voltar os esforços para a elaboração da Lei Integral de Combate à Violência Doméstica, que desde 2003 movimentava tanto ONGs feministas, inclusive o CFEMEA, quanto a SPM.

A edição 146 trouxe na forma de informe na seção *Acontece*⁶² o lançamento pelo CFEMEA de uma campanha de enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. A campanha contava com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Faziam parte da iniciativa um folder, um site eletrônico e uma campanha de rádio, tratando especificamente do tema com o objetivo de “ampliar e oferecer subsídios para a discussão dessa Lei em toda a sociedade brasileira.”

⁶² Essa seção não é fixa, ou seja, não aparece em todas as edições. No entanto, quando existe, é utilizada para informes gerais sobre campanhas e eventos.

Nos mesmos moldes, a última edição do ano contou com uma nota rápida informando que a partir de então, as casa-abrigo contariam com maiores recursos. É conveniente ressaltar nessa altura das discussões, que o tema das casas-abrigo é abordado constantemente do ponto de vista legal, no entanto, em poucos momentos se problematizou a natureza deste tipo de ação, como o fez o Jornal da Rede. Com isso percebemos que as discussões aprofundadas são pontuais e a maioria se refere a leis e políticas públicas, como o próprio jornal assinala na sua apresentação.

Ainda no ano de 2005, o Jornal Fêmea traz uma reflexão recorrente na temática de maior destaque (a política). A sub-representação das mulheres no Congresso volta à pauta, pois, apesar da Lei de 1997, que obriga os partidos políticos reservarem 30% das vagas para mulheres entre os candidatos aos diversos cargos nos níveis municipal, estadual e federal, o crescimento das mulheres nas esferas de poder tem sido lento. Nas eleições municipais de 2004 as mulheres representavam 22,13% do total de candidatos/as, sendo que a participação destas nas eleições proporcionais (para vereador/a) é consideravelmente maior do que a sua participação nas eleições majoritárias (para prefeito/a). Em termos percentuais, a candidatura das mulheres a vereadora é mais que o dobro da candidatura à prefeita em todo o país (22,13% e 9,53%, respectivamente) ⁶³, confirmando o levantamento prévio feito pelo CFEMEA, no ano anterior.

O lançamento do Plano Nacional de Políticas Públicas para as mulheres pela SPM, também levantou grande discussão, pois, apesar de ter sido baseado na Plataforma resultante da 1^o *Conferência Nacional de Políticas Públicas para as mulheres*, realizada em 2004, o plano foi considerado aquém das discussões e da própria Plataforma, por diversos setores do movimento feminista. Esta foi a matéria de capa da edição 140, de janeiro de 2005.

A seção sobre direitos também sofre decréscimo neste, não sendo mais apresentada em todas as edições. Apenas as edições 140, com a matéria sobre os direitos da *Empregada doméstica*; a 142 com *A lei nº 11.106, de 28 de março de 2005 altera o Código Penal*; a 146 com a apresentação de *Seis legislações importantes para as mulheres*, contiveram o tradicional guia de direitos.

Sobre o movimento feminista em 2005, tiveram destaque no Fêmea o

⁶³ Números retirados da seção “Dados Estatísticos” do site do CFEMEA.

planejamento para o *X Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho* que, segundo Carla Batista⁶⁴, este encontro seria de suma importância para pensar o feminismo a partir da internacionalização das lutas. Além disso, o referido encontro também faria parte das reflexões, iniciadas em 2004, preparatórias para V FSM.

Sob a mesma perspectiva apresentada nos períodos anteriores, as relações com o movimento negro, em especial com os setores feministas deste movimento, foram fortalecidas durante o ano de 2005 nas edições publicadas, através da afirmação e reafirmação da necessidade de combate ao racismo de forma ampla e irrestrita.

Em entrevista com Lúcia Xavier, o jornal apresentou no número 146 uma discussão sobre as políticas públicas para a população negra. O texto teve como ponto de partida a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, onde o tema foi amplamente debatido pelos cerca de 1000 delegados/as municipais, estaduais e federais, dos movimentos de negros, indígenas, árabes, ciganos, palestinos e judeus, na cidade de Brasília. A entrevista reafirma a posição do CFEMEA de apoiar, divulgar e acompanhar os mais diversos eventos, frutos da mobilização dos movimentos sociais, salientando a necessidade do ativismo para a mudança política e social de fato.

Sobre a relação mulher/trabalho Verônica Ferreira⁶⁵, na edição 142, discutiu o mundo do trabalho a partir de uma visão feminista. O texto baseou-se nas já citas reformas trabalhista e sindical e abordou o trabalho da mulher, além do âmbito produtivo, como atividade reprodutiva, com o cuidado das crianças e idosos, o trabalho doméstico, etc.

Outro ponto abordado em relação ao trabalho doméstico foi a necessidade de se estabelecer igualdade entre homens e mulheres dentro da família. Bila Sorj⁶⁶ chama a atenção para o fato de que estas discussões no Brasil eram ainda incipientes. Entretanto, segundo a autora, as duas últimas décadas foram marcadas por transformações profundas na composição das famílias que não foram acompanhadas por nenhum tipo de suporte no mundo do trabalho, seja oferecido pelas empresas ou pelo Estado. Nas palavras de Bila:

⁶⁴ Então educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e Secretária Adjunta da AMB.

⁶⁵ Assistente Social e então educadora do SOSCORPO - Instituto Feminista para a Democracia.

⁶⁶ Vinculada à UFRJ.

Houve uma forte retração do tipo tradicional de família formada por casais com filhos. Reduziu-se também a proporção de famílias compostas por casais com filhos e com parentes, as chamadas famílias extensas. Em compensação, cresceu expressivamente o número de famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge, i.e., as famílias mono parentais femininas. Do ponto de vista da família, a principal mudança relativa ao mercado de trabalho corresponde ao ingresso massivo das cônjuges no mercado de trabalho. A estratégia adotada pelas famílias para enfrentar esse desafio é alocar os seus membros em empregos de naturezas diferentes, nas quais a jornada de trabalho é um importante diferenciador. Para os homens prevalecem os empregos formais, i.e, protegidos pela legislação trabalhista, com vários benefícios decorrentes desta relação contratual. Para as mulheres predominam empregos informalizados, que implicam jornadas de trabalho menores e salários reduzidos. Sobretudo as cônjuges com filhos se inserem nas ocupações mais precárias oferecidas pelo mercado de trabalho. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho indica que o papel feminino tradicional vem mudando rapidamente sem que o masculino tenha se alterado na mesma proporção (Jornal Fêmea, nº143, p.6, 2005).

Estes fatores acima citados, implicam na dupla jornada que as mulheres enfrentam, tendo que trabalhar fora e cuidar dos filhos e da casa. De fato a inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhado na mesma velocidade pela mudança das mentalidades e das estruturas das relações familiares. A isso se som a discussão principiada pelo texto anterior, em que Verônica Ferreira aponta para o fato de que as mulheres de classe baixa, trabalhadoras domésticas, se tornam responsáveis pela “liberação” do tempo daquelas das classes mais altas. O fato é que o trabalho é sempre feito pelas mulheres.

Desta forma, reconhecimento do trabalho doméstico, a valorização do trabalho reprodutivo realizado, via de regra, pelas mulheres seja em suas próprias casas, seja como fonte geradora de renda, foi neste ano um importante tema debatido no jornal. Mais uma vez percebemos a existência de textos aprofundados, assinados por consultores de diversas áreas, com debates conceituais, inclusive.

No ano de 2006, apesar de contar três edições publicadas, o Jornal Fêmea não apresentou nenhuma matéria ligada ao tema específico da saúde. Considerando o

decréscimo dos últimos anos de densidade e variedade das discussões, pode-se afirmar que o tema foi paulatinamente perdendo importância dentro da publicação.

Já o Jornal da Rede, que publica seu último número neste ano, volta a abordar a mortalidade materna. Os textos abordam as diversas questões que circundam este problema de saúde pública, como a responsabilidade dos governos, a legislação vigente, a necessidade de maior divulgação do problema na mídia, entre outros.

Ana Cristina d'Andretta Tanaka⁶⁷ começa seu texto conceituando a morte materna:

Por definição, é a morte de uma mulher durante a gravidez, durante o parto e após o nascimento da criança, período chamado de puerpério. São dois os períodos em discussão atualmente: o clássico, aceito e recomendado pela OMS, que vai desde a fecundação até o 42º dia após o parto ou o término da gestação, porque este é o tempo que o útero precisa para voltar ao lugar; o outro é aquele decorrente da morte após os 42 dias, por problemas relacionados ao estado gestacional e à amamentação, por exemplo, a psicose pós-parto (Jornal da Rede, p.7, nº28, 2006).

Além disso, a autora questiona o período em que a morte é considerada oriunda de causas derivadas da gestação e aponta para problemas quanto ao registro destas mortes. Alerta ainda para as questões econômicas relacionadas a esta questão e principalmente às políticas de saúde direcionadas às mulheres.

Tanaka também assina, juntamente com Alaerte Leandro Martins⁶⁸, o texto sobre as sobreviventes da mortalidade materna, ou *Near Misses*, onde apontam para um estudo ainda mais aprofundado desta questão. As autoras apontam para a necessidade de abordar não somente os casos de óbito, mas também aqueles onde há morbidade, ou seja, risco eminente de morte derivado de causas relacionadas a maternidade.

Segundo as autoras, assim como nos casos de morte, os de *near miss*, existem causas evitáveis, ligadas a falta de atendimento adequado e, portanto, de políticas públicas que o garantam e a indicadores sociais que demonstrem que mulheres em situação econômica e social desfavorecida são mais frequentemente acometidas por este problema.

⁶⁷ Enfermeira, então professora doutora da Faculdade de Saúde Pública da USP, diretora do Centro de Saúde Geraldo de Paula Souza e integrante da Comissão Nacional de Mortalidade Materna.

⁶⁸ Enfermeira, então doutoranda da Faculdade de Saúde Pública da USP e integrante do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna do Paraná.

Assim, o Jornal da Rede termina sua última edição tratando do tema que teve espaço ao longo dos últimos anos no jornal, a partir do enfoque multidimensional. A publicação, não somente informou e buscou mobilizar as mulheres no sentido de garantir o direito ao atendimento adequado na rede pública de saúde, como também divulgou as então recentes pesquisas realizadas no campo acadêmico relacionadas a esta questão. Observamos, com isso, que o Jornal da Rede, ao longo dos anos em que foi publicado, manteve, no que tange a temática relacionada à saúde das mulheres, relações estreitas com a academia, veiculando em suas edições, discussões e pesquisas realizadas em diversos centros reconhecidos, dentro e fora das universidades. Contou também com a assessoria de diversos (as) intelectuais, ligados ou não ao movimento feminista na construção dos artigos que veiculou.

Neste ano, sem sombra de dúvida, o destaque sobre o tema da violência esteve sobre a aprovação da Lei Maria da Penha. Segundo o Jornal Fêmea a lei, que já foi conhecida como Projeto de Lei 4.559/2004 e Projeto de Lei da Câmara (em tramitação no Senado) PLC 37/2006, foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e colocou o Brasil entre os 18 países da América Latina e Caribe que possuem legislação integral de combate a violência contra as mulheres.

A edição chamou a atenção ainda para o fato de que sem os esforços dos movimentos de mulheres e feministas, a lei dificilmente teria sido aprovada. Além disso, esclareceu que lei leva o nome de uma mulher que:

[...] quase foi assassinada por seu então marido. Os fatos aconteceram em 1983, a primeira tentativa foi com o uso de arma de fogo a segunda por eletrocussão e afogamento. Esses episódios causaram lesões irreversíveis à saúde de Maria da Penha. Apesar de condenado em dois julgamentos, o autor da violência não havia sido preso devido aos sucessivos recursos de apelação. Em 2001, após 18 anos da prática do crime, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres brasileiras. Por força da pressão internacional de audiências de seguimento do caso na Comissão Interamericana, em 2002, o processo no âmbito nacional foi encerrado e em 2003 o ex-marido de Penha foi preso. Fonte:

O jornal chamou a atenção ainda para a necessidade de conhecer e acompanhar a implementação da lei, no entanto, se restringiu a anunciá-la, sem maiores esclarecimentos sobre seu teor, seus alcances e limites. Como este foi o último ano acompanhado pela nossa pesquisa não podemos afirmar que esta discussão não foi feita pelo jornal. No entanto, num primeiro momento, esta lacuna foi deixada pela publicação.

O ano de 2006 marca um decréscimo considerável dos trabalhos em torno do Jornal Fêmea e de sua densidade. Comprovando esta afirmação, a edição de nº 150, termina com o anúncio de que o jornal seria reestruturado e com a chamada para o recadastramento das entidades que recebiam o periódico e também para contribuições na nova estrutura a ser elaborada. Com menor número de matérias publicadas por edição e com a ausência do tradicional edital em algumas delas, até mesmo o acompanhamento das eleições gerais, que nos anos anteriores sempre tiveram grande destaque, foi feita de forma rápida e superficial.

As discussões acerca da LDO (lei de diretrizes orçamentárias) e do PPA (Plano Plurianual) que já apareciam rapidamente nos anos anteriores, tiveram um destaque ainda maior no transcorrer deste ano. A aprovação da Lei Maria da Penha também foi acompanhada de discussões acerca da necessidade de mobilização para que esta nova arma no combate a violência de gênero não ficasse somente no papel.

O Jornal da Rede dedicou as sessões sobre direitos e saúde pública à discussão sobre a responsabilidade estatal no combate a mortalidade materna. Foram apresentadas as políticas públicas existentes e a sua ineficiência na prevenção deste problema que, no decorrer de todos os anos por nós estudados, este incluído na pauta da publicação.

No âmbito do ativismo, o CEFEMEA através do jornal divulgou e acompanhou a realização da *Marcha Zumbi + 10 - Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida*. Esta manifestação reuniu cerca de trinta mil pessoas, militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais no mês de novembro daquele ano em Brasília. Desta forma, consolidou-se ao longo dos oito anos aqui analisados a tentativa de se estabelecer o diálogo com diversos movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento GLBTT, o movimento de trabalhadoras rurais, entre outros: através da participação e do acompanhamento de mobilizações e de legislações destinadas a estes grupos.

Também houve destaque para a divulgação do *1º Encontro Nacional da AMB (ENAMB)*, que se realizaria em Goiânia, no mês de dezembro com os temas: O contexto da luta feminista no Brasil e América Latina: novas e antigas problemáticas que desafiam o feminismo hoje; Questões feministas sobre a cultura, a economia e o mundo do trabalho (enfocando amplo leque de questões no terreno da ecologia, do fundamentalismo, do estágio atual da economia capitalista, da economia solidária e das relações no mundo do trabalho, considerando inclusive o trabalho doméstico); A política feminista hoje: questões a serem enfrentadas com prioridade; possibilidades de articulação de alianças, no feminismo e no campo dos movimentos sociais; possibilidades de ação na relação entre sociedade e Estado; e A práxis feminista e questões organizativas para fortalecimento da AMB: marcos de referência que orientam a luta feminista, insuficiências e horizontes utópicos no feminismo; questões para a prática e política de formação feminista, elementos para uma política de comunicação da AMB⁶⁹.

O Jornal da Rede também abriu espaço para a divulgação e o acompanhamento de importantes eventos ocorridos no ano de 2006. Entre eles destacaram-se a *12ª Conferência Nacional de Saúde*, com a discussão sobre o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), apresentada em encarte especial, e o *9º Encontro Nacional da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*, realizado em maio deste ano, que elegeu a nova Secretaria Executiva (mandato 2006-2010) e novo Conselho Diretor (mandato 2006-2008) da RFS.

O edital ainda informa sobre dois eventos promovidos pela RFS, com intuito de discutir a mortalidade materna no país: o *Seminário Nacional Controle Social na Morte Materna e Interlocação com o Ministério Público e o Diálogo com Jornalistas sobre Morte Materna*. Em entrevista com Fátima Oliveira para o Boletim PCRI _ Saúde/DFID, o jornal discute a responsabilidade estatal sobre a prevenção da mortalidade materna no país. Este artigo também já foi abordado na primeira seção, onde discutimos o tema saúde e, por isso, não será retomado aqui.

Nas três edições publicadas ao longo de todo o ano, o espaço para a interlocução com o movimento negro ficou restrito ao acompanhamento da Marcha Zumbi+10 e da divulgação da articulação Diálogos contra o racismo, da qual o CFEMEA fazia parte. Em relação a esta articulação destacou-se o lançamento da campanha:

⁶⁹ Mais uma vez ressaltamos a relação entre o CFEMEA e a AMB

“Onde você guarda seu racismo?” com a apresentação de situações cotidianas nas quais o racismo se revela. O objetivo desta fase da campanha é estimular as pessoas a identificarem seu próprio preconceito para se livrar dele. Segundo pesquisa realizada ainda na 1ª fase da campanha, apenas 4% da população brasileira admite ser racista, no entanto 87% d@s brasileir@s dizem que há racismo no Brasil (Jornal Fêmea, nº150, p.3, 2006).

Percebemos, contudo, que o tema movimento negro/mulheres negras, reafirmando que os dois jornais buscaram de diferentes maneiras incorporar a categoria raça/etnia em suas análises. O Jornal da Rede, embora tenha apresentado um número menor de matérias a este respeito, abordou de forma ampla a situação das mulheres negras no Brasil, com destaque para as reflexões sobre a saúde e trabalho. O Fêmea, como lhe é peculiar, apresentou em sua maioria breves informativos. No entanto, nos últimos anos, alguns textos de natureza mais profunda contribuíram no sentido de demonstrar a necessidade de diálogo entre os movimentos em questão.

Ainda neste ano, todas as discussões iniciadas no ano anterior a respeito do trabalho feminino foram mantidas: a reforma trabalhista e sindical e a efetivação dos direitos das trabalhadoras domésticas. Na edição de número 150 foi divulgado, inclusive, o ***Manifesto em Favor da Cidadania e Igualdade de Direitos para as Mulheres Trabalhadoras Domésticas***. E assim terminou o nosso levantamento sobre as matérias publicadas sobre trabalho feminino nos jornais Fêmea e da Rede. Notamos que, ao contrário dos demais temas, Fêmea apresentou discussões mais amplas e profundas do que o Jornal da Rede, apesar deste último ter tido duas edições dedicadas às mulheres trabalhadoras.

O que diferenciou as duas publicações foi o fato de que o Jornal Fêmea apresentou questões ligadas diretamente ao trabalho feminino, sendo no aspecto legal, ou social apresentando não somente as legislações que regulam as atividades profissionais femininas, como também discutindo os vários aspectos que o trabalho das mulheres comporta. Já o Jornal da Rede, como frisamos desde o início, discutiu o trabalho feminino a partir das suas conseqüências à saúde das mulheres.

Considerações Finais

Após as considerações elencadas na primeira parte do trabalho e da análise criteriosa do material dos dois jornais sobre os quais se ancorou esta pesquisa podemos afirmar que, embora mantenha discussões e pressupostos históricos do movimento feminista, os jornais publicados pelas ONGs mantêm características que lhe são próprias, assim como a própria forma organizativa das ONGs difere dos grupos que compunham a imprensa feminista dos anos 70 do século XX.

A primeira destas diferenças que vale a pena ressaltar está na questão da autonomia. Enquanto os primeiros jornais publicados no país a declarar-se feministas, como o *Nós Mulheres*, que apresentamos no segundo capítulo, era mantido por doações pessoais, assinaturas e pela venda de exemplares, os jornais *Fêmea* e da Rede, assim como as ONGs que os produzem dependem de financiamento de entidades privadas, organismos internacionais e apoio governamental.

É fato que esta mudança se justifica frente às dificuldades que o mercado editorial, especialmente o feminista, enfrenta na atualidade, no entanto, também é importante ressaltar, como tantos outros/as autores/as já fizeram, que esta é sim uma questão importante e acaba por influenciar na dinâmica das publicações. Exemplo cabal deste fato foram o decréscimo crescente e o encerramento do Jornal da Rede por ausência de financiamento.⁷⁰

Ainda sobre as diferenças entre os jornais da segunda geração e primeira geração, segundo tipificação de Cardoso (2004), podemos salientar que embora ainda encontre entraves, os Jornais aqui estudados já são editados de maneira semi-profissional e possuem, ou possuía, como no caso de Jornal da Rede, um alcance muito maior que os de primeira geração. Este fato explica-se pela difusão do movimento feminista na contemporaneidade e também pelo uso que as ONGs hoje fazem da

⁷⁰ Constatamos que este foi o motivo do encerramento do jornal por meio de relatos, já que nenhuma das tentativas de contato com a diretoria da Rede Feminista de Saúde, a fim de elucidar estas e outras questões, obteve sucesso.

internet. Além da tiragem impressa, todos ou quase todos os exemplares produzidos estão disponíveis nos sites das instituições na íntegra e qualquer pessoa pode ter acesso a eles, desde que tenha acesso à rede mundial de computadores. Esta pesquisa, por exemplo, foi integralmente realizada com base em consultas aos sites do CFEMEA e da Rede Feminista de Saúde.

Outro ponto salientado ao longo do trabalho foi a relação entre os jornais produzidos pelas ONGs e a academia. Em maior grau no Jornal da Rede, mas também presente no Fêmea, apresentamos aqui diversas matérias escritas por, ou a partir de consultoria, de professores/as e pesquisadores/as das Universidades. Como dissemos anteriormente, esta relação nem sempre se dá de maneira tranquila.

Existe divulgação de ideias produzidas nos centros de pesquisa sobre gênero das Universidades e os jornais contam com colaboradoras deles oriundas, no entanto, o acesso a informações institucionais por pesquisadores, como foi o nosso caso, é dificultado de todas as maneiras. Outro entrave nesse sentido está no fato de que a maioria dos textos sobre as ONGs são produzidos pelas suas próprias integrantes, o que torna as análises unilaterais.

Sobre a análise do conteúdo dos jornais percebemos que, independentemente da linha ou enfoque assumidos por cada publicação, os temas de destaque são os temas clássicos que encabeçam as lutas feministas desde os anos 1970: a conquista e efetivação de direitos que atendam às especificidades das mulheres, com destaque para a luta histórica pela descriminalização do aborto, e a sua integração nos espaços públicos de maneira igualitária; o combate a todo e qualquer tipo de violência baseada no gênero, especialmente a violência doméstica; a viabilização de políticas públicas de saúde que atendam integralmente as necessidades das mulheres.

Estes debates perpassaram as discussões estabelecidas em todos os temas que pré-delimitadas. Entretanto, um deles se sobressaiu: a luta pela descriminalização do aborto foi abordada do ponto de vista político, legal, tratado como problema de saúde pública e, principalmente, como demanda inquestionável do movimento feminista. Sobre o aborto percebemos ao longo das matérias que os jornais elaboraram que, apesar dos avanços produzidos pela luta política das mulheres para transformar a legislação e, principalmente, as mentalidades, estávamos no ano de 2006, quando encerramos a

pesquisa, ainda longe de superar os entraves colocados pelos setores conservadores, religiosos ou não, para que se garanta às mulheres o direito de decidir sobre seus próprios corpos.

Especificamente sobre o Jornal Fêmea, concluímos que esta é uma publicação essencialmente voltada para a divulgação de informações, especialmente de caráter político, com o intuito de tornar públicas questões legais de interesse das mulheres. Vez por outra encontramos debates mais amplos, que diferem deste perfil, no entanto, eles são, geralmente, fruto de discussões prévias ou de acompanhamento de leis que tramitam no legislativo.

Além disso, percebemos o caráter militante do jornal. Além de informar os movimentos de mulheres e feministas, já que a publicação também é destinada a estes setores, ela se propõe a acompanhar e divulgar mobilizações, eventos e cursos promovidos dentro dos diversos setores do movimento social.

No que tange ao Jornal da Rede, contudo, percebemos profundas diferenças em relação ao Jornal Fêmea. Enquanto o Fêmea continha no geral entre doze e quinze laudas, o Jornal da Rede apresentava-se em edições que chegavam a setenta páginas.

Sua estrutura, embora comportasse informações gerais e acompanhamento legislativo, aproximava mais da estrutura de uma revista do que de um jornal. Com artigos longos, assinados por especialistas e integrantes dos mais diversos movimentos sociais, o jornal procurava produzir discussões baseadas em olhares multidisciplinares, por vezes abordando os diversos aspectos do mesmo tema. É sabido que o enfoque privilegiado era o da saúde, posto que este é o carro chefe da Rede Feminista de Saúde, no entanto, outros aspectos também apareceram ao longo dos anos.

Podemos dizer que o jornal também tinha certo caráter militante, já que acompanhava e divulgava as ações dos movimentos de mulheres e feministas. No entanto, este aspecto se diluía frente à proposta de divulgação e discussão de conhecimento. No limite, podemos afirmar que, das duas publicações, o Jornal da Rede era a que mais dialogava com a academia, produzindo um jornalismo científico.

Em linhas gerais, concluímos que, guardadas as diferenças supracitadas, não é possível afirmar que exista produção de conhecimento dentro destes jornais. O que há é

a divulgação do conhecimento produzido em outras esferas, com intuito de informar e conscientizar os/as leitores/as.

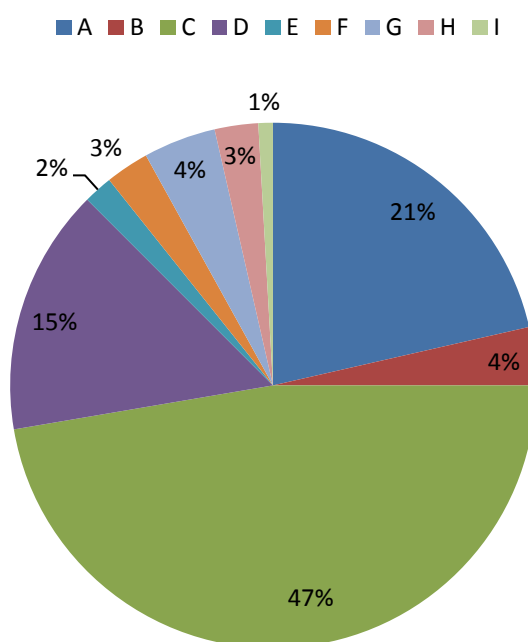
Salientamos também que a análise das matérias dos jornais a partir do contexto político em que foram produzidos foi condição *sine qua non* para compreendermos a trajetória que os jornais percorreram. Durante o primeiro período analisado, (1999 a 2001), pudemos verificar que as ONGs feministas estavam num momento de ascensão, que creditamos aqui, entre outros fatores, à retração do CNDM e, com isso, do que chamamos de feminismo de Estado, que deixava grandes lacunas a serem preenchidas pela sociedade civil.

Os dois períodos seguintes (2002 a 2004 e 2004 a 2006) marcaram o movimento inverso: o fortalecimento deste feminismo de Estado, com a criação e paulatino fortalecimento da SPM, passando a atuar nos setores que outrora cabia às ONGs feministas. Isso não significa que estas ONGs deixaram de existir, mas sim que passaram a atuar de forma distinta, através de parcerias com a SPM e em projetos localizados.

Anexos

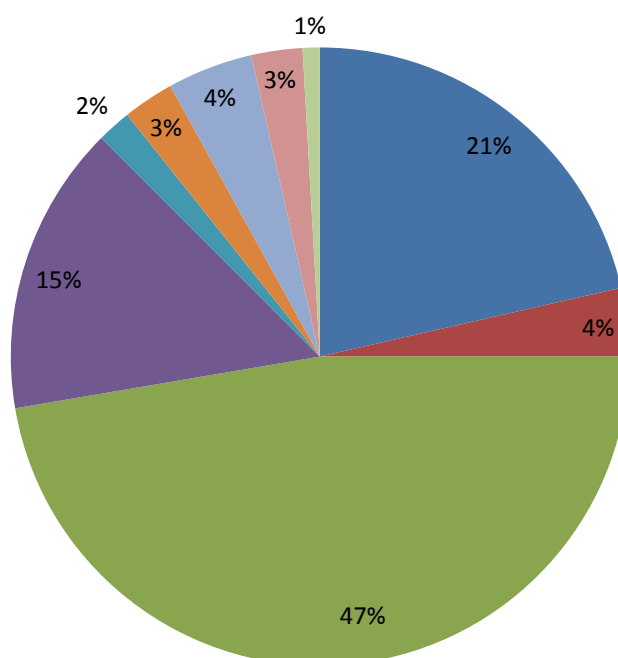
Legenda de temas	
Saúde e saúde reprodutiva	A
Violência	B
Política	C
Movimento Feminista	D
Informes sobre a instituição	E
Homens e masculinidade	F
Gênero	G
Mulheres Negras/ Movimento negro	H
Mulher e Trabalho	I

Incidência de tema por edição Jornal Fêmea

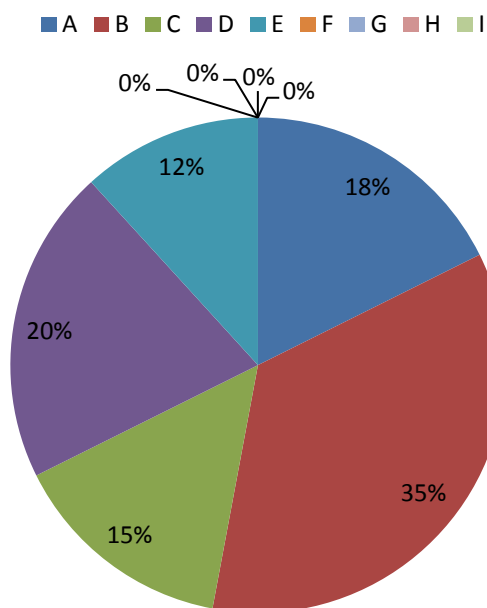


Incidência do tema por ano Jornal Fêmea

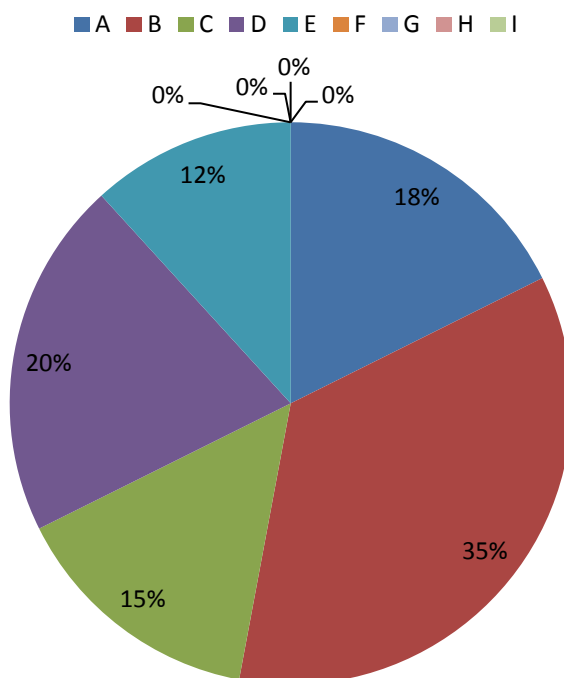
■ A ■ B ■ C ■ D ■ E ■ F ■ G ■ H ■ I



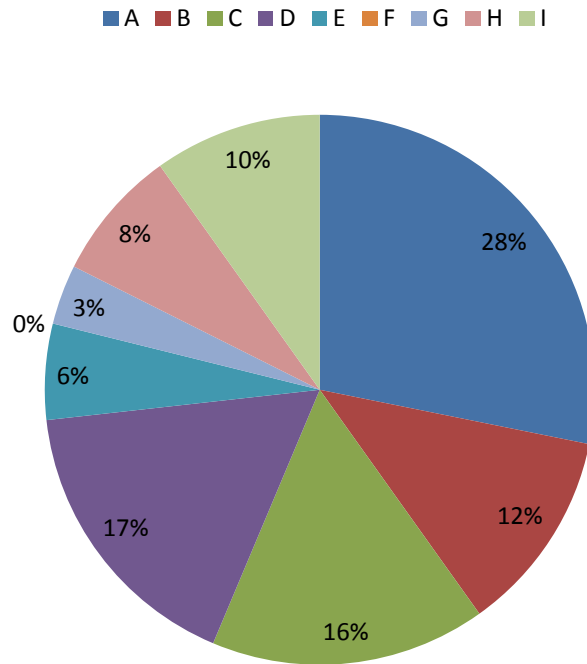
Incidência de tema por edição Jornal da Rede



Incidência do tema por ano Jornal da Rede



Comparativo entre as médias Jornal Fêmea e Jornal da Rede



REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABONG. www.abong.org.br (acesso em 22 de novembro de 2008.)

ALVAREZ, Sonia E. **Feminismos latino-americanos**. Estudos Feministas, v.6, n.2, p. 265-284, 1998 a.

_____. **A “Globalização” dos Feminismos Latino-Americanos**. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In ALVAREZ, S.; DAGNINO E.; ESCOBAR A. (org.) *Cultura, Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Novas Leituras. Belo Horizonte, editora UFMG, 2000.

BAIRROS, Luiza. **Relatório da 3ª seção do I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2003.

BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes. **Publicações Feministas do CFEMEA: Análise de Conteúdo do Jornal Fêmea**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004

BARRET M. **As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea**. Revista Estudos Feministas v.7, n.1, 1999, p.109-25.

BOURDIEU, P. **Miséria do Mundo** – Contribuições de A.Accardo... /et.alli /, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUSCHINI, M. C. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM, S. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. In: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. *O Progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: Fundação Ford; Cepia, 2006. p. 60-93.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. **Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX**. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.121, p. 105-138, jan./abr. 2004.

BRUSCHINI, C. **Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição**

econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (orgs.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: Alast, 1998. p. 277-294. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho)

BUARQUE, C; VAINSENCER, S.A. **ONGs no Brasil e a questão de gênero**. In: Trabalhos para discussão, nº 123/2001, novembro- 2001.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G.L. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: a Autêntica, 1999.

_____. **El Marxismo y lo Meramente Cultural**. New Left Review (2).

_____. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Variações sobre sexo e gênero**: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB. S. & CORNELL, D. (orgs). *Variações sobre sexo e gênero*. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. spe, dez. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300004&lng=pt&nrm=iso>.

CFEMEA. www.cfemea.org.br (consultas freqüentes)

FIGUEIREDO, Regina; BASTOS, Silvia. **Contracepção de Emergência**: Atualização, Abordagem, Adoção e Impactos em Estratégias de DST/AIDS. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008.

FRASER, Nancy. **Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001 v.1.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de janeiro: dp&a, 2005.

HARAWAY, D. **Gênero para um Dicionário Marxista: a Política Sexual de uma Palavra.** Cadernos Pagu (22), 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/19790.htm>, consultada em 15/01/09.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 1999.

LOPES, Marta Júlia (Org.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MACHADO ZANOTTA, Lia. **Feminismo, academia e interdisciplinaridade.** In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

MELO, Jacira. **Publicar é uma ação política.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2003.

MELUCCI, Alberto. **Um objeto para os movimentos sociais.** Lua Nova, CEDEC, n.17, jun. 1989.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

MINELLA, Luzinete Simões; GROSSI, Miriam Pillar. **Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun. 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A Experiência Feminista dos anos Setenta.** Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1990.

NOVELLINO, M. S. F. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras.** In: VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006, Florianópolis. VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006.

OSIS, Maria José Martins Duarte. **Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000500011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2009. doi: 10.1590/S0102-311X1998000500011.

PATRIOTA, Tania. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: - Plataforma de Cairo.** In: http://200.130.7.5/spmu/eventos_internacionais/ONU/eventos_ONU.htm, consultado em 15/01/2010.

PINTO, C.J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **As ONGs e a política no Brasil:** presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mar. 2010. doi: 10.1590/S0011-52582006000300008.

PISCITELLI, Adriana. **Comentário.** Cadernos Pagu (21) 2003: pp.211-218.

PORTO, Rozeli Maria. **Consócios de publicações feministas:** A visibilidade do feminismo e a sua divulgação. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva** – São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983. (Col. Textos, 4).

RAMOS, Sílvia. **O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, dez. 2004.

REIS, R. R. **Os direitos humanos e a política internacional.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 27, 2006.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. <http://www.redesaude.org.br> (Consultas freqüentes)

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SARDENBERG, R.M. **Brasil política multilateral e Nações Unidas.** Estud. av. , São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu:** uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, n.20, 2002.

SCAVONE, Lucila / *et alli*/. Relatório parcial da pesquisa “**Estudos de Gênero e Feministas: relações norte e sul**” entregue à CNPq, 2010.

SCAVONE, Lucila. **Feminismo contemporâneo y Democracia em Brasil.** In: Enciclopedia Historica y Politica de las mujeres. Europa y America. Madrid: AKALE. p. 732-753, 2010.

_____. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 173-186, 2008.

_____. **Gênero e Políticas Feministas, o lado sul.** Estudos de Sociologia: São Paulo, v. 1, p. 209-218, 2008.

_____. **Dar a vida e cuidar da Vida:** feminismo e ciências sociais. São Paulo: Ed UNESP, 2004.

SCHRRER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

SCOTT, Joan W. **História das Mulheres.** In BURKE, P.(Org.) A Escrita da História. São Paulo: EDUNESP, 1992.

_____. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Vera. **Movimento feminista: paradigmas e desafios.** Estudos Feministas, v.2, n.esp.p. 11-24, 1994.

SORJ, B. **Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado.** In: OLIVEIRA, S. de; RECAMÁN, M. VENTURI, G. A Mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.107-119.

THIOLLENT, J.M, **Crítica metodológica, Investigação social e enquête operária,** São Paulo: Polis, 1982.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Publicações feministas sediadas em ONGs:** limites, alcances e possibilidades. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2003.

TOURAINE, Allain. **Palavra e Sangue – Política e Sociedade na América Latina.** São Paulo, Trajetória Cultural:UNICAMP, 1989.

_____. **Na fronteira dos Movimentos Sociais.** Sociedade e Estado, Dossiê: Movimentos Sociais, vol.21, n.1 (jan.-abr.) 2006a.

_____. **Um novo paradigma – Para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis, Vozes, 2006b.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher: - Pequim, 1995.** In: http://200.130.7.5/spmu/eventos_internacionais/ONU/eventos_ONU.htm, consultado em 15/01/2010.

VOLPATO DUTRA, Delamar José. **Da função da sociedade civil em Hegel y Habermas.** Utopia y Praxis Latinoamericana. [online]. dez. 2006, vol.11, no.35 [citado 30 Abril 2008], p.55-65. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162006000400004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1315-5216.